

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA E CONFIGURAÇÃO DA ORDEM LOCAL EM
MEDELLÍN (COLÔMBIA) NO SÉCULO XXI

Autor: Luis Fernando Calvache Ceballos

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília - UnB
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, Maio de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA E CONFIGURAÇÃO DA ORDEM LOCAL EM
MEDELLÍN (COLÔMBIA) NO SÉCULO XXI

Autor: Luis Fernando Calvache Ceballos

Orientadora: Profa. Dra. Haydée Glória Cruz Caruso (UnB)

Banca: Professora Doutora Haydée Glória Cruz Caruso (SOL/UnB)
Professor Doutor Arthur Trindade Maranhão Costa (SOL/UnB)
Professor Doutor Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ELA/UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas aquelas pessoas que participaram de uma ou outra forma da elaboração deste projeto. Em primeiro lugar, agradeço à minha família pelo apoio e acompanhamento durante este amplo processo.

Menção especial merecem aqueles colegas do curso de mestrado em sociologia da UnB, com eles aprendi em cada um dos seminários e espaços da universidade em que tivemos a oportunidade de compartilhar.

Agradeço aos meus pais, Luis e Yolanda, pelo acompanhamento durante todo meu processo de formação profissional.

Foram muitas as pessoas que fizeram inúmeras contribuições neste processo de pesquisa. Agradeço principalmente o apoio e os conselhos da minha orientadora Haydée a quem admiro pelo seu desempenho no campo da segurança pública e por seu carisma como pessoa.

A meus professores do programa de mestrado em Sociologia do núcleo de estudos da violência, ao Professor Arthur Trindade, à professora Analía Soria Batista e à Professora Maria Stella, com quem tive o privilégio de compartilhar o ambiente de aprendizado durante o mestrado.

Agradeço às pessoas que fizeram a minha estada na universidade agradável, em especial às pessoas da área administrativa da sociologia: a Paula, ao Leonardo e à Patrícia.

Durante meu período de pesquisa foi fundamental o apoio dos pesquisadores do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Antioquia em Medellín. Agradeço o acompanhamento da minha cara amiga Leslie Paz, que é uma reconhecida ativista política e possui, ademais, um carisma incrível, sendo também a pessoa que me permitiu a entrada no campo.

Finalmente, agradeço aos gerentes das empresas de segurança privada que aceitaram fornecer informação sobre seus processos internos, num campo pouco explorado na ambiente acadêmico da cidade e que resulta complexo pela negativa de fazer a informação pública.

RESUMO

O presente trabalho expõe a formação dos processos de privatização da segurança em Medellín no século XXI. Para isso, toma-se como premissa a configuração das ordens locais híbridas onde diversos atores convergem na luta pelo controle e uso da violência como mecanismo para agenciar seus interesses.

Em ocasiões serão as milícias aquelas que exerçam o controle societal, outras as vezes serão as bandas, combos e as oficinas de cobrança, nos anos 2000 serão a forte emergência do fenômeno paramilitar. No plano local, aquele fenômeno poder-se-ia manifestar na competência armada e na negociação daquilo que se chama de negociação da (des) ordem. Para analisar esse fenômeno foram feitas entrevistas com atores chaves, todos eles diferentes mas com um fator em comum: todos eles têm em comum a sua participação nos processos de violência na cidade, alguns deles como analistas ou acadêmicos, outros como fornecedores dos serviços de segurança e outros como funcionários públicos.

Por outro lado, foi feita a recompilação de dados estatísticos com o fim de estimar as mudanças no comportamento da criminalidade e a violência homicida na cidade, ainda que esses dados foram apresentados em menor proporção, sendo que têm se privilegiado os dados qualitativos. Para a triangulação da informação primaria das entrevistas foram revisados alguns jornais locais e nacionais.

Conclui-se dois elementos: o primeiro, não é possível identificar uma só trajetória dos atores sociais e das organizações criminais que supõe uma filiação pura dos indivíduos às organizações armadas, isto porque a guerra tem se degradado pela intervenção das economias ilegais, a qual gerou diferentes tipos de alianças entre atores legais e ilegais; segundo, a oferta de segurança em Medellín tem mudado desde a informalidade até a formalidade, desde a legalidade até a ilegalidade. Isto implica que a configuração das ordens locais têm minado a ação Estado – Cêntrica.

Não é possível que o Estado e o governo local possam pensar a governabilidade e a legitimidade sem considerar a capacidade de agência dos atores primários do conflito armado. Por esta razão só podem-se entender as alianças entre atores armados distintos quando se pensa num modelo teórico diferente ao clássico modelo do monopólio da violência física legítima do Estado.

Palavras chaves: privatização da segurança, milícias, paramilitares, violência, ordens locais.

ABSTRACT

This dissertation attempts to present an analysis regarding the privatization of security services in Medellín during the 21st century. The main premise we will discuss is the configuration of hybrid orders where various actors converge in the struggle for the control and use of violence as a mechanism to organize their interests. The control over the security services is upheld by militias, other times bands, combos or offices, and during the 2000 decade, the strong emergence of the paramilitary forces.

At the local level, this has been expressed through a strong competition for power, and a so called, "negotiation of disorder " Methodology: For this purpose, interviews were conducted with key actors with different profiles, but with one factor in common: all of them have participated in some form of violence in the city, as analysts, as suppliers Security services or from their role as public servants.

Likewise, a statistical data collection was carried out in order to estimate the changes in the behavior of criminality and homicidal violence in the city, although the findings presented are mostly qualitative data. In order to triangulate the information provided through the testimonies of the interviewees, some local and national press archives were used.

There are two final considerations: first, it is not possible to identify a clear trajectory of criminal actors and organizations that involve a pure affiliation of individuals with armed organizations, which means that the degradation of war through the intervention of the illegal economies generated all kinds of alliances between legal and illegal actors; Second, the supply of security in Medellín has varied from formality to informality and from legality to illegality, which has led to the configuration of hybrid orders that have managed to undermine statocentric action. It is not possible for the state and the local government to lead processes regarding governability and legitimacy without considering the agency capacity of the primary actors of the armed conflict.

For this reason, the mixture and alliances between dissimilar actors can only be understood through a theoretical model different from the classic use of the monopoly of legitimate physical violence by the State.

Keywords: Private Security, Militias, Paramilitary Forces, Violence, Local Order.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	10
I Estratégia metodológica.	21
II Entrada em campo.	24
.....	29
Capítulo 1. Economia criminal e mercenarismo corporativo em Medellín.	30
Considerações metodológicas.	32
Economia criminal, segurança social e mercenarismo corporativo.	36
Capítulo 2. Privatização e oferta da segurança em Medellín.	49
Sobre a rede de apoio.	54
Capítulo 3. Abordagens para o fenômeno das milícias em Medellín	59
Considerações sobre a noção de milícia.	69
.....	69
Capítulo 4. Para uma reconfiguração da (des) ordem local.	81
Atores fornecedores de segurança em Medellín.	82
Para a construção de ordens locais ou híbridas.	96
Considerações finais.	101
REFERÊNCIAS	107
Anexo 1.	109

LISTA DE SIGLAS

ELN - Exército de Libertação Nacional
EPL - Exército Popular de Libertação
FARC - EP - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia Exército do Povo
BCN - Bloque Cacique Nutibara
CONVIVIR - Cooperativas de Vigilância e Segurança Privada para a Autodefesa Agrária
PONAL - Polícia Nacional
GAI - Grupos Armados Ilegais
UdeA - Universidade de Antioquia
IEP - Instituto de Estudos Políticos
INER - Instituto de Estudos Regionais
IPC - Instituto Popular de Capacitação
RASCI - Rede de Apoio e Solidariedade Cidadã
M - 19 – Movimento 19 de Abril
MPPP - Milícias Populares do Povo e para o Povo
MPIVA - Milícias Populares Independentes do Valle de Aburrá
MMM - Milícias Metropolitanas de Medellín
CAP - Comandos Armados do Povo
CGSB - Coordenação Guerrilheira Simón Bolívar
COOSERCOM - Cooperativa de Segurança e Serviço à Comunidade
COB - Comandos Obreiros
COAR - Comandos Armados Revolucionários
BM - Bloque Metro

INTRODUÇÃO

Poder-se-ia considerar o fenômeno da violência em duas dimensões: A primeira delas é a violência como fenômeno multicausal e como problema social que pode-se abordar como um objeto de reflexão sociológica. A segunda dimensão é a manifestação da violência no plano cotidiano, quer dizer, na realidade (ADORNO, 2010, p. 11).

Posto que a violência tem duas dimensões, uma analítica e outra empírica, faz com que a reflexão sobre ela não seja fácil de assimilar; ela se apresenta como um fato imediato cuja apreensão pode ser encaminhada a superar os próprios níveis de violência, manifestada de muitas formas, por meio de políticas públicas, o que o Sergio Adorno chama de políticas públicas penais.

Nos últimos anos, no caso de Medellín, a partir da implementação do urbanismo social¹ tem se considerado a importância de ter um maior conhecimento dos processos da violência urbana, com o único fim de obter maiores resultados na luta contra o crime e a redução da violência homicida.

Desta forma, as pesquisas sobre as manifestações da violência em Medellín, iniciadas em 1990 durante a maior ofensiva violenta de Pablo Escobar, procuraram estabelecer as causas dos conflitos sociais, e mesmo assim o desenho de medidas eficazes para a redução das taxas de criminalidade.

Apesar dos esforços institucionais para diminuir a percepção da criminalidade e da violência, o fenômeno da violência vai depender das percepções e experiências dos cidadãos. Às vezes, a percepção da segurança é o produto da incidência da mídia, em outras ocasiões a fala do crime, de acordo aos termos da Teresa Caldeira, prolifera-se pela sociedade intervindo na percepção da segurança e do medo. A violência responde então a um processo de construção social da realidade.

Segundo a Caldeira (2003), a fala do crime constrói e reconstrói uma situação da realidade que foi devastada pela experiência do crime. A fala do crime organiza a realidade e faz com que os indivíduos construam um significado do comportamento social.

1

Desde 2004 no plano de desenvolvimento municipal foi estabelecido o urbanismo social como um modelo de intervenção territorial que procurou a transformação física, a intervenção social, a gestão institucional e a participação comunitária em Medellín. O plano procurou intervir aquelas zonas com menores índices de desenvolvimento humano e menores índices de qualidade de vida (Quinchía & Arrieta, 2012, p. 7).

O Wacquant (2001, p. 33) pela sua vez assinala que:

A realidade e a força do estigma territorial imposto aos novos "párias urbanos" da sociedade avançada não devem ser subestimadas (WACQUANT 1993a). Em primeiro lugar, o sentido de indignidade pessoal que ele carrega é uma dimensão altamente saliente da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades em círculos sociais, escolas e mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, "assinaladas" pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófugas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram no sentido de diminuir a confiança interpessoal e minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva.

Em resumo, a violência é um fato e ao mesmo tempo uma percepção que se constrói a partir de experiências individuais e coletivas e pode-se manifestar de muitas formas, mas vai depender daquilo que a sociedade considera como tolerável e não violento. Assim, a violência responde às condições históricas.

Segundo Porto (2010, p. 35) a violência:

é objetiva ou subjetiva? Objetiva, ela deveria poder ser definida em termos que transcendem as perspectivas particulares e adquire uma validade universal. Subjetiva, ela não passa de um ponto de vista, necessariamente relativo, daquele que a descreve ou sofre (...) a violência jamais é redutível à imagem da pura objetividade simplesmente porque o que é concebido ou percebido como 'violento' varia no tempo e no espaço.

No mesmo sentido, a violência manifesta-se de muitas formas, tem diferentes significações, representações sociais, ela se materializa em fatos e atos distintos (PORTO, 2010).

Segundo a tese de Porto, a violência se apresenta como um todo fragmentado, autonomizado e plural. Assim, em um mesmo espaço físico a violência tem manifestações diferentes, não pode ser homogeneizada.

Como toda a população urbana, eles articulam suas práticas segundo uma dupla inserção, como participantes da ordem estatal e, paralelamente, da sociabilidade violenta. Quanto à primeira, eles têm se organizado em torno de variados projetos, individuais e coletivos, com diferentes graus de adesão. Pode-se dizer, assim, que estão ativamente engajados no entendimento de sua própria situação, independente da direção das práticas que este entendimento indica (as quais, como sabemos, variam muito no tempo e no espaço) (...) Mas quanto à adesão à sociabilidade

violenta, ela se caracteriza antes como submissão que como subordinação, na medida em que este último termo implique a existência, em algum grau, da formação de condutas autônomas (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 78).

Deste modo, à respeito das visões do fenômeno da violência, ela pode ser entendida como um produto histórico que procura reproduzir uma ordem social determinada (LUNA, 2013, p. 171). Na Colômbia, a violência tem se considerado desde o aspecto das funções do Estado democrático especialmente no controle e no uso do monopólio legal e legítimo da violência, na tradição do Max Weber.

O problema principal da violência faz sentido na construção do Estado – Nação. Quando o Estado não tem êxito na consecução do monopólio da violência surgem mecanismos privados e informais muitas vezes violentos e nas mãos da sociedade civil e dos agentes paraestatais ou à margem da lei, o que traz a aparição de outros atores privados que oferecem serviços de segurança no mercado legal e ilegal.

No entanto, na Colômbia a segurança pública não é só um problema do Estado mais também uma preocupação dos operadores privados, e dos próprios cidadãos. No plano institucional têm se planejado mecanismos privados de proteção frente à ideia de que o Estado não pode proteger os interesses de todos os cidadãos.

Segundo David Garland, nos últimos anos persistem processos de transferência de responsabilidade públicas e estatais no controle da delinquência para às esferas privadas. Pela sua parte, Herbert considera que o processo de privatização da segurança não é um fato recente, e que a expansão do serviço da segurança não compromete em nada o funcionamento do Estado. Pelo contrário, o Estado trouxe um endurecimento cada vez mais importante da sua política no combate da delinquência, tanto no plano da cooperação nacional como no âmbito internacional (ADORNO, 2002, p. 7).

Segundo Wieviorka hoje em dia “o monopólio legítimo da violência física parece atomizada e, na prática, a celebre fórmula weberiana parece cada vez menos adaptadas às realidades contemporâneas (...) é o rápido desenvolvimento do mercado de segurança que acentua ainda mais os obstáculos para lograr o monopólio estatal da violência” (ADORNO, 2002, p. 10).

Nos últimos anos, Medellín tem sido testemunha de um processo de mudança social destacada por importantes acadêmicos e pela mídia nacional e internacional. Dos casos da violência relacionada com o tráfico de drogas na década de 1990 como produto da ação dos grandes carteis das drogas contra o Estado colombiano, persistem redes criminais que lutam

pela colonização dos mercados legais e ilegais e pelo controle territorial, através de diferentes elementos, quase sempre violentos.

Ademais, tanto o Estado quanto os cidadãos respondem às demandas pelo controle da segurança pública (a primeira) e a segurança humana (os segundos), que sobrepõe os diferentes interesses e provoca a mistura de conflitos sociais. Em geral o Estado colombiano estima a segurança não como um problema próprio senão como um assunto também dos cidadãos, os quais podem adquirir ou comercializar serviços de segurança no âmbito privado.

Embora não é possível estabelecer tendências estatísticas porém resulta complexo, no caso de Medellín poder-se-ia assinalar que existem zonas historicamente afetadas pelos conflitos sociais gerados pelo crime organizado, assim como pela presença de atores armados ilegais, a persistência das economias ilegais e as condições do abandono estatal, expressadas nas condições de pobreza e desigualdade.

Por enquanto, em Medellín alguns setores mantêm na sua história um distanciamento com fenômenos violentos, mas em outros setores da cidade a violência tem se constituído em uma linguagem cotidiana e, às vezes, no único mecanismo existente para resolver os conflitos cotidianos.

Nesse sentido, os mecanismos de segurança nem sempre são projetos individuais, às vezes também são coletivos (legais ou ilegais) e às vezes procuram exercer o controle sobre espaços nos quais o Estado não é presente ou tem uma presença precária. No caso colombiano algumas das estratégias de segurança privada são implementadas em convivência com os agentes e as agências estatais. Isso foi o que aconteceu no processo de pacificação da Comuna 13 de Medellín quando agentes do Estado e os grupos paramilitares atuaram de forma conjunta e em aliança².

Em Medellín, tanto os processos de urbanização quanto os processos da violência urbana têm diferentes momentos históricos, nem sempre relacionados. No caso do fenômeno da urbanização, a cidade mudou no começo do século XX, com a migração da população do campo para a cidade logo do início da industrialização, o que fez com que Medellín se

2

Entre os dias 16 e 19 de outubro de 2002 foi efetuada a operação militar Orión na comuna 13 de Medellín. Numa fotografia captada por o jornalista Jesús Abad Colorado se observa a um indivíduo com capô e sem distintivos institucionais de aparência paramilitar quem dirige a alguns soldados do exército colombiano na operação nos bairros Belencito Corazón, 20 de julio, El Salado, Nuevos Conquistadores y las Independencias II. A operação Orión significou a entrada na comuna 13 do bloco paramilitar Cacique Nutibara.

constituísse em um dos centros urbanos mais importantes da Colômbia.

O território conhecido como o “Valle de Aburrá”, onde hoje em dia está localizado Medellín, começou seu processo de assentamento no século VXII quando chegaram os primeiros espanhóis que provinham de Cartagena e Bogotá. Foi até 1823 quando Medellín foi reconhecida como uma cidade, ultrapassando a capitania e o acréscimo de povoados como Rionegro e Santa de Antioquia. Os primeiros projetos de melhoria das condições urbanas produzem-se em 1899 com a formação da Sociedade de Melhoras Públicas e a prefeitura por meio de projetos de saúde e melhoras públicas, tais como as Quebradas Santa Elena, o Hotel Nutibara e o primeiro Plano Maestro da Cidade.

Ao início do século XX Medellín foi povoada no setor central, no entanto, naquela época o setor ocidental (setor de Suramericana hoje em dia os Conquistadores) não tinha sido povoado ainda. Ao sul, os limites da cidade chegaram ao setor de San Juan, ao mesmo tempo que a cidade crescia no setor de Guayaquil. Do mesmo jeito, o norte se expandiu à zona de Villanueva e ao bairro Boston.

No entanto, até 1938 a população colombiana se concentrava ainda no setor rural majoritariamente, representando o setor urbano perto de 29% da população total. Assim, segundo Marco Palacios (2007), em 1940 nenhuma cidade na Colômbia superava os 500 mil habitantes. Ainda assim, entre 1940 e 1950 Medellín começou um processo de industrialização, ao tempo que explodia na Colômbia o fenômeno social conhecido como A Violência partidária entre simpatizantes dos partidos políticos Conservador e Liberal.³

Assim, entre 1932 e 1944 aconteceu um processo de expansão acelerado. O setor nor-oriental foi ocupado em 20 anos por três tipos distintos de habitantes: 1) os proprietários particulares; 2) os ocupantes com autorização dos donos dos terrenos e 3) os compradores de prédios aos donos não legais (VIVIESCAS, 1987; BAHAMON, 2009).

Este processo de industrialização entra em recessão na década de 1970, e o baixo crescimento industrial levou ao desemprego e a marginalidade da mão de obra industrial. Em 1980 se conformaram os bairros El Chispero, El Chamizo, La Cruz, Bello Horizonte e diversos assentamentos ao nor-ocidente e nor-oriental da cidade. Nesta década se inicia o fracionamento social no espaço urbano; ao oriente os habitantes com maior poder

3

A Violência dos anos 1950 envolveu diversos atores aderidos aos partidos liberal e conservador e foi desenvolvida principalmente no plano rural. Este fato é um dos fenômenos mais desenvolvidos na literatura acadêmica colombiana. Ver: Sanchez & Donny (1983); Pécaut (2006); Fals & Guzmán (2005).

econômico e na base do rio a população mais pobre (BAHAMON, 2009).

Na década de 1950, graças ao fenômeno da violência partidária⁴ apresentam-se novos eventos de migração do setor rural para a cidade. Logo depois, constituíram-se bairros operários e se deu início a um plano de consolidação de Medellín como centro da industrialização nacional. No entanto, os processos migratórios extrapolaram a planificação da cidade, além dos planos urbanos e das expectativas do governo local e nacional.

Pero la dura realidad que acosó a la ciudad en las siguientes décadas –con el aumento dramático de la población, a raíz de las migraciones masivas de gente del campo debido a la violencia de los años 50– desbordó los planes de desarrollo propuestos. Además, el perímetro urbano se expandió de una manera poco planeada y el centro de la ciudad aumentó su actividad comercial. Debido a esto último, muchas de las antiguas familias que habitaban el sector comenzaron a trasladarse a otros barrios menos agitados y a buscar nuevos lugares de vivienda. En consecuencia, la clase alta se desplazó hacia sus fincas de recreo, ubicadas en la zona de El Poblado, en busca de lugares de residencia más tranquilos. Es a partir de este momento que el sector de El Poblado comenzó a ser un modelo de vivienda exclusiva reconocido en la ciudad, al cual se agregó la construcción del Club Campestre de Medellín, ícono social de la clase alta de la ciudad (SANÍN, 2010, p. 126).

Em 1950 a taxa de crescimento populacional anual foi de 6% graças à migração industrial, e em 1951 a população era de 358.189 habitantes. Para 1973 a população alcançou um total de 1.071.252 habitantes com um crescimento de 5.88%. A história da cidade logo depois do crescimento acelerado da década de 1950 tem a ver com uma série de reformas urbanísticas (1992, 1994, 1999, 2006) onde o objetivo principal foi testar soluções políticas para um problema principalmente de planificação da cidade (BAHAMON, 2009).

Na década dos anos 2000 o governo local inicia as reformas urbanísticas encaminhadas às intervenções sociais por meio dos ‘Planes Integrales Urbanos’, os quais procuraram dar outra imagem à cidade por meio da implementação de políticas públicas para o desenvolvimento urbano nos setores mais vulneráveis.

Nos anos 1980 e 1990, a criminalidade ligada ao tráfico de drogas e a violência dos grupos armados tiveram diferentes efeitos sobre a população, um deles foi a conformação das unidades fechadas de moradia, em procura de uma maior segurança privada, o que também representou um símbolo de prestígio social.

4

A violência partidária foi aquele período da história colombiana dos anos 1950 conhecido pela confrontação entre simpatizantes do partido liberal e do partido conservador. O fim dessa confrontação chega com o estabelecimento do pacto chamado de Frente Nacional que levou à repartição do poder político entre liberais e conservadores a cada período eleitoral entre 1958 e 1974.

Em 1990, a comuna 'El Poblado' virou o maior centro financeiro de Medellín, lá se deslocaram os principais bancos da cidade e as principais firmas hoteleiras na denominada 'Milla de Oro' (FONSECA, 2014, p. 144).

Nos anos 2002, 'El Poblado' continuou sendo o foco principal de moradia das elites de Medellín, porém o tipo de moradia configurou-se em novas centralidades e unidades fechadas, que procuraram um maior isolamento dos seus habitantes do resto da cidade, supondo ademais uma maior segurança.⁵

Nos anos 1989, a violência urbana em Medellín teve um acréscimo com a contraofensiva do Estado frente aos grupos de traficantes, principalmente o cartel de Medellín. Com a nova Carta Política de 1991, os traficantes de drogas liderados por Pablo Escobar tentaram um processo de constituição de sujeitos políticos em procura de uma paz negociada. Em 1993, a ofensiva do Estado colombiano conclui com a morte de Pablo Escobar o dia 2 de dezembro, o que significou uma reconfiguração dos atores armados na cidade.

Em 1994, se apresenta a desmobilização das milícias urbanas do Exército de Liberação Nacional (ELN) e do Exército Popular de Liberação (EPL), assim como a desmobilização das chamadas milícias populares. Os anos posteriores à morte de Pablo Escobar se caracterizam por um controle armado de grupos ligados aos paramilitares. Entre 2002 e 2004 o Estado inicia as negociações com as milícias urbanas dos paramilitares, especialmente do bloco 'Cacique Nutibara'. Este processo fez com que se disseminaram novos grupos criminais. Ao comparar as taxas de homicídios na cidade nas últimas décadas, se apresenta uma queda considerável com alguns picos em 1991, 2002 e 2009.

A presença dos fatos violentos ligados ao controle de território tem sido uma constante na história de Medellín nas últimas décadas. Algumas vezes os grupos armados ilegais atuaram nestes territórios em convivência com as forças do Estado, por meio de diferentes mecanismos e pactos. Mas, nem sempre o controle dos grupos armados nacionais foi hegemônico tal como assinala a tese sobre a acirração do conflito no plano regional, pelo contrário quando os atores armados da guerrilha e os paramilitares tentaram ocupar estes territórios encontraram-se com grupos armados com um controle considerável sobre os

5

Caldeira (2003) em seu livro intitulado "Cidade de Muros" trabalha tal questão ao analisar o fenômeno paulista de construção de condomínios fechados para classe média alta denominados pela autora como "enclaves fortificados". Tal autora será uma das referências para a dissertação a ser elaborada.

territórios, graças a sua presença histórica e a seus relacionamentos com a população local. De fato, estes grupos criminais tinham a “capacidade” de resolver conflitos internos nas comunidades.

No princípio, alguns autores falam em uma perda do monopólio da violência física nestes territórios. No entanto, o Estado colombiano nem sempre teve tal monopólio da violência, cedendo parte de seu uso da força a atores privados, geralmente paramilitares, autodefesas ou guerrilhas. Assim, o problema da segurança pareceu ficar relegada ao plano propriamente privado, pelo menos até a profissionalização das forças armadas, a qual é recente.

Só nos anos 1990 com a ofensiva militar e nos anos 2000 com os planos urbanos o Estado tentou exercer controle sobre as zonas historicamente violentas. Foi assim como os processos de desmobilização de grupos paramilitares terminaram, por geral, com a inserção de seus atores em grupos comunitários de segurança, conhecidos no caso colombiano como Cooperativas de Vigilância e Segurança Privada para a Autodefesa Agrária ‘Convivir’, e posteriormente como bandas ou oficinas de cobrança ao serviço do narcotráfico.

Pelo anterior, o presente trabalho está estruturado em quatro (4) capítulos. O primeiro deles expõe a partir de um abordagem qualitativa as percepções dos atores chaves sobre temas de segurança e convivência em Medellín. Se apresentam seis (6) entrevistas com acadêmicos, gerentes de empresas de segurança privada e um intendente da Polícia Nacional colombiana, com o fim de estabelecer as percepções sobre violência na cidade, suas transformações e as leituras que se desenvolvem desde o nível institucional e não institucional.

Indaga-se como tem se desenvolvido os mecanismos de privatização da segurança na cidade, quais são as mudanças na percepção dos entrevistados ao respeito da criminalidade, da violência homicida e quais são os relatos que se tem construído sobre estes fenômenos. Da mesma forma, se explorou as questões das experiências em matéria de segurança e os problemas que afligem a cidade nos últimos anos, particularmente nas posturas daqueles que oferecem os serviços de segurança na cidade.

O segundo capítulo analisa o fenômeno da violência urbana em Medellín a partir dos processos de privatização da segurança, expressada desde o plano legal-formal e desde o plano ilegal-informal. Ao respeito, as diferentes visões dos atores permitem olhar as posturas das instituições e as formas como é percebida e construída desde o discurso a violência e a

Pacificação de Medellín.

É possível advertir a transição da segurança societal para um tipo de segurança de mercadoria onde o que procura o ator armado é o controle ou a incidência nas cadeias de valor dos bens do mercado ilegal e legal. Assim, é interessante como existe uma transição de uma forma de controle territorial para um modelo de controle de segmentos de mercado, onde o que interessa é fazer parte dos nós de intercâmbio de bens e serviços, sejam estes legais ou ilegais. Por fim, se estabelecem algumas características gerais sobre a atuação dos grupos armados que procuram o controle de segmentos de mercado: a sua razão de ser não radica no controle territorial nem tampouco na presença armada em territórios determinados; estes grupos controlam desde um até vários nós das cadeias de valor; se apresentam como contra prestadores de serviços econômicos desde o nível mais básico até o nível mais complexo; estes grupos usam a coerção para o controle de economias legais e ilegais; finalmente, podem ter um caráter legal-formal (empresas de segurança privada) ou ilegal – informal (bandas criminais).

O terceiro capítulo expõe a formação de milícias em Medellín, a partir de um recorrido histórico desde os anos 1980 até os anos 2000, procurando estabelecer os atores principais implicados na sua conformação. Se tenta estabelecer qual é o caráter e a vocação destes grupos que surgiram em meados dos anos 1980, muitos deles como resposta de autodefesa ante as incursões de diferentes gangues com presença nas comunas.

O capítulo três chega a concluir o que se fala com o conceito de milícia em Medellín a partir da identificação dos atores, das ações e dos objetivos destes grupos armados. Assim, é importante estabelecer que a composição das milícias tem sido heterogênea e responde a objetivos diversos. No princípio, estas surgem como uma resposta de autodefesa com uma vocação societal bastante forte, o qual permita com que elas assumam funções de regulamentação social dentro das comunidades. No entanto, de forma paulatina a legitimidade obtida por estes grupos no cenário local é fissurada pelos abusos cometidos e pela exacerbação das funções iniciais reconhecidas socialmente.

Por outro lado, são diversas as alianças que se criam entre estes grupos e os atores armados, levando desde acordos ou pactos de paz com as gangues presentes nas comunas, até acordos tácitos com as forças locais, como a Polícia Nacional e em algumas ocasiões construindo alianças ou dissidências com grupos guerrilheiros como o ELN, o EPL, as FARC-EP, entre outros.

Finalmente, o quarto capítulo apresenta o desenvolvimento dos diferentes agentes fornecedores de serviços de segurança em Medellín. Trata-se de atores com diversas origens que consolidaram-se na década dos anos 2000 e que provinham de toda uma história de violência na cidade logo depois dos processos de industrialização e urbanização da década de 1950.

Estes grupos armados disputam entre si o controle de segmentos de mercado, algumas vezes com a conivência do Estado e outras vezes como resultado da falta de operabilidade estatal em zonas restringidas pelos chamados atores primários do conflito.

Essas formas de fornecimento de segurança tiveram como resultado a configuração de verdadeiras ordens híbridas, onde o Estado não se reconhece como o único ator que pode exercer a soberania em ditos territórios. Assim, esses atores primários do conflito se misturam, outras vezes conformam alianças e como via de regra se entrelaçam em lutas pelo controle de mercados e zonas de influência.

Medellín assistiu a diferentes tipos de negociações na configuração da ordem local: foram usadas estratégias tais como os chamados pactos armados, por exemplo o “pacto del fúsil” (pacto do rifle); alianças entre corpos policiais e grupos de criminosos; alianças entre atores primários do conflito e novos atores; pactos formais ou informais entre milícias e corpos policiais. Em resumo tem se utilizado diferentes mecanismos e estratégias cujo único fim tem sido o mantimento da ordem e a preservação dos interesses destes grupos.

Portanto, tratam-se dois aspectos: num primeiro momento se propõe uma aproximação aos atores fornecedores dos serviços de segurança em Medellín, levando em conta o caso das milícias nos anos 2000 e a entrada dos paramilitares logo depois. Se apresenta de forma breve quais são estes atores cuja procedência é variável pois atuam tanto desde o plano legal-formal como ilegal-informal. Em segundo lugar, se analisa a noção da ordem híbrida com o fim de interpretar e entender as formas de configuração da (des) ordem local em Medellín, levando em conta as hibridações de diferentes grupos que procuram o exercício do uso da violência na cidade.

I Estratégia metodológica.

Esta pesquisa tenta refletir a respeito do fenômeno da privatização e a oferta de segurança em Medellín no século XXI. Sem dúvida, houve uma grande preocupação sobre o fenômeno da violência urbana em Medellín, tanto desde o olhar acadêmico quanto social e desde o ponto de vista de vista da administração pública, o que permitiu desenvolver estratégias políticas para o controle do crime e da violência homicida. Isso fez com que o controle deste fenômeno fosse operado a partir do conhecimento dos atores, as vítimas e os espectadores, pelo qual os processos de planejamento e investimento em segurança tem se modernizado.

A privatização da segurança refere-se àquilo que a pesquisadora Ana Maria Jaramillo chama de negociação da (des) ordem social. À respeito dela, poder-se-ia identificar duas perspectivas de análise: a primeira tem a ver com os enfoques estatocêntricos, os quais assumem que o Estado é o principal agente encarregado da consecução do monopólio da violência física legítima e da ordem local; a segunda delas, são as posturas que reivindicam a participação de diversos atores na construção das ordens locais ou híbridas, que constituem-se a partir da emergência e a participação de atores locais que reivindicam o fornecimento de serviços de segurança (VOLKER et. al. Sem data).

O tópico da violência urbana tem sido explorado em profundidade desde o plano de ação dos grupos criminosos das comunas e dos bairros da cidade. Quer dizer, existe uma importante literatura sobre o agir dos chamados atores primários do conflito (combos, gangues, grupos criminais e as chamadas oficinas de cobrança ilegal em Medellín), tanto assim que tem-se identificado geograficamente como esses atores agem e quais são os seus interesses.

Deste modo, a relação entre estes grupos armados de caráter ilegal e de corpos armados do Estado tem sido revelada desde inícios dos anos 1980, época na qual surgem fortes indícios de cooptação de setores oficiais por parte dos grupos narcotraficantes, não só em Medellín más também na Colômbia em geral.

No entanto, a relação entre estes atores e os corpos de segurança privada legais e ilegais tem sido pouco explorada no caso de Medellín, isso porque é um tema complexo e de muita reserva entre a comunidade. Além disso, existe resistência daqueles agentes privados de segurança constituídos legalmente, no que diz respeito à oferecer informação sobre seus processos e seus serviços. Nesse sentido, existe uma área cinzenta pouco

explorada da relação entre agentes legais e ilegais fornecedores dos serviços de segurança, agentes privados legalmente constituídos e corpos de segurança do Estado.

Assim, sem o fim de conceitualizar, aqui pretende-se aprofundar nesse ponto de encontro onde convergem os mecanismos legais com aqueles mecanismos ilegais, focando na ação dos fornecedores de serviços de segurança.

Do mesmo modo, é importante enfatizar na análise da constituição das milícias urbanas de 1980 e na forma como o Estado colombiano foi relegado de seu papel como ator articulador da segurança no plano urbano. Daí, foi permitida a constituição de cooperativas de segurança privada, em primeiro lugar ligadas às milícias desmobilizadas na década de 1990 e, logo depois, a conformação das chamadas *Convivir*, estas últimas ao serviço do paramilitarismo.

Nos últimos anos, diversas pesquisas revelam a relação e convivência dos grupos armados ilegais e das bandas criminais com corpos de segurança estatal. Na atualidade, tem sido mais documentada a relação existente entre grupos de limpeza social e agentes paramilitares com organismos do Estado. Dita relação não é nova, sendo conhecida à respeito do surgimento das autodefesas camponesas e desde as iniciativas de combate por parte do Estado colombiano aos grupos guerrilheiros na década de 1960. Por isso, aqui pretende-se entender esse ponto de convergência entre mecanismos legais e ilegais de segurança na cidade, quando há uma ambiguidade entre o público e o privado.

Deste modo, a presente pesquisa se propõe a analisar a privatização da segurança em Medellín no século XXI. Portanto, se planejou em primeiro lugar uma caracterização dos processos de violência urbana na cidade nos últimos anos, a partir da referência dos atores, das estruturas e dos padrões de comportamento deste fenômeno na cidade. Neste sentido, foi feita uma caracterização do fenômeno da violência urbana desde o foco do impacto do conflito armado na cidade, da conformação das bandas criminais e da relação entre estes grupos armados ilegais (GAI) e agentes do Estado, assim como o desenvolvimento de economias criminais. Em segundo lugar, propõe-se uma aproximação ao fenômeno da privatização da segurança em Medellín a partir da revisão da produção acadêmica local e nacional, com referência em algumas contribuições da literatura internacional. Trata-se de ver a oferta da segurança na cidade e o rol que desenvolvem alguns agentes em este processo de privatização.

Em terceiro lugar, propõe-se identificar as mudanças e transformações na ação das

milícias populares em Medellín, entendidas como um preâmbulo da negociação da desordem, na linha de Ana María Jaramillo. Consequentemente, se fez uma crítica da literatura sobre milícias desde o plano local e a recompilação de testemunhas dos atores principais da época a partir de informação da imprensa.

Do mesmo modo, se fizeram entrevistas com atores chaves ao respeito das principais mudanças na dinâmica da ação das milícias na cidade, e da forma como estas organizações criminais se constituíram em um ator importante na disputa pelo controle dos bairros e das comunas de Medellín. Então, foram consideradas os diferentes discursos construídos ao redor das milícias desde o nível oficial estatal (Prefeitura-Estado), desde o nível da mídia (imprensa) e desde as percepções dos especialistas consultados e empresários que oferecem os serviços de segurança na cidade.

Em suma, se aprofunda na relação entre os mecanismos de segurança privada legais e ilegais e os mecanismos de segurança pública, a partir da discussão sobre os atores armados que agiram em Medellín no século XXI. Então, se estabelece a relação que existe entre aqueles mecanismos de segurança legal e ilegal na cidade. A linha entre o legal e ilegal é quase invisível, sendo difícil estabelecê-la. Isso, levando em conta a revisão da literatura, assim como alguns antecedentes históricos sobre dita relação, a partir da revisão documental dos principais jornais locais em Medellín e entrevistas com atores chaves que participam da segurança privada, principalmente aqueles gerentes das empresas de segurança privada, lideranças comunitárias, acadêmicos e representantes das forças policiais do Estado.

Portanto, a origem da discussão foi a revisão teórica sobre a conformação das ordens locais híbridas nas quais convergem diferentes atores na disputa pela obtenção de seus fins e meios políticos, econômicos e sociais.

Al conceptualizar al Estado exclusivamente en términos de las instituciones estatales centrales, se pasa por alto la existencia del Estado como una comunidad política (más allá de los sentimiento que pueda despertar el concepto de “comunidad”); es decir, se pierden de vista las relaciones complejas entre las instituciones de Gobierno y las distintas dimensiones que conforman la sociedad, así como el papel de la población como agentes en la gobernanza y como “representantes” del Estado. Sin embargo, las dimensiones importantes de la legitimidad, de la participación y de una gobernanza coherente dependen de cómo se desarrollan estas relaciones en la práctica (VOLKER et. al. sin fecha).

Em suma, se reconhece a persistência de atores além dos limites do Estado, o que leva a considerar que pela presença de múltiplos atores se configuram diversos discursos e

diferentes práticas ao redor da oferta da segurança na cidade. É evidente que existem diferentes discursos, alguns deles são idílicos e mostram o rol dos atores armados primários na cidade como foi o caso das milícias, como aqueles que segundo diversos setores foram considerados para restabelecer a ordem e exercer uma violência societal que privilegia os interesses comunitários.

Mais outro discurso, gerado a partir da ação dos paramilitares, das gangues e dos combos, sobre os quais os setores políticos da esquerda tem sérios reparos como agentes da ordem, assinala que estes atores são antagônicos.

Assim, a entrada em campo foi revelando aqueles discursos e posturas sobre o que tem sido o fenômeno da violência urbana em Medellín e a privatização da segurança.

II Entrada em campo.

Para a entrada em campo foi feito uma primeira aproximação aos principais atores pelo meio de acadêmicos da Universidade de Antioquia (UdeA). Na primeira inspeção de campo em Medellín teve contato com dois pesquisadores do Instituto de Estudos Políticos da UdeA. Este Instituto foi fundado no ano 1988 e está adscrito ao Programa de Ciência Política dessa universidade. Mesmo que tal campo de estudo não se inseria no departamento da sociologia, o instituto tem grupos de pesquisas nessa linha, um deles o grupo “Hegemonias, Guerras e Conflitos” onde existem pesquisas sobre o desenvolvimento do conflito armado e a violência na Colômbia, particularmente em Antioquia.

Posto que o propósito principal foi conseguir uma aproximação com o fenômeno de estudo, foram feitas entrevistas exploratórias as quais, de acordo com Quivy & Campehhoudt (2005), é um instrumento que serve fundamentalmente para:

Demostrar los aspectos del fenómeno estudiado en los que el investigador no pensó espontáneamente y de este modo complementar las pistas de trabajo que se manifestarán a partir de las lecturas. Por tal motivo, es básico que la entrevista se lleve a cabo de una manera muy abierta y muy flexible para que el investigador evite plantear preguntas demasiado numerosas y precisas (QUIVY & CAMPEHHOUDT, 2005).

Deste modo, com o propósito de lograr uma aproximação ao objeto de estudo, foram feitas entrevistas exploratórias, uma delas foi realizada ao doutor em História Juan Carlos Vélez, quem na atualidade é diretor do Instituto de Estudos Políticos IEP. Esta primeira

entrevista não estruturada foi útil porque permitiu uma aproximação com a produção acadêmica sobre violência urbana na cidade desde a visão dos pesquisadores locais e, mesmo assim, representa uma forma de se aproximar às outras dissertações dos pesquisadores locais e conhecedores da dinâmica da violência em Medellín.

Do mesmo modo, segundo Vélez (Entrevista pessoal, 2015), não tem dúvida nenhuma que o fenômeno da violência em Medellín tem sido amplamente explorado. De fato, existe desde há alguns anos a ideia de que a cidade foi sobrediagnosticada nesse sentido.

Esta primeira entrevista foi revelando diversos aspectos que foram desenvolvidos com posterioridade no trabalho de campo, principalmente foi possível estabelecer com mais precisão o foco da discussão, assinalando que o tema da privatização da segurança e seus mecanismos são, pelo menos desde a visão de alguns dos entrevistados, com poucos referentes para o caso particular de Medellín.

Além disso, existe nos informantes o conceito de que apesar do tema da oferta de segurança privada desde o plano ilegal já tenha sido abordado com suficiência, existe um ponto pouco abordado ao respeito da formação e legalização dos mecanismos informais de oferta de segurança na cidade.

Deste modo, esta primeira entrevista conduziu à produção da pesquisadora María Isabel Duque Roldán do IEP, quem em o ano 2012 publicou o texto “La Seguridad Privada en Colombia: Un análisis del comportamiento durante la puesta en práctica de la política de Seguridad Democrática del gobierno de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010)”. Este texto é uma das poucas referências que existe sobre o tema da privatização da segurança desde o contexto nacional, ainda que aborde o fenômeno desde o olhar da legalidade e da constituição de empresas de segurança privada que oferecem estes serviços na cidade.

Igualmente, esta primeira aproximação com o fenômeno de estudo foi revelando a complexidade do tema em questão, tanto assim tanto em termos do que foi o levantamento das fontes secundárias quanto as fontes de informações primárias. Aqueles que tem familiaridade com o caso colombiano e com os múltiplos obstáculos culturais que existem de uma região para outra, compreendem que o departamento de Antioquia e em particular Medellín são dois cenários com uma identidade cultural, social e política muito acentuada, o que representa que o discurso sobre a superação da violência na cidade muitas das vezes se apresente no marco da aceitação do que se diz de forma oficial, quer dizer pelas próprias autoridades ou pelo discurso criado no nível da administração local. Isso permitiu estabelecer

a importância de ficar fora e de olhar os dados das fontes oficiais como se fossem pouco confiáveis, assim como dos discursos da mídia e das testemunhas da população, sempre com a ideia de triangular a informação.

Adicionalmente, o tema da superação da violência mais aguda dos anos 1990 em Medellín e o discurso sobre as melhoras nas condições de vida dos cidadãos teve como resultado a consolidação do que se chamou “El Milagro de Medellín”. Ao respeito em 2014 o jornal britânico “The Economist” publicou o artigo “Medellín’s comeback: The trouble with miracles”, a propósito do ressurgir da cidade. No texto se assinalam algumas das percepções no âmbito internacional ao respeito do milagre de Medellín:

Medellín’s recipe looks simple. It used to be the world’s murder capital, the hometown of Pablo Escobar, an all-powerful drug lord. The solution was a radical urban makeover with a redistributive purpose: the best projects were reserved for the poorest, most violent areas. “The point was to bring together a fragmented society and show respect for the most humble,” says Sergio Fajardo, the city’s mayor in 2004-07, who is credited with pioneering what city wonks call “social urbanism” (The Economist, 2014).

Além disso, no citado artigo se fala da transformação da cidade e da forma como a idiossincrasia paisa⁶ levou à superação das condições adversas através do urbanismo social e de outros processos sociais para a superação da violência. Por isso, existe no âmbito social a ideia que na cidade as coisas melhoraram muito desde a época do Pablo Escobar, ainda que existam aspectos por melhorar. Assim, isso significa-se distanciar das fontes de informação ainda que muitas vezes sejam as únicas fontes.

Pela mesma razão, conforme as entrevistas exploratórias foram avançando se estabeleceu contato com outros centros de pesquisa, de forma particular com o grupo de pesquisa de Estudos Políticos; o grupo de pesquisa “Urbanismo, Cidade e Desenvolvimento Urbano Regional” e o “Laboratório de Arquitetura y Urbanismo (LAUR) da Universidade Pontificia Bolivariana de Medellín (UPB).

De outro lado, no Instituto de Estudos Regionais INER da Universidade de Antioquia se fez uma revisão das principais publicações realizadas sobre violência urbana, todas elas na linha de Cultura, Violência e Território. Foram coletadas no total vinte (20) referências bibliográficas, entre elas as mais importantes são: “Medellín, guía de la transformación ciudadana, 2004 – 2011” de Adriana Sanín; “Medellín en primavera. La transformación de

6

O termo refere o gentílico das pessoas nascidas em Antioquia.

la ciudad en nueve reportajes”. “Medellín quiere ser el milagro completo de Luis Alirio Calle”; “Conflictos, guerra y violencia urbana: interpretaciones problemáticas” de Pablo Angarita.

Seguidamente, durante as primeiras semanas da entrada em campo, conforme avançavam as entrevistas exploratórias com pesquisadores do IEP, foi realizada uma revisão documental das publicações acadêmicas e dos principais jornais da cidade. Das publicações foram considerados os autores e textos que foram referenciados pelos entrevistados assim como aqueles apresentados nas bases de dados do Instituto Popular de Capacitação IPC, o IEP e o INER.

À propósito o IPC é um centro de pesquisa e capacitação focado no tema da violência e cultura de paz, daí a sua extração popular e seu compromisso com a sociedade. O centro foi fundado em 1982 e conta como uma ampla experiência no trabalho com comunidades da cidade afetadas pela violência e pelo conflito armado.

Tal como foi dito, foi importante reconstruir a história dos processos de privatização da segurança em Medellín ao longo do século XXI, pois pela escassa literatura sobre o tema foi realizada a reconstrução dos fatos históricos por meio de fontes secundárias, principalmente na mídia local e alguns dos textos mais preponderantes sobre o tema.

Com o fim de complementar a informação recompilada, foi feita uma recompilação dos jornais durante dois meses na coleção de jornais da biblioteca Carlos Gaviria Díaz da Universidade de Antioquia. A biblioteca tem uma ampla coleção de jornais nacionais e locais desde 1985. No entanto, foram referenciados os diários El Colombiano e El Mundo, dois dos jornais mais importantes da cidade. O jornal El Colombiano foi fundado em 1912. Nos últimos anos o periódico se caracterizou pelo seu respaldo à candidatura presidência de Álvaro Uribe Vélez.

Os jornais foram revisados entre os meses de janeiro e dezembro dos anos 2000 até os anos 2015. Foram analisadas principalmente as seguintes seções: Antioquia, Paz e Direitos Humanos, Segurança, Zona Urbana e Medellín.

Do mesmo modo, se fez uma revisão ao jornal El Mundo de Medellín entre os meses de janeiro a dezembro nos anos 2012 – 2015, na coleção digital disponível no site oficial desse jornal, o qual foi fundado no ano 1979 e que se caracteriza pelas suas posturas liberais. Foram usados os mesmos critérios da revisão para os dois jornais, fazendo a consulta de acordo a palavras chaves: segurança, violência, urbanização, milícias, criminalidade,

percepção de segurança e homicídios.

Em síntese, a base de dados da imprensa foi recopilada por meio de material digital e fotográfico, para posteriormente ser sistematizada numa base de dados em Excel com os critérios sinalados. Foram recompilados perto de 10.000 registros de jornais que foram utilizados na reconstrução cronológica dos principais fatos de violência e criminalidade na cidade.

Por outro lado, foi recompilada informações estatísticas sobre criminalidade e violência na cidade desde os anos 2005 até os anos 2015. A base de dados, está disponível no Sistema de Informação para a Segurança e Convivência SISC, e permitiu a reconstrução dos principais fatos de violência na cidade por comunas e bairros.

Apesar da informação estatística coletada, é importante assinalar que o presente texto tem um componente principalmente qualitativo, através de entrevistas e testemunhas dos atores imersos de uma ou outra forma na dinâmica do conflito urbano em Medellín, informação coletada pela imprensa.

Capítulo 1. Economia criminal e mercenarismo corporativo em Medellín.

Sí señor, Medellín son dos en uno: desde arriba nos ven y desde abajo los vemos, sobre todo en las noches claras cuando brillan más las luces y nos convertimos en focos. Yo propongo que se siga llamando Medellín a la ciudad de abajo, y que se deje su alias para la de arriba: Medallo. Dos nombres puesto que somos dos, o uno pero con el alma partida. ¿Y qué hace Medellín por Medallo? Nada, canchas de fútbol en terraplenes elevados, excavados en la montaña, con muy bonita vista (nosotros), panorámica, para que jueguen fútbol todo el día y se acuesten cansados y ya no piensen en matar ni en la cópula (VALLEJO, 2001).

A partir de uma abordagem qualitativo, o presente capítulo expõe as percepções dos atores chaves sobre temas de segurança e convivência na cidade. Para isso, foram feitas seis (6) entrevistas com acadêmicos, chefes de empresas de segurança privada e um intendente de polícia, procurando estabelecer as opiniões e percepções sobre a violência na cidade, seus transformações e as leituras que se desenvolvem no nível institucional e não institucional.

Do mesmo modo, indaga-se de que forma tem-se desenvolvido os mecanismos de privatização da segurança na cidade, quais são as mudanças apresentadas desde a percepção dos entrevistados ao respeito da criminalidade e a violência homicida, e quais são os relatos construídos sobre esse fenômeno. Pela mesma razão, foram pesquisadas as experiências sobre segurança e os principais desafios que tem a cidade nos últimos anos, de forma particular as posturas de aqueles oferentes de serviços de segurança.

Assim, foram feitas seis (6) entrevistas com atores chaves de diferente filiação institucional. Em primeiro lugar, se fizeram entrevistas informais com três acadêmicos da Universidade de Antioquia de Medellín.

Essas entrevistas tem um caráter exploratório, e a principal intensão foi estabelecer um panorama geral ao respeito da violência e a criminalidade na cidade, analisando quais tem sido as leituras acadêmicas sobre as transformações de Medellín, dos atores armados e as suas trajetórias, assim como as mudanças na presença de estes no âmbito territorial.

Na verdade, as entrevistas não estruturadas aprofundam diferentes tópicos, entre eles: estudos sobre violência e criminalidade em Medellín; segurança pública e privada; urbanização da violência; percepção da violência; economias criminais e grupos armados ilegais.

Pela sua parte, foi feito um roteiro de entrevista estruturado o qual foi aplicado aos gerentes de empresas privadas de Medellín. Em termos gerais, em ditas entrevistas se abordaram dois tópicos: informação sobre a empresa e a sua função na cidade, e por outro

lado, a percepção de segurança e as transformações a esse respeito na cidade.

Deste modo, com o fim de analisar a situação de segurança pública, se fez uma entrevista com um intendente da Policia Nacional, encarregado da coordenação da rede de apoio y solidariedade cidadã (RASCI) de Medellín ao longo do ano 2015.

A seguir, um breve perfil de cada um dos entrevistados com as suas trajetórias:

Entrevistado 1: Ricardo Cano, mora em Medellín, é gerente da empresa de Segurança ASECOVIG limitada, a qual opera no território nacional, mais com uma filial na cidade de Medellín. Trabalha em segurança desde os 19 anos de idade, com formação em pesquisa judicial, balístico forense, criminalista, com diplomado em alta gerencia em Segurança na Universidade Pontifica Bolivariana (UPB), com diplomado em Segurança Petroleira na Universidade Javeriana de Bogotá. Teve seus inícios como agente de segurança para uma companhia multinacional, logo depois se desenvolveu como supervisor. Foi coordenador e gerente de três empresas de segurança privada em Medellín. Uma delas, ONORI, empresa que chegou a Medellín em 1999, onde ele esteve ao redor de 5 anos. Do mesmo modo, trabalhou com a empresa ISVI limitada ao longo de 5 anos, e com outras empresas de Medellín. Na atualidade mora em Envigado.

Entrevistado 2: Jorge P. nasceu no município de Guacamayas, Boyacá, é Coronel aposentado da Policia Nacional, foi comandante da Policía de Urabá. Trabalhou durante 30 anos e se aposentou no ano 2005, ano no qual começou a fazer parte do setor de segurança privada.⁷ Mora em Medellín. Na atualidade é o representante legal da empresa ITEG Seguridad LTDA.

Entrevistado 3: Juan Carlos Vélez. É doutor em História e Mestre em História da Universidade Nacional Sede Medellín e Historiador da Universidade de Antioquia. Atualmente é o coordenador do Instituto de Estudos Políticos IEP da UdeA.

Entrevistado 4: Manuel Alberto Alonso. É sociólogo da Universidade de Antioquia. Mestre em Ciências Sociais da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais FLACSO. Em seus inícios como pesquisador trabalhou sobre o caso da zona do Magdalena Médio, particularmente sobre os processos de configuração local do Estado. Seus estudos sobre Medellín tem-se concentrado nas negociações adiantadas pelo governo local com bandas

7

O 23 de maio de 2005 a Procuradoria Geral da Nação arquivou uma investigação em contra do Coronel pela suposta omissão no combate da ação de grupos armados e criminais na zona de San José de Apartadó, no departamento de Antioquia. Na realização da presente entrevista não se fez referência nenhuma a esse fato. Recuperado en: http://www.procuraduria.gov.co/html/noticias_2005/noticias_151.htm

criminais e a relação entre o mundo criminal e as políticas públicas de segurança. No ano 2007, Alonso realizou uma pesquisa sobre paramilitarismo, competência armada e sobre o BCN em Medellín. Do mesmo modo, trabalhou na temática de recrutamento de crianças em Medellín e foi parte do Informe Nacional Basta Ya, no capítulo sobre Medellín, em uma pesquisa feita pela Corporación Región e o Centro Nacional de Memória Histórica.

Entrevista 5: Felipe Lopera. Cientista política da Universidade de Antioquia. Mestre em Ciências em Desenvolvimento Local, Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México. Pesquisador em temas de violência, criminalidade e economias ilegais.

Entrevista 6: Intendente Chavarría. Coordenador da Rede de Apoio de Medellín. Intendente da Polícia Nacional de Colômbia.

Considerações metodológicas.

Segundo Taylor & Bogdan (1986) a metodologia da pesquisa social poder-se-ia resumir em dois grandes enfoques, que pela sua vez nos levam ao debate entre duas perspectivas teóricas: a positivista e a fenomenológica. Os pesquisadores que se incluem na primeira tradição procuram os fatos ou causas dos fenômenos sociais com a independência dos estados subjetivos dos indivíduos. Pelo contrário, na segunda tradição teórica o fenomenológico “quiere entender los fenómenos sociales desde la propia perspectiva del actor. Examina el modo como se experimenta el mundo. La realidad que importa es lo que las personas perciben como importante” (TAYLOR & BOGDAN, 1986).

Do mesmo modo, nesta linha de análise, ao ter um fundamento distinto, a perspectiva teórica fenomenológica procura, pela sua natureza, pesquisar o sentido da realidade a través de técnicas e métodos de pesquisa qualitativa como a “observación participante, la entrevista en profundidad y otros, que generan datos descriptivos” (TAYLOR & BOGDAN, 1986).

Assim, neste sentido o olhar da pesquisa qualitativa assume que “todos los escenarios y personas son dignos de estudio” (TAYLOR & BOGDAN, 1986). Além disso, não existem temas que devem ser marginados de uma análise a profundidade, pelo contrário, os fenômenos sociais muitas vezes permanecem ocultos ou fora do alcance do pesquisar, nas práticas, nas ações e nas percepções dos informantes.

A reflexão anterior é pertinente para entender o caráter da entrada no campo e do interesse que segue o presente capítulo. Quando se faz o primeiro análise dos estudos sobre violência urbana e a criminalidade em Medellín se adverte uma aparente sobre diagnóstico

deste fenômeno, suas causas e suas consequências, tanto desde o ponto de vista quantitativo como desde a visão qualitativa.

Assim, a proliferação de centros de pesquisa em Medellín de caráter acadêmico e institucional que abordam ou analisam a violência homicida e a criminalidade na cidade, deixa ver dito interesse. Desde os anos 2000, poder-se-ia entrever um esforço considerável encaminhado a entender e compreender como funciona o fenômeno da violência, com o fim de melhorar a intervenção por meio das políticas públicas e melhorar as condições de segurança e convivência (Entrevista pessoal, 2015).

No entanto, nas conversações com os informantes pouco a pouco foram revelados alguns vácuos que existem ao respeito e que de fato dito sobre diagnóstico tem se concentrada em alguns fenômenos relacionados como a violência, mas nem em todos os aspectos.

Nesta linha, é importante o fato que diversos estudos tem se focado nos estratos mais baixos da cidade, em certos tópicos e perspectivas da criminalidade, deixando de lado as discussões sobre a forma como se percebe a criminalidade e a violência homicida em outras zonas da cidade. Ao respeito um dos entrevistados menciona que:

En Medellín hay una cosa que no se ha explorado mucho y es que digamos de alguna forma la gran investigación social sobre criminalidad en Medellín se ha concentrado en estratos 1,2 y 3 y poco se ha explorado la evolución de la criminalidad en las comunas 4, 5 y 6, existe muy poco al respecto y que no existan estudios sobre esos espacios, borra por ejemplo el papel de la seguridad privada y de formas de seguridad privada en la contención de la criminalidad, por ejemplo si hubiesen estudios más juiciosos sobre Belén sobre Laureles sobre El Poblado sobre ese tema la seguridad en esos espacios, tendríamos más claro el panorama de las dinámicas legales e ilegales en el manejo de la criminalidad. Las cifras están pero no sabes cuáles son los mecanismos de seguridad privada que hay en esos espacios, por ejemplo no se sabe cuántas empresas de seguridad funcionan en esa zona. Por ejemplo, sería interesante saber cuántos vigilantes existen por cuadra en un sector como el Poblado, si cada unidad tiene dos o tres, si además del policía del cuadrante vos por cuadra tenés seis vigilantes que pueden ser más. Hay trabajos sobre presencia de paramilitares, actores armados pero sobre estas formas de seguridad privada existe muy poco en la ciudad. Yo siempre me he imaginado, cuánto demoraría una persona que coloque una caseta de tinto en una esquina en el Poblado quién le irá a decir que no, para decirle no podés estar ahí. Hay controles ilegales que no son visibles (Entrevista pessoal a Manuel Alonso, 2015).

Como foi dito na anterior testemunha, a criminalidade e a violência homicida tem certas manifestações em aquelas zonas que são em aparência seguras ou que ficam longe tanto física quanto simbolicamente das zonas mais vulneráveis. Deste modo, a intenção de referenciar diferentes perspectivas sobre esse tema, leva a considerar informantes dissimiles

em termos da sua visão sobre a cidade.

Desde um olhar qualitativo, é relevante a mirada do acadêmico que tem seguido de perto o fenômeno, fosse por meio das leituras dos análises do fenômeno ou pelas visitas em campo, igualmente é relevante a mirada do gerentes de uma empresa de segurança privada que deseja de alguma forma expandir seu negócio, usufruando os temores e as percepções de segurança dos cidadãos. Assim, interessa tanto a visão institucional quanto a visão de aquele que oferece os serviços de segurança desde o nível público.

Em certo sentido, cada um dos atores chaves foi revelando paulatinamente alguns dos focos de discussão que se apresentam neste capítulo. Por isso, é saliente o enfoque qualitativo o qual oferece a possibilidade de dar voz a outros atores, os quais ainda que não tem permanecido marginados da sociedade, tem uma história que compartilhar ao respeito do fenômeno social explorado.

Deste modo, uma das ferramentas utilizadas foi a entrevista estruturada e a entrevista informal e não estandardizada. Foram feitas dois tipos de entrevistas, levando em conta que na hora de indagar sobre os mecanismos de segurança privada na cidade existiu reticência por parte dos gerentes e os representantes legais de empresas de segurança privada, os quais em maior parte foram reticentes a participar do processos de pesquisa.

De fato, as discussões com os gerentes de empresas privadas geralmente mostraram algum ceticismo sobre as questões colocadas e o fornecimento da informação necessária. Contrariamente ao que aconteceu com os representantes das empresas de segurança privada, os outros atores concordaram em compartilhar as suas experiências de violência, segurança e criminalidade em Medellín.

Por isso, a abordagem desses atores foi feita em forma de conversação. Em relação às entrevistas como uma estratégia de pesquisa vale destacar como mencionado por Taylor & Bogdan:

El segundo tipo de entrevistas en profundidad se dirigen al aprendizaje sobre acontecimientos y actividades que no se pueden observar directamente. En este tipo de entrevistas nuestros interlocutores son informantes en el más verdadero sentido de la palabra. Actúan como observadores del investigador, son sus ojos y oídos en el campo. En tanto informantes, su rol no consiste simplemente en revelar sus propios modos de ver, sino que deben describir lo que sucede y el modo en que otras personas lo perciben (TAYLOR & BOGDAN, 1986, p. 103).

Agora, seguindo a Ragin (2007), a pesquisa social persegue diferentes objetivos de acordo com um conjunto de mecanismos e técnicas de pesquisa que variam de estratégias

qualitativas a quantitativas. É por isso que a pesquisa social permite da procura de padrões e relações gerais a interpretar os fenômenos culturais relevantes passando por outros fins, como explorar a diversidade, fazer progredir a teoria ou dar voz.

Sobre esse último aspecto, parece não haver consenso sobre para quem é pertinente para dar voz na pesquisa e se é objetivo dar voz à comunidade.

Agora, seguindo Bonilla y Rodríguez (1997):

Cuando se busca conocer el mundo tomando como referencia el punto de vista de las personas, es necesario descubrir las actividades diarias, los motivos, los significados, las emociones y reacciones de los individuos. En este tipo de aproximación el miembro de una sociedad, de una comunidad, es el experto de su propio mundo, vive así, lo conoce y sabe cómo describirlo de manera adecuada. El investigador no busca por lo tanto descubrir aspectos del mundo real desconocidos para las personas, sino captar lo que saben los actores, ver lo que ellos no ven y comprender como ellos comprenden (1997, p. 92).

De acordo com Patton (1980), citado por Bonilla y Rodríguez (1997), a entrevista qualitativa permite conhecer a perspectiva ou o ponto de vista e o contexto de referência através do qual as pessoas organizam seu ambiente e orientam seu comportamento (1997, p. 93).

Nesse sentido, a próxima seção analisa as posições dos atores-chave relacionados ao comportamento da violência urbana e da criminalidade em Medellín entre os anos 2000 e 2015. Para isso, foram realizadas entrevistas estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas com acadêmicos, gestores e representantes de segurança privada e pública na cidade.

Sobre isso, as opiniões dos atores são analisadas seguindo diferentes tópicos de discussão: economia penal, urbanização do conflito armado colombiano, mercenarismo corporativo, segurança privada, segurança social, políticas de segurança pública, milícias, estruturas criminosas, corrupção policial, homicídios, violência urbana, pactos armados e parceria pública privada em segurança (rede de apoio), entre outros aspectos.

Da mesma forma, conforme as percepções dos entrevistados são contadas, procura-se estabelecer um paralelo com a literatura relacionada e as posições de outros atores no que diz respeito aos fenômenos explorados.

É importante analisar as diferentes posições dos informantes sobre os temas consultados, levando em conta o lugar de onde cada ator fala sobre suas experiências e como ele percebeu o fenômeno da violência na cidade.

Com um discurso mais elaborado a posição dos acadêmicos revela o papel social e armado desempenhado pelos chamados criminosos primários da violência em Medellín. Isso se reflete, sobretudo, na ideia de presença diferenciada do Estado, o que teria como contrapartida a intervenção de outros atores que de alguma forma vêm para mediar os diversos conflitos sociais que surgem dentro dos processos de urbanização e consolidação de Medellín como um dos principais centros urbanos da Colômbia.

Economia criminal, segurança social e mercenarismo corporativo.

O que tem sido chamado de segurança social (Entrevista Felipe Lopera, 2015) tem a ver com o interesse das milícias de guerrilha entre as décadas de 1980 e 1990 que chegaram na cidade, a fim de fazer presença na cena urbana. As características deste tipo de segurança podem ser enquadradas de acordo com a análise das entrevistas, principalmente em quatro aspectos: controle territorial; o controle social; filantropia como uma estratégia de cooptação e aceitação pela comunidade local e atores antagônicos aos interesses do Estado. Como observado nas histórias e testemunhos dos informantes, esse tipo de segurança social tende, em princípio, pelo exercício da autoridade em áreas onde o Estado simplesmente não funciona ou está ausente.

Por eso, las dinámicas de violencia se entienden mejor si se abandona la imagen monolítica de nuestro modelo de Estado y se enfatizan las diferentes formas como el Estado colombiano hace presencia en las regiones y localidades, lo mismo que en los diferentes tiempos en que esta presencia se articula con los poderes que surgen en ellas. Una será la violencia que confronta el dominio directo del Estado, muy distinta de la que se desarrolla donde este dominio del Estado debe ser negociado y articulado con las estructuras de poder, y otra, muy diferente, es la violencia que se produce donde no se han logrado consolidar los mecanismos tradicionales de regulación social, o donde estos mecanismos están haciendo crisis. En esas regiones no hay un actor claramente hegemónico sino una lucha por el control territorial con predominios cambiantes según la coyuntura, que dejan a la población civil expuesta al cruce de fuegos y a los cambios fluctuantes de “soberanías fluidas” de uno u otro de los actores armados. En estas regiones, los aparatos del Estado se mueven como otro actor local más, entremezclándose de manera difusa con los poderes de hecho que se están construyendo en ellas (González, Tilly. Bolívar y Vásquez, 2003:197-236). (GONZÁLEZ, 2003).

Precisamente esse fenômeno tem sido chamado de "presença diferenciada do Estado", isto é, a presença do Estado colombiano em algumas áreas é determinada por esses atores primários da violência que conseguiram por meio de diferentes mecanismos estabelecer o controle quando o Estado esteve ausente suas funções de uso legítimo da violência física. Após a definição de González, o Estado colombiano tem três formas de

presença diferenciada no país: presença hegemônica (onde o Estado é o único ator preparado, que efetivamente exerce violência); nenhuma presença hegemônica (quando o domínio do Estado deve ser negociado com outros atores) e a presença precária, que acontece nesses territórios onde o Estado não consolidar seus mecanismos de regulação social (GONZÁLEZ, 2003).

Aqui houve uma política desastrosa (...) pude experimentar como eram esses bairros seguros, felizmente não durou muito tempo, criaram áreas seguras no bairro El Poblado e Laureles, isso era terrível, Fajardo acabou com isso. Dar a dispositivos de segurança estranhos o controle de áreas, considero que eram dispositivos dos paramilitares. Em sua própria vizinhança você começava a ver pessoas vestidas de preto em motocicletas, com espingardas. Você começava a ver pessoas mortas aparecerem nesses bairros. Apareciam pessoas mortas que você conhecia, porque pediam dinheiro, porque eram consumidores. Eu não sei se este mesmo modelo foi aplicado naquela época, mas já aos dispositivos ligados ao Cacique Nutibara. O que nos preocupava era a segurança privada informal (Entrevista pessoal, 2015).

Tal presença diferenciada do Estado permite a formação de grupos armados que tentam exercer força de algum modo em áreas proibidas. Às vezes, o Estado usa a conivência com atores armados legais e ilegais, a fim de oferecer um serviço de segurança.

Seguindo a Vilma Liliana Franco (2009, p. 353) a origem dos grupos armados ilegais no caso da Colômbia pode ser interpretada, por um lado, de uma visão centralizada de Estado, por outro lado, a partir da noção centrada na sociedade. De acordo com Carlos Medina, citado por Franco, o fenômeno paramilitar é explicado como "expressão da adaptação das forças militares oficiais para a guerra irregular e, portanto, como um impulso para as estratégias de contrainsurgência da Doutrina de Segurança Nacional e para a aplicação dos fundamentos de conflito de baixa intensidade "(2009, p. 353).

No mesmo sentido, o fenômeno paramilitar é explicado como uma resposta do Estado em sua luta de contrainsurgência, o que resultou no nascimento de "exércitos privados de civis" agindo em conivência com o Estado (FRANCO, 2009).

De un lado, se explica la formación de la "autodefensa" como mecanismo coercitivo de la sociedad pero no el paramilitarismo, uno de cuyos rasgos distintivos es la existencia de un vínculo orgánico con el aparato estatal —el cual puede expresarse en una relación de subordinación directa o desarrollar una autonomía relativa con respecto a éste—; y del otro, niega o minimiza la responsabilidad del aparato estatal en la conducción de la guerra contrainsurgente y, por tanto, en la reorganización del orden táctico de la misma. De esta explicación, que suele ocuparse además de una dimensión espacio-temporal episódica, se derivan a su vez distintas posturas sobre el origen del fenómeno dependiendo del lugar donde se sitúe la reacción o a quién se le atribuya (FRANCO, 2009, pp. 354-355).

Vale a pena esclarecer a diferenciação entre a origem do conflito armado a partir da perspectiva da formação de autodefesas e sua origem como um correlato da formação de grupos paramilitares. De acordo com Franco, a formação de autodefesas é explicada pela incapacidade do Estado de proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, enquanto que a origem dos grupos paramilitares só faria sentido se é explicada a partir de intervenção do Estado na resolução violenta de vários conflitos sociais. Desse ponto de vista a formação paramilitar é explicada no contexto das estratégias de contrainsurgência do Estado.

Além disso, nas várias explicações sobre a origem dos grupos paramilitares são considerados outros atores. Primeiramente, o paramilitarismo pode ser interpretado como uma resposta das elites regionais e locais de caráter econômico, militar e civil diante de cerco dos grupos guerrilheiros. Uma segunda abordagem interpreta a origem de paramilitarismo como uma resposta parcial da sociedade à ausência do Estado em zonas controladas pela guerrilha. Da mesma forma, o fenômeno paramilitar teria surgido como uma reação dos setores de tráfico de droga às extorsões e ao sequestro das forças insurgentes. Por último, as pesquisas recentes mostram captura por parte dos paramilitares do dispositivo político do Estado por meio de mecanismos diretos de influência nos resultados das eleições, seja através da violência, financiamento ou favorecimento de candidatos (LÓPEZ, 2010).

Todos esses fatores teriam dado origem ao que Mauricio Romero chama de "empreendedores da coerção", ou seja, indivíduos especializados em gestão, implantação e utilização de violência organizada, a qual oferecia como um produto em troca de dinheiro ou outros tipos de valores " (ROMERO, 2003, p. 8).

Los empresarios de la coerción no deben confundirse con los hombres de negocios corrientes y sus empresas, sean legales o ilegales. Ambas generan ingresos produciendo bienes y servicios para el mercado, pero sus administradores generalmente no usan la violencia, sino que pagan a aquellos que sí son especialistas en su despliegue y uso (ROMERO, 2003. p. 8).

Do mesmo modo, uma terceira posição sobre a reconfiguração do poder paramilitar sobre a qual teria tido um processo de acumulação de recursos e meios físicos que o teriam permitido se configurar como "caudilhos" e infiltrar no poder político, esses grupos eles se tornaram "exércitos privados dedicados a exercer coerção e proteção, a práticas predatórias, e a influenciar as dinâmicas políticas locais, que não só quebram o monopólio da força, mas também dão origem à formação de proto-Estados" (FRANCO, 2009).

El mercenarismo corporativo encuentra en la lucha contra la insurgencia su fuente de coherencia estructural mientras que se fractura y expande a través de múltiples motivaciones privadas competitivas. Desde esa condición, auxilia organizadamente a las fuerzas oficiales en el control local de la población y su sustracción al influjo insurgente; interviene en la configuración de redes de inteligencia que refuerzan la lucha contrainsurgente en su sentido preventivo y punitivo; sirve a la protección violenta de intereses económicos inmediatos de nacionales y extranjeros —actividades de explotación de recursos, infraestructura, instalaciones empresariales, condiciones de explotación de la fuerza de trabajo, zonas de interés económico o actividades de carácter ilegal—; sirve a la recuperación de dominios territoriales para la autoridad estatal; participa directamente de la ofensiva bélica, sin subordinación inmediata al mando de un aparato estatal, a cambio de concesiones económicas tales como apropiación ilegal de rentas, participación de actividades económicas ilegales, conservación del botín de guerra y garantías de impunidad (FRANCO, 2009, p. 389).

Por outro lado, a estratégia paramilitar explicada a partir da visão contrainsurgente, implica desse mesmo modo a extensão da ação militar além do seu âmbito de ação, envolvendo, assim, novos atores que também fazem parte da sociedade civil. A natureza diversa das funções do paramilitarismo leva a este aja em diferentes áreas do controle do Estado e da sociedade civil. Em si, essas funções não passam somente pela recuperação de territórios, conforme documentado no caso da Operação Orion em Medellín, mas que a relativa autonomia desses grupos, como parte do processo de descentralização de suas ações leva estes grupos a obter concessões na captura de renda e mercados ilegais, embora este não seja seu único propósito.

Su existencia se tiene en cuenta en la fase preparatoria de la estrategia contrainsurgente, y se torna definitiva en las etapas de eliminación (i. e. operaciones ofensivas contra los rebeldes, represión y control de la población), mantenimiento (i. e. configuración de red de informantes y formación de una sociedad policiaca) y consolidación (i. e. responsabilizar a la población de su seguridad, despliegue de la ofensiva hacia otras áreas) (FRANCO, 2009).

Passando ao nível especificamente local, a inserção dos grupos paramilitares na dinâmica da violência urbana na Colômbia tem várias consequências, não só em nível nacional mas também em termos da configuração da violência no nível urbano.

Sobre isso, alguns dos entrevistados compartilham a noção de que a expressão da violência em Medellín teve várias transformações com a inserção dos paramilitares. Na verdade, as mudanças apontam para o surgimento de um tipo de prestação de serviços de segurança que deixa de ser social para tornar-se o que Franco chama de "mercenarismo corporativo" e ao que Romero se refere como "empresários da coerção". Esse tipo de mercenários corporativos tem como característica um efeito direto nas transformações da

violência em áreas pacificadas por grupos paramilitares.

Seguindo o testemunho de acadêmicos que exploraram o desenvolvimento da violência urbana em Medellín, pode-se notar a mudança que causa a presença paramilitar em processos sociais dos bairros afetados.

Qual é a última coisa que descobrimos? Por exemplo, que os paramilitares foram fornecer segurança, nas últimas descobertas o que descobrimos é que essas expressões de segurança deixaram de ser sociais, não que tenha perdido o sentido social da segurança, mas que agora se voltou aos nichos de mercado legal e ilegal, às cadeias de valor. A segurança é oferecida restritamente aos espaços onde é necessária para uma transação, bocas de fumo, lojas de tabaco, lugares de transação econômica, de tráfego de veículos, enclaves empresariais, como menciona Vilma Liliana Franco, ela fala sobre uma coisa chamada mercenarismo corporativo, onde o ator armado perde o caráter social e se dedica aos negócios, a proteção que encontramos é puro negócio (...) a comuna 13(bairro) tem a maior taxa de homicídios, quando rastreamos esses homens envolvidos no crime, o que vemos é que, geralmente, todos estão relacionados com esse tipo de negócio, mas não todos. O que nós encontramos nessa linha do tempo, que esse sentido que se espera que continue está nessa mudança dos atores, começou a se esfumar, ou seja, já não é mais o cara que te dizia "olha você não pode mais se vestir assim, então cuidado com as drogas, não grite com a sua mãe, seu idiota isso, por exemplo, diziam" se você se comportar mal vai varrer a rua" "se você se comportar mal faz algumas escalas, isto é, te colocam para fazer tarefas" ou "vou te chamar três vezes e se não obedecer, eu te mato", já se virou é como cooptou, absorveu tudo isso pelas pessoas próximas ao tráfico de drogas e pelos rastros, urabeños (grupos armados) e setores da "Oficina de Envigado", observa que todas essas funções relacionadas ao serviço de segurança mudaram, começa a ser segurança de nicho de mercado de uma área livre, uma oferta de segurança, mas em nível empresarial. Isso porque antes "esperávamos", como pesquisadores inclusive eu, essa segurança social, ampla, territorial, tornou-se menor, assim as pessoas nos dizem, olha é que de aqui, aqui estão alguns lugares, então os garotos os cuidam, no outro quarteirão para estar avisando ou vendo que a polícia não chegue, fazem áreas de trânsito de consumo, estão mantendo um nicho de mercado, é o que Giraldo afirma. Deixou de ser social, diferente de outros bairros de Medellín, onde mais uma vez os controles sociais foram endurecidos, essa sensação de panoptismo de cuidado para não sair a essa hora, você não pode fazer isso (Entrevista pessoal, 2015).

Desse modo, as seguintes expressões são vistos na segurança social: tem como objetivo o controle territorial, mas não é sua única função; é abrangente, ou seja, abrange vários aspectos da vida cotidiana dos cidadãos; é uma forma de controle social que absorve os espaços privados, ou seja, é totalizante; tem um aspecto filantrópico embora não seja sua finalidade; não exclui o controle de nichos de mercado, embora não seja o seu objetivo.

As pessoas pagam a "vacina" (extorsão), pois em algumas áreas, mas não em todas, há uma área construída pela iniciativa do Estado, por exemplo, na Comuna 13 onde você encontra menos criminalidade e por aí há oferta pessoas para segurança, mas quando você começa a subir onde estavam antes esses atores armados, tem pessoas que precisam pagar para ser cuidadas, você tem o agressor,

para te proteger. Ou eu o cuido ou o ofendo, se você me der dois mil pesos (aprox. R\$ 2,00) eu não te roubo se não me der eu mesmo roubo você. Enquanto no caso das milícias, a questão era diferente, era vamos lá, trabalhem por um bairro melhor, cuidemos dele, vamos reformar a escola, vamos reunir os garotos do bairro, é coligação não trabalho, com um sentido filantrópico, essas são as características de um ator que tende à segurança social, enquanto que esses estão vendendo serviços (Entrevista Felipe Lopera, 2015).

Nesse ponto, vale destacar o papel social que cumprem tais grupos que fazem a segurança nas comunas, um deles são as chamadas milícias de guerrilha dos anos 1980 e 1990 principalmente redutos do grupo armado M-19, cujo objetivo principal é o controle social através da intervenção sobre os principais problemas do bairro. Aqui temos um sentido social destinado a remediar a presença diferenciada do Estado, uma estratégia que certamente serve para ganhar seguidores entre os vários atores no conflito. Vemos então o caráter da segurança social como aquela que visa a aceitação da comunidade por meio de estratégias colaborativas, coligação e trabalho em conjunto.

Há diferenças na natureza dos atores nos últimos trabalhos realizados, observa-se uma diferença entre pequenas quadrilhas de bairro esses são combos, grupos de garotos, mas depois deles estão as quadrilhas de presença territorial, estruturas maiores BACRIM (abreviação de "bandas criminales" - grandes organizações criminosas) herdeiras das estruturas do paramilitarismo que possuem uma dimensão territorial, a "oficina de envigado", grandes organizações que controlam nichos de mercado. O que os conduz é o controle de nichos de mercado, mais do que um propósito de mercados ilegais, começando com as coisas simples como a distribuição de mercados legais e ilegais. Pagamentos diários, apostas, máquinas caçaniquéis, roubo de combustível, tráfico de drogas, extorsão, envolvimento com contrabando, pirataria (Entrevista de Manuel Alonso, 2015).

No entanto, o aspecto dessa segurança dependerá do tipo de atores que mais tarde esses grupos devem enfrentar e da maneira como pouco a pouco serão colonizados os diversos bairros e zonas afetadas. Sem dúvida, a variável do tráfico de drogas irá desempenhar um papel importante nessa equação da urbanização da guerra em Medellín.

Eu vou te dar o melhor mapa do que é e tem sido a violência para localizar os atores e momentos da violência em Medellín é o livro - Medellín tragedia y resurrección: Mafia, Ciudad y Estado 1975 – 2012, se você quiser ter mais ou menos um raio-x detalhado do que tem sido a evolução dos grupos criminosos na cidade, é um livro com pouca análise, mas contém muita informação valiosa. Quando fizemos a pesquisa sobre o paramilitarismo no Bloque Cacique Nutibara (organização criminosa paramilitar) percebemos que o problema do narcotráfico e do crime se repete e como surge a presença de atores armados na cidade. Supõe-se que estamos em um momento em que eles vão fazer os paramilitares entregarem as armas e também em um momento em que os guerrilheiros tinham perdido poder em Medellín, e nos perguntamos o que teria acontecido com o tráfico de drogas, depois das milícias populares, após a reorganização das máfias, o surgimento de

certas estruturas hierárquicas como La Terraza, Los Triana, La Oficina de Envigado, assim gostaríamos de saber o que teria acontecido com essas pessoas, depois da entrega das armas. E começamos a descobrir que, em estruturas paramilitares Medellín era uma coisa muito complexa, de uma forma ou de outra articulava o que chamamos de vários nós de crime na cidade, então, por causa disso, começamos a observar como se diz, que o paramilitarismo teve uma estrutura de rede, essencialmente, uma rede que tinha várias manifestações do que tinha sido a violência e o crime na cidade, então o que começamos a fazer foi escrever partes desses nós e também um núcleo central separadamente que eram os grandes escritórios, as grandes estruturas bastante ligadas ao que foram as "oficinas" do tráfico de drogas e a herança de Los Pepes em meados dos anos noventa e ao lado delas estruturas menores que eram quadrilhas que exerciam controle territorial de uma maneira ou de outra tinham sido absorvidas pelo paramilitarismo, liderados por Don Berna, ou seja, estamos falando dos anos de 2003, 2004 e 2005 (Entrevista a Manuel Alonso, 2015).

Para esse surgimento de vários atores do conflito armado e o impacto que a droga teve ao profundar o mesmo devemos adicionar as mudanças na oferta de segurança na cidade. Assim, a segurança social coexiste com outro tipo de controle de segurança mais ligado aos nichos de mercado, no entanto, às vezes a linha não é visível entre os diferentes tipos de segurança.

Como foi o caso na comuna 8 e algumas áreas de Manrique. Em contrapartida, em Castilla acontece exatamente o contrário porque tem de tudo, um dia desses um garoto me dizia que com o pacto do fuzil todos tiveram que pedir novamente autorização do chefe. Mas, por exemplo, no nordeste da cidade em Manrique e Raizal, os caras fazem toque de recolher quando a coisa tá feia e as pessoas sabem literalmente que tem toque de recolher às 11 horas e todos tem que ir pra casa, restringem a forma de se vestir, a participação política, a mobilidade para algumas áreas do bairro, porque eles estão em confronto com outros caras, os de San Pablo brigando com los Triana é apenas uma questão de panoptismo, embora aqui seja um mercado mais aberto. Para as pessoas que vivem no bairro, por exemplo, algumas pessoas disseram que não podem pagar sua droga nenhum lugar que não seja no bairro, você pode pensar que isso é um controle social de tipo territorial, mas é o controle do nicho de mercado, é uma população cativa que mantém o circuito do mercado. É como um conjunto residencial onde colocam uma loja, você pode fazer compras na loja, neste caso, a coisa é diferente porque fazem coerção (...) Voltando para a Comuna 13, houve uma época em que, por exemplo, falar sobre o mercado, os atores armados cooptaram os mercados, como a distribuição de arepas e ovos, ou seja você não irá encontrar indústrias lá, somente pequenos estabelecimentos comerciais que pagam a "vacuna" (taxa) pela segurança, lojinhas de bairro, dificilmente uma loja de eletrodomésticos. O que eu não consigo entender nesse nicho de mercado que tem um mercado livre interno rodeado por atores armados, você pode montar um negócio não tem que perguntar a ninguém, mas depois que você abre o negócio eles chegam e começam a te cobrar a "vacuna", você não tem que pedir autorização, mas se é o problema de circuitos de mercado de economia ilegal ou se eles têm um monopólio de um produto como ovos ou arepas, então você vende isso (Entrevista Felipe Lopera, 2015).

Se você quiser, ao fazer uma rastreabilidade do que tem sido a presença de grupos armados ilegais nos bairros e áreas de Medellín se evidencia uma mudança nas formas de

ação desses grupos, basicamente, passamos de um tipo de controle social por meio do uso da violência a um tipo de controle de nichos de mercados e captura de rendas ilegais, onde a segurança dos cidadãos ou clientes depende do tipo de interesse econômico desses grupos. Esse tipo de privatização da segurança não procura remediar a ausência ou presença diferenciada do Estado (GONZÁLEZ, 2003), mas controlar as áreas que servem de trânsito ou são estratégicas para o controle de rendas ilegais.

El mercenarismo corporativo contrainsurgente es una forma de reorganización de la violencia que no constituye una disputa del monopolio estatal de la fuerza ni una fractura al principio unitario de la organización política como la que genera la rebelión en su desafío a la estructura de dominación. El Estado admite este desplazamiento de su función coercitiva, en condiciones excepcionales e incluso normales, tanto con fines de defensa personal como de represión para la conservación del orden. La promoción estatal de la organización militar de los civiles a través de algunos de sus aparatos, y la indulgencia hacia las organizaciones que se constituyen por fuera de la legalidad siguiendo ese llamado, expresan una delegación de la fuerza estatal justificada por fines contrainsurgentes (FRANCO, 2009, p. 392)

Enquanto as atividades realizadas no âmbito dos mercenários corporativos, muitas vezes se inserem no plano de ilegalidade por meio da captura de rendas ilegais e prestação de serviços de segurança privada, esse mercenarismo não representa necessariamente uma ameaça ao propósito da segurança e à razão do Estado, pois o mercenarismo corporativo está inserido dentro da estratégia contrainsurgente do Estado.

Esta forma de organización de la violencia para garantizar con eficacia la conservación encaja dentro de la persistencia de una tendencia global privatizadora, agudizada tras el final de la Guerra Fría. Dicha tendencia está representada en la subsistencia del mercenarismo individual en diferentes conflictos internos, el enrolamiento de ciudadanos extranjeros en los ejércitos nacionales para tomar parte de guerras contra agentes no-estatales, la multiplicación de compañías de seguridad privada y la formación de compañías militares privadas (legales) requeridas tanto por gobiernos como por agentes privados. Este último caso, como uno de los más representativos de dicha tendencia, ha introducido, según Leander, un proceso de transformación en la regulación estatal de la violencia a partir del desarrollo de un mercado de servicios militares y un creciente control privado de la violencia que problematiza las líneas de responsabilidad debido al retorno a la política de la negación plausible. El conjunto de estas prácticas indica que el aparato estatal no asume completamente el control sobre la violencia y delega diversas funciones en una o varias de tales formas, en un orden unitario de la misma, como un medio de restablecimiento de su autoridad y de garantizar condiciones extraeconómicas para la acumulación. Es decir, el mercenarismo corporativo contrainsurgente confluye en la guerra no sólo con las instituciones armadas del Estado —que contra la tendencia internacional se fortalecen en tamaño y gasto—, sino también con empresas de seguridad privada, compañías militares privadas y mercenarios individuales con las que comparte una dimensión privada (FRANCO, 2009).

No entanto, é claro que a descentralização do monopólio da violência física legítima em poder do Estado tem levado a uma espécie de autonomia relativa desses atores que às vezes não se sujeitam aos mandatos do bloco central.

São diferentes formas de violência que afetavam vários tipos de população, não havia um único dispositivo armado utilizando a violência, não havia somente um grupo vítima única de tal violência, embora eu deva dizer que no registro de vítimas era possível caracterizar o tipo de pessoas que morria em Medellín nos anos 1980 e 1990 que foi o que nos coletamos, quem? Homem, jovem, entre 16 e 25 anos geralmente sem emprego, sem estar estudando, é claro, se fossem de certas áreas da cidade poderíamos ampliar ainda mais o perfil, mas além disso, também vemos que houve violência contra a população LGTBI, houve violência em setores específicos, falando sobre as vítimas, falando sobre os assassinos na área nordeste predominada a banda de La terraza, a banda de Frank, havia umas misturas de milícias do M-19 na comuna 10 e 8, e depois nessas comunas chegaram grupos paramilitares que articulam outros grupos, essa foi outra pesquisa que fizemos. É aí quando o bloco Metro chega e confronta o bloco Cacique Nutibara na área centro-leste da cidade, Itagüí é outra coisa, Envigado é outra coisa são diferentes os atores geradores de violência, e também devemos considerar que, embora a violência se concentrasse geograficamente, muitos homicídios estão concentrados em algumas áreas, mas não podemos assumir que a cidade é violenta somente nessas áreas porque às vezes há decisões que estão sendo tomadas em diferentes áreas da cidade, a violência não pode ser restrita a um território, de acordo com esses dados, se nisso as autoridades erravam, restringiam a violência pelo território, então as pessoas dizem quais são as áreas mais violentas, onde há maior número de mortes (Entrevista pessoal, 2015).

Diante disso, devemos esclarecer, que os atores envolvidos no cenário de confronto urbano, especificamente no caso de Medellín, os atores são diferentes, têm diversas origens e embora muitas vezes seus protagonistas se sobreponham e entrem em uma organização ou outra, isso não significa que devem ser caracterizados da mesma maneira. Sobre esse aspecto, é importante destacar o lugar que o mercenarismo corporativo ocupa na urbanização do conflito armado na Colômbia.

(...) houve uma aprendizagem, ou seja, fatores principais do conflito, foram os mesmo de certo modo, os mesmo garotos do bairro, a base é a mesma. Imagine que desde 1970 estamos brincando com espelhos que refletem o conflito nacional, não completamente porque nunca houve um total completo para dizer que aqui se reproduz o conflito nacional (...) Em Medellín nunca houve a urbanização do conflito, digamos que não é o exemplo de um departamento como o Cauca, que você podia dizer daqui pra lá são esses atores, de lá para cá são esses outros, e há guerra de posições é com lógica de guerra, ou seja, que há atores determinados claramente diferenciados. Não é a urbanização da guerra, esse é apenas um fator. Só que dentro dessas criminalidades surge esse tipo de conflitos sociais. Pode-se partir de uma posição básica para ler o caso de Medellín, fazendo referência ao poder de infraestrutura dos atores principais. O que é e o que não é Medellín. O poder de infraestrutura deve conter um ator principal que é como o bloco, são pessoas com habilidades de negociação, mobilização e capacidade de resposta. No caso de Medellín, como se constitui Medellín, por exemplo, ao consultar Gerald

Martin, Gustavo Duncan em um texto chamado “Más que plata plomo” (Mais do que a grana chumbo), há uma parte sobre contrabandistas. Então, esse poder de infraestrutura, nos diz que há um ator com habilidades de negociação que pode ser permeado. Na Comuna 13 há uma parte de construção formal de bairro operário, que começa no final da década de 1950, mas havia também uma parte de absorção da população deslocada e começa a se constituir outra periferia, que eram bairros, informais, ilegais e piratas, informais quando há intervenção de um ator público privado, há uma fronteira estranha de construção, povoamento. São atores com capacidade de negociação que montam circuitos econômicos, já na década de 1970 o que começa a ocorrer é um processo de resposta do bairro para as demandas de segurança da própria comunidade, onde vemos lá a porosidade nas milícias, chegaram as milícias em um processo, alguns de evangelização, outros de construção e melhoria do bairro e outros oferecendo segurança e proteção, estamos falando do ELN, e das FARC e dos Comandos Armados del Pueblo (CAP), que é uma expressão característica desse lugar, há um reduto deles na área de la cuchilla que permanecem até hoje em uma pequena área. O ELN entra mais ou menos no ano de 1980. Com o ELN o que ocorreu foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a ideia deles é fazer em longo prazo um exército popular, mas o primeiro que eles fazem é a frente de massas, vamos mais ou menos na década de 1980, [depois disso] ocorre a chegada do tráfico de drogas, injeção de capital. Há uma formação bastante poderosa de combos, como o cartel de Cali ou La sexta, El Socorro que agora é chamado de banda La agonía, La Primera, La segunda, La Tercera, há alguns que chegaram um pouco depois na década de 1990, como o combo de Pesebre, que se tornou muito poderoso, basicamente são a porta de entrada ao paramilitarismo do bloco Cacique Nutibara, como a de Pesebre, la Antena e Los Pitufos. Em San Javier, há também diversos combos, mas muito pequenos. O conflito não chega a se urbanizar, mas sim o tráfico de drogas, e chegou à área da Comuna 13, que possui umas características muito especiais e tem saída para o mar e além disso, também tem fronteira rural. Além disso, é um corredor estratégico por onde passa um oleoduto. É um pacote que ninguém pode desprezar. O que aconteceu? Embora os atores armados tenham se mudado, os garotos são sempre os atores primários, essa capacidade de infraestrutura em primeiro lugar, bem como disse um colega, passa pelas milícias, posteriormente pelos paramilitares e, finalmente, depois de Orión e Mariscal, ficam nos atores armados de novo, os atores primários com o tráfico de drogas e com aqueles vestígios de paramilitar (Entrevista, Felipe Lopera, 2015).

Assim, no processo de urbanização do conflito armado, os atores nacionais se deparam com uma série de grupos armados com presença histórica em algumas comunas de Medellín, grupos que haviam utilizado algum tipo de controle social que às vezes cruza cada um dos aspectos da vida cotidiana das pessoas e que faz com que esses atores sejam aqueles que podem mediar os conflitos cotidianos. Sobre isso, o desenvolvimento do conflito armado foi assimilado a partir de duas perspectivas: para alguns autores a urbanização do conflito armado realmente aconteceu, manifestando-se na chegada de grupos armados ilegais, principalmente da guerrilha e paramilitares nas áreas e bairros de Medellín.

Algumas pessoas falam de um projeto hegemônico liderado por uma coalizão e veem tudo muito monoliticamente desde a década de 1980, eu discuto essa tese de que aqui houve um projeto hegemônico que conseguiu integrar as elites empresariais e os atores armados, como Don Berna e os paramilitares, discuto essa

hipótese, eu acho que isso é muito mais complexo. Minha ideia é a seguinte, aqui houve alguns dispositivos, mas não quero voltar para a época em que a elite industrial de Antioquia estabeleceu a ordem no início do século XX, mas sim mostrar como se rompeu essa ordem paternalista de definir a ordem na cidade e o que acontece quando a indústria da Antioquia entra em crise e se transborda a cidade. Há um fenômeno e é a chegada do tráfico de drogas, que está representado por Pablo Escobar, mas não exclusivamente, existem muitas pessoas atrás que estão relacionadas não só com os setores populares que estão ligados com os matadores de aluguel, mas também com setores médios que começam a prosperar bastante através de lavagem de dinheiro ou até mesmo diretamente como patrocinadores para enviar coca, inclusive isso também está demonstrado, houve bancos que se prestaram para isso e assim pode-se encontrar uma relação do tráfico de drogas com esses atores. Posteriormente, esses atores começam a diversificar e entram em um âmbito mais amplo de mercadorias políticas especificamente sobre a questão da segurança e, sobretudo, no início da década de 2000 que oferecem irá posicionar muitas bandas e até mesmo paramilitares que entram para oferecer segurança. Existem áreas de Medellín onde oferecem segurança, sobre o tipo de veículo de mercadorias para distribuir que podiam chegar, existe um trabalho de Giraldo da Universidade EAFIT que o demonstra mais claramente em certos tipos de negócios. Existe uma diversificação, todos os setores provenientes de negócios ilegais começam a limpá-los com negócios legais. Há outras coisas que não estão comprovadas, como negócios de hotéis e padarias, dizem que certos tipos de hotéis são controlados por algumas quadrilhas. Mas há muitas áreas onde os negócios são diversificados, por exemplo, a questão da segurança, quando digo segurança eu me refiro a extorsão, por exemplo, em relação aos transportes, quando você não paga eles queimam o ônibus, então isso vai se segmentando ao ponto que hoje em muitos casos não é possível em muitos casos distinguir alguns indivíduos que se enriqueceram com atividades criminosas, existem perfis que atingem até o poder político, mas aqui é mais delicado dizê-lo, porque você não tem as provas, dizem que há candidatos para o Concejo (Câmara municipal) que receberam recursos de alguns grupos, assim como os candidatos à prefeitura, assembleia, personagens que são prejudiciais para a cidade e tiveram envolvimento com atores ilegais. Estamos falando de atores ilegais que legalizaram os seus recursos por meio de atividades legais e que têm se envolvido com setores da cidade, inclusive com políticos. Estamos falando de atores que mudaram muito nos últimos anos, agora você pode ver que isso afeta a dinâmica política da cidade, aqui muitos shoppings prosperam e há muitas lojas que nós nos perguntamos, “como conseguem se manter essas lojas?”, e ficamos na dúvida sobre quem compra nessas lojas, você não sabe se é uma maneira de lavar dinheiro, são muitos interesses. Há áreas onde está controlado, do tráfico de drogas, a venda de arepas e de ovos, de leite e de tudo que podemos encontrar nos bairros, existem áreas não em toda Medellín, mas onde você for construir um edifício ou uma obra pública você deve pagar por isso, não há provas, mas em entrevistas nos dizem que você tem que pagar uma porcentagem, que tem que pagar para construir uma ponte em algumas áreas de Medellín, algumas mais sujeitas a isso e outras não (Entrevista pessoal, 2015).

No entanto, a partir de outra perspectiva, não é possível afirmar que ocorreu uma urbanização do conflito, pois os chamados atores nacionais do conflito armado se reuniram com barreiras efetivas na tentativa de fazer presença e colonizar áreas ocupadas pelos chamados atores primários do conflito. Nesse sentido, os atores armados nacionais tiveram de confrontar os diferentes atores que tinham exercido uma presença histórica no território urbano.

Capítulo 2. Privatização e oferta da segurança em Medellín.

Este capítulo analisa o fenômeno da violência urbana em Medellín a partir dos processos de privatização da segurança, expressada através do plano legal-formal e ilegal-informal. Sobre isso, os diferentes pontos de vista dos atores percebem não somente as diferentes filiações institucionais, mas também a forma como a percepção da violência e a pacificação de Medellín foram construídas através de diferentes discursos.

Nesse ponto, adverte-se a transição da segurança social para um tipo de segurança de mercado onde o que o ator armado pretende é controlar ou impactar as cadeias de valor de bens de mercado legais e ilegais. Assim, nos chama a atenção a maneira como existe uma transição de uma forma de controle territorial para um modelo de controle de nichos de mercado, onde o que importa é fazer parte dos nós de intercâmbio de bens e serviços, sejam legais ou ilegais.

Após os depoimentos dos atores consultados, observam-se alguns traços característicos da segurança que tende pelo controle de nichos de mercado: sua razão de ser não está no controle territorial nem na presença armada em determinados territórios; controla de um a vários nós das cadeias de valor; aparece em forma de compensação financeira desde o nível mais básico até o nível mais complexo; o uso da coerção e o controle de economias legais e ilegais; pode finalmente ter um caráter legal-formal (empresas de segurança privada) ou ilegal - informal (grupos criminosos).

Compra-se. Antes a segurança chegava, não era oferecida, e você pode estar em diferentes níveis, desde aquele não lhes dá nada, a aqueles que apoiam com recursos, com informação, com comida, enfim. Agora eu pago pela segurança porque me ofereceram, mas é um ator armado ilegal, ou seja, isso continua sendo parte do portfólio de serviços do ator armado, por isso eu digo que já não é tão social como esperávamos, enquanto que, nesse caso, para mim me ofereceram, mas com coerção inclusa (entrevista pessoal, Felipe Lopera, 2015).

No entanto, como este tipo de privatização da segurança está configurado vai depender do contexto em que seja desenvolvido, embora façam referência à cidade de Medellín e sua área metropolitana como uma unidade administrativa, a verdade é que o desenvolvimento da segurança privada formal-legal e informal-legal será apresentado em formas diferentes de uma comunidade para outra. Às vezes essa segurança é oferecida como um serviço a qualquer cliente que possa comprá-lo, em outros casos, a oferta de segurança é imposta e o indivíduo não conta com a capacidade de recusar a prestação de tais serviços.

Em outros casos, a oferta de segurança vai propender pelo controle de economias legais e ilegais, seja a favor de terceiros ou em benefício do próprio grupo armado ilegal. Assim, observa-se que os mecanismos de segurança privada na cidade se sobrepõem, muitas vezes os mesmos são formalizados e sua oferta é apoiada pelo Estado como parte da privatização da segurança, em outros casos, tal oferta vem diretamente de atores armados ilegais.

Para não colocá-lo em termos de pobreza. Os processos de formalização, legalização, proteção e segurança acontecem nos bairros mais regulares com atores legais formais, você no bairro El Poblado não irá encontrar um combo, os traficantes vivem lá, os que fazem a lavagem de dinheiro, no entanto nesses bairros assim como no bairro Laureles, Estadio, onde a intervenção da polícia tem sido contínua, mas também a pressão da sociedade tem sido contínua, em muitas comunidades da cidade o combo é um ator legítimo, mas em outros setores mais formalizado como El Poblado onde o ator legítimo é a polícia, como não será eficiente um policial que só tem que tirar pessoas do bairro, é diferente quando você tem que ir para trabalhar com outros atores que tem as mesmas armas que você. Não basta dizer que é porque eles são mais ricos que são mais cuidados, mas também a complexidade do conflito que ocorre nos bairros populares não acontece nos bairros mais nobres, portanto, a resposta formal é menos complexa. Talvez esses atores dos bairros nobres tenham ou estejam ligados com os atores armados ilegais, mas são atores que já estão formalizados. Talvez o vigia que está trabalhando esteja ou já esteve envolvido com o combo, mas sua participação no combo tem a ver com pertencer a uma empresa de vigilância privada, no bairro El Poblado é a mais pura vigilância privada, é que você não precisa ir muito longe para ver isso, em algum momento, a universidade também foi atravessada por isso. Na verdade, acreditava-se que num momento os vigias da universidade eram pessoas que eram paramilitares desmobilizados. Na verdade, na empresa de segurança MIRO houve um escândalo bem significativo, em seu início um reitor de economia que é sócio-fundador dessa empresa, dizia que a partir dela começam a entrar na universidade. Houve uma época em que Medellín estava cheia de vigias dessa empresa (Entrevista pessoal, 2015).

O que é evidente é uma diferença na forma como a violência urbana na cidade é definida de acordo com as características socioeconômicas das comunas e bairros de Medellín. Por um lado, ainda existem áreas onde os índices de criminalidade e violência homicida permaneceram relativamente baixos, como no caso do bairro El Poblado e outros setores que historicamente têm sido violentos como Castilla (bairros do centro) ou San Javier (Comuna 13). A diferença é a forma como a privatização da segurança está definida nos bairros nobres e nos bairros pobres. Por um lado, o caráter formal da privatização da segurança nos bairros nobres passa pela forma como as diferentes empresas de segurança privada são responsáveis pela venda de serviços que basicamente as pessoas com maior poder aquisitivo podem comprar.

Sobre isso, as estratégias ou mecanismos de segurança variam de um bairro a outro, não só pelo tipo de serviço que os cidadãos podem comprar, mas também pelo aspecto

coercitivo ou não da relação entre o agente que oferece o serviço de segurança e quem o adquire. Às vezes, essa relação é medida pelo fato de que não há nenhum outro ator que ofereça serviços de segurança, o que significa que não há uma gama de possibilidades para que os cidadãos possam escolher.

Aliás, um dos empresários do serviço de segurança em Medellín, disse:

Em Medellín a maior demanda é no setor residencial, basicamente, o primeiro nível é residencial, o segundo é o comercial, porque esta é uma cidade muito comercial e o terceiro nível pode ser a indústria, pode ser na questão das empresas. Eu acho que isso mudou ultimamente, pois o crescimento da população em Medellín tem sido muito elevado nos últimos anos, Medellín tem crescido muito ao sul, onde cresceu tanto em infraestrutura como na questão urbanística e a construção de shopping centers, a partir de onde tem sido o crescimento de todas as empresas. Durante a década de 2000, Medellín era uma cidade com muita violência e não havia mais segurança, basicamente, as pessoas pensavam que tudo era resolvido usando armas, então havia muitas pessoas, muitos esquemas de segurança, pessoas com um grande grupo de guarda-costas. Hoje, esse esquema de segurança diminuiu porque dentro do conceito de esquema de segurança se você tiver um grupo grande irá demonstrar aos bandidos que possui um grande poder econômico e que pode comprar muitas coisas, atualmente nesta década estamos lidando muito com o que conhecemos como o perfil baixo, então as pessoas não querem chamar a atenção, os executivos não querem o carro blindado, já não querem viver nos lugares de luxo, querem estar bem tranquilos misturados com as pessoas para evitar chamar atenção e minimizar os riscos. A segurança atualmente em uma cidade como Medellín tem que ser feita de um modo mais inteligente, não chamar muita a atenção, fazer mais prevenção, muita dissuasão (Entrevista pessoal, 2015).

Portanto, a privatização da segurança não pode ser lida apenas do ponto de vista da segregação social, ou seja, a formalização da segurança privada em bairros nobres não é um fenômeno puramente econômico que responde a relação "maior poder aquisitivo maior segurança", mas sim, devido a configuração e formação de tais enclaves sociais o processo de formalização da segurança é muito mais acessível, pois não existiram os chamados atores primários do conflito.

Quando você olha para essas políticas públicas, porque eu não tenho uma visão idílica do que tem acontecido nos últimos anos, nem tudo nesta cidade mudou, embora as taxas de criminalidade tenham diminuído, e isso é muito importante, mas é isso, quando você olha para os resultados de certas políticas têm que compensar isso com uma descrição mais ou menos criteriosa de como têm sido os ciclos de criminalidade e a organização e reorganização internas. Vou dar um exemplo para que você me entenda, a política de Fajardo apesar de todos os componentes inovadores que possui não teria sido bem sucedida sem a cooptação prévia de quadrilhas e o processo de desmobilização que promoveram os paramilitares, eu não sou daqueles que acredita que tudo era uma don bernabilidade (Don berna), nem tudo se explica pelo processo de desmobilização e a forma como Don Berna cooptou a criminalidade, mas não é possível entender essas políticas sem considerar esse assunto, é mais ou menos óbvio que apesar da aplicação de todas essas políticas que vinham desde 2004, há um aumento da criminalidade relacionada com a reestruturação de grandes quadrilhas e a Oficina

de Envigado após a morte de Upegui e a extradição de Don Berna, esses atores criminosos fazem um pacto conhecido como pacto dos fuzis, no qual dizem que estavam brigando muito entre si e isso abria espaço para outros grupos armados e iriam sair perdendo, por isso melhor parar a guerra, Valenciano, Sebastián e chega um momento de diminuição da taxa de homicídios que passa por isso, mas também pela implementação de políticas e pela prisão do personagem conhecido como Cebollero e todas essas coisas que a prefeitura faz. O que eu quero dizer é que você não pode ignorar ao analisar as políticas, as dinâmicas que a criminalidade tem para que essas políticas possam alcançar os resultados que têm. E essas reestruturações da criminalidade inclusive modificam as taxas de criminalidade até mesmo independentemente das políticas (Entrevista com Manuel Alonso, 2015).

O Estado tem conseguido uma espécie de presença hegemônica nessas áreas da cidade, que por sua vez permite que o processo de descentralização da segurança crie, por sua vez, novos ofertantes, mas sempre a partir do nível puramente formal e, se possível, do legal.

Se você andar pelo bairro El Poblado não encontrará ninguém, exceto moradores de rua, que de repente passam por aí de vez em quando. Mas, é muito difícil que dois pedestres se cruzem nas áreas mais nobres. Lá você pode pensar em enclaves de enclaves sociais, a zona sul da cidade está dividida em sudeste, que é a área onde eles transitam, é onde existem as taxas mais baixas de homicídio, furto, roubos, extorsões, e além disso, também têm a capacidade econômica para responder de maneira privada ao fenômeno da segurança, ou seja, têm o dinheiro suficiente para dizer, compro uma porta blindada para minha casa, um circuito de segurança, nos prédios colocamos um circuito de segurança, compro uma SUV blindada e contrato três guarda-costas, e pronto tá resolvido. Além disso, há câmeras e arames e um processo para a prevenção do crime situacional bem marcado, os custos são demasiado elevados para roubar, são muito difíceis. Inclusive uma vez, por contar uma história, conheci uma garota do El Poblado que estava bêbada contando que tinha montado em ônibus. Por exemplo, meus assistentes de campo, só quando começaram a fazer campo comigo puderam conhecer algumas comunas de Medellín, eu tinha um assistente que nunca tinha ido ao centro de Medellín, e isso que o centro é fica a 20 minutos, até mesmo pegam a avenida regional para não entrar no centro, isso que é o que eles chamam de haver duas cidades. Embora esta ideia seja antiga, de todo o urbanismo, na literatura há uma bela seção sobre a nossa senhora dos matadores de aluguel de Fernando Vallejo, quando ele fala de Medellín e Medallo, porque explica a situação desta cidade, são dois parágrafos brutais ver essa dicotomia na cidade, e que não é só aqui. Ou seja, estamos falando de guetos, encravados, culturalmente homogêneos (Entrevista, Felipe Lopera, 2015).

Agora, outros fatores que podemos destacar para a consolidação destes mecanismos de privatização da segurança é a formação de verdadeiros enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000). A cidade, como na seção citada acima da obra de Fernando Vallejo “La Virgen de los sicarios” parecia estar dividida em dois mundos e realidades completamente diferentes. A Medellín das oportunidades e a Medallo dos obstáculos. Essa segregação sócio-

espacial se manifesta mais claramente nos mecanismos de segurança privada dos cidadãos.

A segurança privada na Colômbia é um negócio, as elites também pagam pela segurança. Aqui houve uma questão nessas pesquisas quando falamos sobre políticas públicas, descobrimos que esse fenômeno está começando a aparecer na década de 1990 com as políticas locais e nacionais, digamos que nisso erraram, porque todas as mensagens foram dirigidas à privatização da segurança, são mensagens tão amplas como a criação do que na época era chamado de "convivir" como coisas tão pequenas em você é um cidadão e deve ser o gerente de sua própria segurança através de frentes de segurança, de alarmes comunitários, de grupos de bairro, enfim. Todas as mensagens enviadas a partir da institucionalidade para que a segurança seja privatizada, como o Estado começa a jogar a responsabilidade na população civil (Entrevista pessoal, 2015).

A tal privatização da segurança surge pela iniciativa própria do Estado que delegou aos cidadãos a proteção de seus bens e direitos fundamentais. Sobre isso, a proliferação de mecanismos de segurança não obedece somente as novas condições do mercado, pois na verdade este processo tem sido uma verdadeira política de Estado cujo ponto mais culminante no caso colombiano foi a criação das convivir e o surgimento de grupos paramilitares contrainsurgentes e não de autodefesa assim como afirmou Franco.

Medellín na época de Ernesto Samper (ex-presidente), entramos numa crise econômica, as únicas empresas que estavam crescendo mais de 200% eram as empresas de segurança privada. São formas de privatização da segurança, como por exemplo as frentes de segurança, os alarmes comunitários que se instalaram em cada casa, para que quando você veja algo suspeito, você acione o alarme. Também te diziam como intervir. Jorge Giraldo demonstrou uma fraca gestão de recursos para segurança. Os últimos prefeitos realmente trabalharam nesse sentido. Mas havia dispositivos armados que queriam entrar no negócio de segurança e as autoridades dizendo aos cidadãos que fossem os gestores de sua própria segurança, são duas mensagens erradas (Entrevista pessoal, 2015).

Em termos reais, os grupos que oferecem segurança nesses bairros com taxas de criminalidade mais baixas não entram na competição armada pelo controle do território, como o que acontece nos bairros historicamente violentos, onde não somente o Estado tende a fazer presença e fazer uso legítimo da violência, mas também grupos armados arraigados nos processos sociais dessas comunidades, que muitas vezes possuem uma maior legitimidade como um ator resolutório.

Houve uma tentativa de legalizar os informais, mas eu entendo que existem alguns sistemas de recrutamento dessas empresas formais privadas. O ponto onde iria se encontrar foi no governo de Luis Pérez, que foi até o ano de 2002 mais ou menos. Agora as pessoas que vão aos bairros dizem que essa oferta de segurança continua de pé, mas muitas vezes com coerção (Entrevista pessoal, 2015).

Eu digo que exageramos muito quando temos alguns elementos para comparar, se

you compare Medellín with Johannesburg, urbanistically it is not very perceptible, there are almost ghettos within the city itself, here not, here you see a very strong presence of private security and in some areas this is problematic, because certain types of activities are attributed to these characters, you perceive that public buildings, public areas are handed over to these private security companies and if you visit the residential units, the companies will find private security, but that the city has a dramatic addition when compared with other cities. Although there are areas here where there is a drastic presence of these security mechanisms called borders invisible, but this is another phenomenon. Urbanistically there are safer areas in terms of that you will not be assaulted because you are more protected, because there are cameras watching, because there is more police presence, because there is more private security, but there are also safer areas because there is no provision of health services, because there is no offer of schools, because public transport is very regular, this is, I am playing with the word security, areas that are unsafe for this (Interview, 2015).

Resumindo, a formalização da segurança também envolve o tipo de atores armados que estão presentes em diferentes áreas da cidade e os vários interesses em jogo.

Sobre a rede de apoio.

De acordo com o Decreto 3222 de 2002, a Rede de Apoio e de Solidariedade Cidadã visa "a obtenção e canalização de informação ágil, veraz, precisa e oportuna para prevenir, evitar e diminuir que ocorram delitos, especialmente os relacionados com o terrorismo" (Decreto 3222 de 2002).

La Red de Apoyo y Solidaridad Ciudadana es, en consecuencia, un instrumento de prevención desarrollado a través de la Política de Seguridad Democrática, la cual, después de los innegables resultados obtenidos, se le dio continuidad en la Política de Consolidación de la Seguridad Democrática. Este esfuerzo permanente ha sido constantemente liderado por el Ministerio de Defensa Nacional, proyectándolo como un elemento estratégico de Política Pública, que integra a los servicios de vigilancia y seguridad privada con el sector defensa y seguridad del Estado, mediante el suministro de información (Superintendencia de Vigilancia y Seguridad Privada, 2008).

Sobre isso, em conformidade com a Lei 356 de 1994 e com o Decreto 3222 de 2002, as RASCI (Rede de Apoio e de Solidariedade Cidadã) são todas aquelas atividades coordenadas pela Polícia Nacional em colaboração com a Supervigilancia (Superintendência de Vigilância e Segurança Privada) que visa capturar informações que afetam a paz e a segurança cidadã, utilizando as capacidades técnicas e humanas de empresas de segurança privada (Superintendencia de Vigilancia y Seguridad Privada, 2008). A esse serviço de cooperação também podemos somar as empresas de segurança privada:

é nosso dever trabalhar com a força pública em todos os aspectos, na verdade nós cumprimos uma função que deveria cumprir a força pública, mas nós o fazemos por meio da segurança privada. Não temos convênio, mas onde estamos sempre tivemos muita integração, trabalho social com fundações de soldados, com o DARE da polícia de Antioquia, com antidrogas, eu acredito que os militares devem trabalhar em conjunto com a segurança privada, porque, finalmente, nós somos mais e se eles utilizam como base as nossas informações podemos fazer um ótimo trabalho de segurança na cidade (Entrevista com Ricardo Cano, 2015).

Sobre a forma como as redes de apoio funcionam, o informante menciona que:

O primeiro que a gente tem a fazer é um diagnóstico e daí priorizar, então você tem que observar aquelas problemáticas que afetam à comunidade, você prioriza de acordo a sua importância, de fato as empresas de segurança aplicam essas fórmulas como aquelas do 20/80, a qual assinala que os 20% das causas são os 80% das problemáticas.

Supondo que, por exemplo, o principal problema da comunidade sejam as praças de venda de drogas, então você faz um plano estratégico que procure reduzir as praças de drogas na comunidade, de fato que se um só problema é solucionado isso faz com que outras as problemáticas sejam solucionadas. Então se você consegue solucionar um só problema isso faz com que 6 ou 7 problemas mais sejam por sua vez solucionados. Assim, por exemplo, o problema do micro tráfico traz confrontos entre bandas, lesões pessoais, homicídios ou furtos, quer dizer, trazem mais situações problemáticas para a comunidade, mas se você conseguiu superar essa dificuldade maior, então consegui também superar os outros problemas ligados a ela. Depois você faz o plano de trabalho da forma mais simples possível, entendível para a comunidade (Entrevista al Intendente Chavarría de la Policía Nacional, 2015). É verdade, mais também tem DARE para os pais, porque os adultos precisam conhecer as estratégias para ajudar a seus filhos a superar o problema das drogas. Por outro lado, a Polícia Nacional tem o programa de REDES, o qual tem-se dividido em dois sentidos. Por um lado estão as empresas de vigilância privada regulamentados pelo Decreto 3222 de 2002, e por outro lado estão o setor das empresas comerciais. Então a gente que está na rede de apoio recebe a atenção da polícia Nacional, a qual é responsável pelo atendimento do caso no menor tempo possível, daí que a Polícia solicita o apoio da comunidade no atendimento das emergências que se apresentam a partir de cinco pontos fundamentais: O primeiro é o registro da informação sobre o acontecimento criminoso que o pessoal está denunciando, quer dizer o lugar dos fatos, para nós não é importante da identidade do denunciante mas que ele ou ela informe onde é que acontece o fato, porque se a gente liga e fala assim: O policial estão me furtando, mas não informa em que lugar aconteceu, senão a gente liga e diz que aconteceu em Medellín então aí fica confuso, porque esta é uma cidade muito grande; o segundo, é que o informante fale para nós o que está acontecendo lá, com essas duas respostas nós já podemos saber o que está requerendo o pessoal de lá e podemos fazer o envio das patrulhas policiais. Além disso a gente deve subministrar informação sobre o quem, que a gente informe quem está cometendo o delito porque às vezes a polícia do quadrante faz presença no lugar da ocorrência mas quando chega já não tem nada, ademais também deve informar em que sentido eles estão fugindo, para que o pessoal da Polícia possa fazer o fechamento da via e prender aos criminosos. Outro ponto a considerar é fazer talheres de medidas básicas e comportamentos seguros, quer dizer medidas de autocuidado. As vezes a gente é propiciadora do delito, se eu deixo as minhas coisas abandonadas, por exemplo, a carteira ou meu computador na cadeira do carro ou vou dirigindo com o vidro do carro em baixo então aí eu tenho responsabilidade no ato delitivo. É como aquele adágio popular que diz que “a ocasião faz ao ladrão”, o ladrão aproveita. Para isso se fazem medidas de prevenção desde dentro (Entrevista al Intendente Chavarría de la Policía Nacional, 2015).

Da mesma forma, as redes de apoio implementam uma série de mecanismos para a implementação de serviços de segurança.

Nem sempre é assim, de fato você tem pessoal que trabalha fazendo estudos de convivência cidadã, inclusive pessoal da segurança privada capacitada para isso. A polícia Nacional por exemplo tem a estratégia do porta a porta, quer dizer, o pessoal policial se dirige às casas para questionar às pessoas sobre aquelas situações que tem uma afetação considerável sobre a população. No entanto, em muitas das ocasiões as pessoas não tem aquela confiança profunda no pessoal da polícia, o que leva a que se gerem outras as estratégias de diagnóstico comunitário. Nesse caso a Polícia pega as estatísticas de denúncia ou casos apresentados e tenta cruzar aquela informação com o diagnóstico comunitário. Então você analisa o problema e depois as estratégias para confronta-o, logo depois se estabelecem os responsáveis e o tempo de aplicação das estratégias. Finalmente se faz uma avaliação dos resultados. Ai você fica sabendo se aquelas estratégias terão um resultado em três ou quatro meses para saber se você tem que mudar elas ou dar continuidade. Também existem outras estratégias como por exemplo calcular o nível de risco, daí o que você faz é aplicar a fórmula que diz que o risco se expressa assim: = ameaça x vulnerabilidade/ capacidade. Então você aplica a fórmula e mede o nível de risco. Enquanto a capacidade se refere principalmente a aqueles meios que você tem, sejam eles tecnológicos, operativos, pessoal, informantes, capacidade para ter contato comunidade, entre outros. De aí você mede se o risco é alto, médio o baixo. Você pode aplicar este processo de medição de risco você a tudo. Às instalações físicas, ao quadrante, às pessoas (nível cultural, estudo laboral, tipo de empresas), a análise de risco, à informação (a informação é crível? o informante outorgou ou não uma informação efetiva?), enfim. O tema do quadrante[1] é bem importante também, esse modelo é conhecido como modelo Nacional de Vigilância por Quadrante, o qual está composto pelas instituições da Polícia Judicial, da Inteligência, da Polícia de reação que é a mesma Polícia do quadrante, à área de prevenção ou Polícia comunitária a qual faz campanhas educativas, ações psicossociais, como aquele programa “Educar para reducir el abuso de las drogas y la violencia” DARE[2], que é um programa trazido da Atlanta, EEUU, dirigido principalmente às crianças. Em meu critério é o maior programa da Polícia Nacional nesse campo da prevenção e da segurança cidadã (Entrevista al Intendente Chavarría de la Policía Nacional, 2015).

Além disso, a rede de apoio atua em cooperação com organizações de segurança pública e privada, a ideia desse dispositivo é ter uma rede que compartilha informações sobre as condições de segurança na cidade e por isso pode prestar um serviço de forma mais imediata.

Em casos de cooperação bem-sucedida entre grupos de segurança de diferentes origens, os testemunhos indicam que:

Existem na verdade vários implicados nas redes de apoio, estão as empresas de segurança privada as quais por Decreto tem que fazer parte da rede. Se criam vários métodos de comunicação, tais como rádio, avantel e a própria rede social como o whatsapp que fazem parte daquelas redes preventivas. No whatsapp você começa a observar as denúncias da comunidade. No caso da vigilância privada em cada conjunto residencial tem vigilantes, então no whatsapp se informa sobre as placas de motos e modalidades de furto e aí os melhores informantes dos furtos é o pessoal da vigilância privada, eles são os melhores identificadores da atividade

delitiva, que dizem e informam quando acontecem ações suspeitas. É isso o que permite que o policial faça seu patrulhamento e verifique a veracidade da informação. E quando o cidadão vê que a Polícia está fazendo um seguimento à ação delitiva, a fazer controle da situação e a fazer o abordagem policial, isso gera uma melhor percepção da segurança e confiança na Polícia (Entrevista al Intendente Chavarría de la Policía Nacional, 2015). Nós temos melhorado as estatísticas de casos positivos em termos da coordenação com as empresas de segurança privada. Nesse sentido, nós fazemos processos de capacitação para as empresas de vigilância segundo as indicações do Decreto 3222 no artigo 7 o qual estabelece que a polícia nacional deve coordenar com as empresas de segurança privada em processos de coleta de dados, então a polícia forma eles nesse processo. Nesse sentido, a SIJIN, a CIPOL o GAULA tem agendas de cooperação com as empresas pelo menos em modalidades criminais como a extorsão, enfim. Então, a ideia é que o pessoal da segurança privada conheça como se fazem esse tipo de coisas como por exemplo a análise do risco, como se faz o diagnóstico ou a análise do entorno, os riscos, os pontos vulneráveis, é um trabalho no qual nós temos melhorado. Outra coisa que eu quero mencionar é o aplicativo POLIS ou CUADRANTES o qual permite direcionar a chamada ao quadrante mais perto (Entrevista al Intendente Chavarría de la Policía Nacional, 2015).

Portanto, observa-se, no caso de Medellín uma série de atores que oferecem serviços de segurança, tanto do plano formal - legal como no informal - ilegal. Os mecanismos implementados variam de acordo com os recursos dos atores, de modo que às vezes não é possível determinar o efeito sobre o controle local nem os caminhos ou filiações dos atores. Tais mecanismos de segurança podem ser ativados seja a partir do plano legal como do plano ilegal, às vezes, através da interação dos grupos armados de origem diversa.

Capítulo 3. Abordagens para o fenômeno das milícias em Medellín.

Este capítulo discute a formação de milícias em Medellín estabelecendo uma viagem histórica a partir da década de 1980 à década de 2000, buscando estabelecer os principais atores envolvidos em sua criação. Desse modo, investiga-se qual é o caráter e vocação desses grupos que surgiram em meados da década de 1980 na cidade, muitos deles como resposta de autodefesa diante dos abusos dos diferentes combos e quadrilhas presentes nas comunas.

Do mesmo modo, indaga-se sobre quais atores e significados foram dados a essa categoria no contexto local. Vale a pena esclarecer que as que tem sido chamadas de milícias passaram pela interação de diferentes atores: milicianos vindos dos acampamentos de paz do M-19, os quais receberam formação política e militar do grupo guerrilheiro; milícias que surgem nos bairros como resposta de autodefesa contra os abusos das quadrilhas e combos; milícias de grupos guerrilheiros, como o EPL, ELN e FARC no que se conhece como a urbanização do conflito armado colombiano; as milícias Populares del Pueblo y para El Pueblo MPPP, Milicias Populares Independientes del Valle de Aburrá MPIVA y Milicias Metropolitanas de Medellín MMM; e finalmente, os Comandos Armados del Pueblo - CAP que surgem na desmobilização das milícias da década de 1990, os CAP foram confrontados pela onda paramilitar do início da década de 2000 em Medellín.

Finalmente, o capítulo conclui afirmando o que foi entendido pelo conceito de milícia em Medellín a partir da definição de atores, ações e objetivos desses grupos armados. Assim, vale a pena esclarecer que as milícias eram formadas por atores heterogêneos com diferentes objetivos. Inicialmente, eles surgem como uma resposta de autodefesa com uma forte vocação social, o que lhes concede diferentes funções de regulação social dentro da comunidade. Além disso, pouco a pouco a legitimidade obtida por esses grupos na cena local se vê rachado por abusos cometidos e a exacerbação de suas funções iniciais. Da mesma forma, são várias as alianças estabelecidas entre esses grupos e outros atores armados, passando por acordos e pactos de paz com as quadrilhas presentes nas comunas, até os acordos tácitos com as forças locais, incluindo a Polícia Nacional e, às vezes, alianças e divergências com grupos guerrilheiros como o ELN, EPL, FARC, entre outros.

Desenvolvimento histórico das milícias em Medellín.

Para analisar o fenômeno das milícias em Medellín é importante considerar seu caráter político e social ou sua vocação principalmente econômica, penal e criminal. Neste sentido, o que se vê é um processo gradual de perda de vocação social e legitimidade por milícias formadas como atores primários que surgiram dentro desses municípios e comunas com uma presença precária do Estado.

Sobre isso, Ana María Jaramillo (1994) chama a atenção para a origem das milícias nesses bairros que surgiram a partir do processo de urbanização em Medellín, em meados da década de 1960. Então, muitas dessas milícias surgem no bairro popular da comuna 1 (nordeste da cidade).

Ao indagar sobre a origem desses grupos pode-se deduzir como alguns surgem com uma vocação popular mas, eventualmente, vão perdendo importância e legitimidade diante do surgimento de novos atores e a influência do tráfico de drogas como um mecanismo de financiamento, bem como o envolvimento das milícias com economias ilegais.

Sobre a vocação desses grupos e dada a sua integração com a comunidade de base, algumas milícias optam pela participação política como um mecanismo para lidar com os interesses da comunidade. De fato, no processo de desmobilização de 1994, um dos pontos do processo de negociação leva em conta a participação política desses grupos por meios legais.

Aliás, Paz y Valencia (2015) apontam como na década de 1990, quando Milicias Populares del Pueblo y para el Pueblo MPPP, as Milicias Populares Independientes del Valle de Aburrá MPIVA e as Milicias Metropolitanas de Medellín MMM pactuaram com o governo, compareceram à esse processo não somente aqueles grupos com vocação política, os quais tinham líderes destacados no nível social e comunitário, mas também grupos criminosos que queriam colher os benefícios acordados com o governo nacional, departamental e local, no âmbito da Lei 104 de 1993 (PAZ & VALENCIA, 2015)⁸.

8

El artículo 9 de la Ley 104 de 1993 reza: "Tratándose de personas vinculadas a grupos subversivos, de justicia privada o denominados "milicias populares rurales o urbanas", será necesario el abandono voluntario de la organización y la entrega a las autoridades y podrán tener derecho a los beneficios señalados en los artículos 369-A y 369-B del Código de Procedimiento Penal, siempre y cuando se cumpla con los requisitos y criterios allí previstos". De este modo, la vocación de dicha Ley apunta a la desmovilización de aquellas milicias urbanas que actuaban en algunas ciudades de Colombia como en el caso de Medellín. Dado el principio de oportunidad al proceso se acogen no sólo aquellas agrupaciones con vocación política y social, sino también

No processo de desmobilização das milícias de Medellín, em 1994, destaca-se o caráter social e de projeto comunitário desse grupos armados, demarcado no pacto de 26 de maio de 1993 conhecido como o acordo de paz de Media Luna. Sobre isso, Giraldo y Mesa destacam que o mesmo teve um capítulo sobre a questão do investimento social nas comunas, o que reforça o caráter das milícias como um projeto de "autodefesa, social e regional". Da mesma forma, ele apresenta um capítulo sobre a favorabilidade política dos milicianos (GIRALDO & MESA, 2013, p. 222).

No caso que nos preocupa, trata-se de organizações híbridas, definidas como aquelas em que se combinam narrativas e práticas criminosas e políticas (Camacho 1992, 296; Gutiérrez y Jaramillo 2004, 18). Suas principais áreas de influência foram as comunas 1, 2, 3, 4 e 6, que correspondem às zonas nordeste e noroeste de Medellín, que no início da década de 1990 abrigavam 583 mil habitantes, ou seja, 34% da população da cidade (GIRALDO & MESA, 2013).

Agora, com o surgimento de novos atores armados na cena local a diferenciação entre cada um dos grupos é cada vez mais diferente, de tal forma que algumas vezes as trajetórias criminosas fazem com que seus atores passem de uma organização para a outra, conforme o resultado de suas expectativas em curto prazo. No processo de formação de milícias em Medellín podemos destacar duas organizações: as milícias populares das pessoas e as Milicias Populares del Pueblo y para el Pueblo MPPP e as Milicias Populares Independientes del Valle de Aburrá - MPIVA. As primeiras eram caracterizadas como dissidências das Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar CGSM e por suas ações como uma guerrilha urbana, também a sua legitimidade foi consolidada por sua atuação como um grupo de limpeza social na zona noroeste e nordeste, pois prevalece mais nessa organização o caráter militar do que o social. Por esta razão, as MPPP tiveram um processo de treinamento militar e tático importante. Por sua vez, as Milícias Populares Independientes do Vale de Aburrá - MPIVA surgem na década de 1990 diante da incidência do ELN, daí a sua vocação social e de trabalho comunitário.

O primeiro grupo de milícias formadas na cidade foi o das Milicias Populares del Pueblo y Para el Pueblo [MPPP], que atuou principalmente na zona noroeste e nos bairros Popular, La Isla e Santo Domingo da zona nordeste, surgiram em 1986 como uma dissidência guerrilheira, reclamando sua independência da Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (FARC, M19, ELN), embora se proclame como uma guerrilha urbana

grupos que delinquen en las comunas ligados a las bandas, combos y milicias provenientes de los frentes guerrilleros directamente.

como revolucionária, e em resposta à guerra suja desencadeada pelo Estado e os massacres. Desenvolveu seu trabalho tático e estratégico mais como processo militar e de limpeza que de trabalhos de organização, que produziu historicamente seu maior desgaste e, posteriormente, teve que negociar com a Administração Municipal. Criticaram toda a participação política institucional, o que é paradoxal com seus pactos de 1994 - rejeitaram a participação eleitoral e não apoiaram os processos organizacionais (...) Em seguida, em meados da década de 1990, surgiram as Milícias Populares del Valle de Aburrá, com forte influencia do ELN e atuando nos bairros de Villa del Socorro, Santa Cruz e na área do aterros sanitário que deu origem ao bairro Moravia, que se preocupou pelo trabalho comunitário, promovendo nos bairros onde se estabeleceram a formação das Ações Comuns, as Associações de Pais de Família, Comitês Cívicos Populares, Grupos Juvenis (dedicado à arte, esportes, música, organizando torneios) e a formação de Microempresas como economia alternativa. Este grupo de milícia se focou mais no processo organizacional do que no acerto de contas com criminosos e viciados em drogas, baseado na ideia de que o problema das quadrilhas era um problema passageiro. Seu propósito foi esboçado inclusive na criação de um plano de cinco anos para um movimento político em toda a área metropolitana (El Colombiano, 1991: 4b)

(...) Destas milícias se derivaram três grupos: as Milicias Independientes del Valle de Aburrá, as Milicias de la Plaza Minorista e as Milicias 6 y 7 de Noviembre, essa última atuava no bairro 8 de Marzo da comuna 9 e na estrada que conduz ao oriente de Antioquia (...) No início da década de 1990, começaram a se estabelecer em diferentes bairros das comunas nordeste e noroeste, as Milicias Populares Revolucionarias del ELN (integradas pelas Milícias 6 e 7 de Noviembre que atuaram inicialmente agiu nos bairros Villa Turbay, Villa Lillian, Llanaditas e 13 de Noviembre, no zona centro-leste da cidade; as Milicias América Libre com presença nos bairros San Javier, 20 de Julio, La independencia e a comuna 13 na área centro-oeste, também em Guayabal, Belén Rincón da zona sudoeste e no bairro 12 de Octubre, Aures e Picachito da zona noroeste; as Milicias Obreras, Inconforme Popular, Milicias Compañero Martín) que estavam ligadas com as Milicias Populares del Valle de Aburrá- e as Milicias Bolivarianas de las FARC, agindo nessas últimas décadas na favela do bairro La Igua. Estes dois grupos milicianos visavam a construção de milícias nas frentes obreiras e estudantis (RUIZ, s. f.).

A origem das milícias em Medellín ocorre em meados da década de 1980 com as tropas de grupos guerrilheiros do ELN "Exército de Libertação Nacional" e do "Exército Popular de Libertação" EPL. Deste processo surgem as Milicias Populares del Pueblo y para el Pueblo (MPPP) e as Milicias Populares Independientes del Valle de Aburrá (MPIVA) que se enfrentam no final da década de 1980 contra as quadrilhas "Los Calvos, Los Nachos, La Gallada del Loco Uribe, La Caseta, e uma parte de Los Capuchos".

O confronto entre as quadrilhas e as milícias termina "com o pacto realizado em Villa

del Socorro em 1990" (CARABALLO, 2013). No entanto, o processo de desmobilização e o acordo com ex-milicianos de Medellín permitia a criação da COOSERCOM (Cooperativa de Seguridad y Servicio a la Comunidad) com um total de 358 membros, dos quais 306 funcionários seriam a equipe operacional distribuída nos bairros “Guadalupe, Picacho, Popular, Berlín e La Esperanza, e a sede principal, que era o bairro Moscú”, ou seja, aquelas "zonas que antes controlavam os grupos milicianos desmobilizados" e "aqueles setores onde o controle é relativo ou teve alguma influência" (GIRALDO & MESA, 2013, p. 222).

Após vários pedidos da comunidade, de confrontos entre ex-milicianos pertencentes a COOSERCOM e morte de aproximadamente 187 desmobilizados, a cooperativa foi liquidada pelo governo em novembro de 1996.

Tabla 1. Panorama da presença dos atores armados ilegais em Medellín. 200.

Barrio	Zona	Bandas, combos, milicias, guerrillas
Manrique Oriental	Nororiental	Milicias Populares Revolucionarias, La 30 u oficina, Los Marines, La 41, Los Píldoras, Los Tobis, Los Chiches.
Manrique Transmayo	Nororiental	La Terraza (De las viejas estructuras de bandas ligadas al narcotráfico –ala militar del Cartel de Medellín, y ligados a grupos paramilitares posteriormente)
Manrique - Los Balsos	Nororiental	La Batea y La 30
Versalles	Nororiental	Milicias Populares Revolucionarias
Santo Domingo	Nororiental	Los Triana (Ejerció influencia en lla comuna nororiental, estuvo al servicio de las AUC - Bloque cacique Nutibara)
La Frontera	Nororiental	La Torre, La 29, La Silla y El Trébol.
Popular	Nororiental	Estrella Roja, Los Triana y Cañada Negra.
Nuevo Horizonte	Nororiental	Los Costales, Los Nachos y Los Patillones.
Villa del Socorro	Nororiental	Cañada Negra y Los Calvos.
Playón de los Comuneros	Nororiental	Los Joyeros
San Pablo	Nororiental	Los Champús y Los Nachos
La Cruz	Nororiental	Los Triana, Cañada Negra
Bellorient	Nororiental	Los Triana
Carpinelo	Nororiental	Bloque Cacique Nutibara
Carambolas	Nororiental	Bloque Cacique Nutibara
Andalucía La Francia	Nororiental	Bloque Cacique Nutibara
Granizal	Nororiental	Bloque Cacique Nutibara
Santa Rita Zamora	Nororiental	La 49
Moravia.	Nororiental	La Cancha, La 38, El Plan

Aranjuez	Nororiental	Los Triana
Santa Cruz	Nororiental	Bloque Metro, Los Tubos, La Terminal, La Arboleda, El Hueco, La 103, La 100.
Caicedo La sierra	Centroriental	Bloque Metro, El Morro, La Libertad
Caicedo	Centroriental	Los Mexicanos
Enciso Boston	Centroriental	Los Concejos, De Praga, Las Castas
La Milagrosa	Centroriental	Marquetalia, El Alacrán, El Nacional, Pablo
Buenos Aires	Centroriental	Escobar, Los Cerros, El Mayey o Caunces, El Plan,
El Salvador	Centroriental	Del gordo o David.
San Diego	Centroriental	El Salvador, El Buda
Aures	Noroccidental	Los Cacaos, Depósito, El Chispero
Robledo	Noroccidental	Comandos Armados del pueblo, Los Búcaros, La Oficina, Los Gómez, Matallana, El Hueco, La Cuchilla
La Iguana	Noroccidental	La Iguana
Antonio Nariño	Noroccidental	Los Cuquitas
El Pesebre Santander	Noroccidental	Beto, Los Ranchos, La 115.
Picachito	Noroccidental	Picachito, Los Rieles o Los Palomares.
Doce de octubre	Noroccidental	Los Sotos, De Guisao, Los Caretrapos, La 30 del Doce.
Castilla	Noroccidental	Milicias Populares, Los Machacos, Los Mondongueros, El Carrusel.
Alfonso López	Noroccidental	Los Lecheros, La 98, Los sancochos, La 70.
Kennedy	Noroccidental	Imperial
París	Noroccidental	Los Cola y Pola. La Oficina.
San Javier	Centro occidental	Bloque Metro, La banda de Frank, Los Tintos fríos, Los Ranchos
Vallejuelos	Centro occidental	Los paras, Comandos Armados del Pueblo CAP.
Belencito Corazón	Centro occidental	Comandos Armados del pueblo, Los Cobres, Los Zaros, Los Colchoneros, El Socorro, CAP
Altavista	Altavista	Los chivos, Autodefensas, Los Míster, Los Piñeros
Barrio Antioquia	Suroccidental	Los Ranchos, Los Coquitos, La 24, La Estefanía, La Cueva
La Raya	Suroccidental	La Raya, El Bolo, San Rafael, Combo de Tavo
Las Violetas	Suroccidental	Las Violetas, Los Magníficos, Las Mercedes, Belén Zafra.
San Cristóbal	San Cristóbal	San Cristóbal, De Piru.
San Antonio Prado	San Antonio Prado	Limonar I y II.

Fonte: Restrepo, 2016.

No entanto, o processo de desmobilização e o acordo com ex-milicianos de Medellín

permitia a criação da COOSERCOM (Cooperativa de Seguridad y Servicio a la Comunidad) com um total de 358 membros, dos quais 306 funcionários seriam a equipe operacional distribuída nos bairros “Guadalupe, Picacho, Popular, Berlín e La Esperanza, e a sede principal, que era o bairro Moscú”, ou seja, aquelas "zonas que antes controlavam os grupos milicianos desmobilizados" e "aqueles setores onde o controle é relativo ou teve alguma influência" (GIRALDO & MESA, 2013, p. 222). Após vários pedidos da comunidade, de confrontos entre ex-milicianos pertencentes a COOSERCOM e morte de aproximadamente 187 desmobilizados, a cooperativa foi liquidada pelo governo em novembro de 1996.

Sobre este processo de desmobilização das milícias de 1994 alguns acadêmicos têm apontado que a presença das milícias populares e COOSERCOM "não foi um fator positivo para a convivência nos bairros e não significou uma contribuição diferencial para a diminuição dos homicídios que Medellín começou a presenciar em meados de 1991".

Do mesmo modo, é importante considerar a imagem na comunidade e a autoimagem desses grupos, que eram responsabilizados principalmente pelas ações direcionadas à proteção da "propriedade e do bom comportamento: controle de ladrões, estupradores e viciados em drogas, punidos normalmente com a pena de morte. Além disso, os ultrajes da Força Pública" (GIRALDO & MESA, 2013).

En el texto de Gilberto Medina *Una historia de las milicias de Medellín* (2006), el origen de las milicias se sitúa en el contexto de la violencia desatada por las bandas en la década de los noventa, en la incapacidad de las guerrillas (las Farc, el ELN y el EPL, exceptuando al M-19³) para situarse en un escenario urbano (distinto, por ejemplo, al de Barrancabermeja, en el que los “bandos” se podían definir más claramente) y en la tradición histórica de autodefensas en los barrios populares de Medellín (CARABALLO, 2013).

Nesse sentido, de acordo com María Teresa Uribe podemos observar no processo de desmobilização das milícias em Medellín ambas as formas legais e ilegais de privatização da segurança e negociação da desordem. Dentro dos acordos informais de privatização da segurança se destacam: os comitês de Vigilancia Barrial (1960); Amor por Medellín (1980); Los Capuchos y otros (1980) e as Milicias Populares (1990-2000). Além disso, são considerados processos formais de privatização da segurança: o Decreto 3398/1965; Departamento de Seguridad y Control 1970-1990; Campamentos de paz (1985); Decreto 356/1994; Coosercom 1994/1996 e Convivir (1995). Este processo significou em presença em Medellín a presença entre 1994 e 1996 de uma força policial paralela que representou cerca de "25% do tamanho da polícia da cidade" (GIRALDO & MESA, 2013).

Sobre isso, vale a pena destacar porque tem sido complexa para a força pública a recuperação dessas áreas proibidas por esses atores armados ilegais. Em certo sentido, a legitimidade desses grupos resulta não só de sua presença histórica após os processos de industrialização e urbanização de Medellín, mas também de sua vocação social, na qual se focaram. Assim, esses grupos não só representam uma segurança para a população, mas também constituem mecanismos para a resolução de conflitos dentro dos bairros. Por este motivo, o Estado disputa com esses grupos o controle territorial e a presença armada, o que levou alguns acadêmicos a considerar tais cenários locais como ordens complexas ou híbridas.

La tesis de Uribe se puede desglosar de la siguiente manera: la existencia de “órdenes complejos” y la dificultad para imponer un orden republicano pensado según la trayectoria moderna europea conducen a la regularización de transacciones cuyo efecto práctico es la “negociación del desorden” (2001, 241). Algunos de aquellos “órdenes de hecho” implican el uso instrumental de la violencia armada y reflejan bien las dificultades del Estado para erigirse en único centro de la vida social y la “preferencia de los ciudadanos corrientes por estrategias privadas de seguridad” (2001, 297). La tendencia transaccional, sin embargo, crea “zonas difusas” donde se traslapan los órdenes públicos y privados, legales e ilegales, que dejan como saldo prácticas de privatización de la seguridad o de legalización de mecanismos privados de seguridad, añadiríamos nosotros (GIRALDO & MESA, 2013).

A tendência transaccional, no entanto, cria "zonas difusas" onde as ordens públicas e privadas, legais e ilegais se sobrepõem, deixando como saldo as práticas de privatização da segurança ou de legalização de mecanismos privados de segurança, poderíamos acrescentar (GIRALDO & TABLE, 2013). No entanto, após o confronto com as quadrilhas locais, as milícias que começaram a tomar uma ordem híbrida, onde não se sabia muito bem a origem dos combatentes nem os seus interesses coletivos. Neste sentido, gradualmente as milícias adquirem uma ação criminosa próxima das outras quadrilhas, o que levaria à perda de legitimidade e favorabilidade diante da comunidade onde esses grupos estavam presentes.

En un escenario en el que, según datos del Instituto Popular de Capacitación de Medellín, en 1991 el 84% de los habitantes de las comunas desconfiaba de la Policía, el 69,5 del Ejército y el 89,5% de los partidos políticos, las Milicias fueron anclándose como actores locales cuyas funciones rebasaban claramente lo militar; no sólo llegaron a constituirse como ejércitos en busca del control territorial, sino que, como lo muestran los textos citados y las entrevistas realizadas, asumieron funciones de consejos locales de gobierno por los que tenía que pasar hasta el más trivial evento social o político organizado dentro de los barrios (CARABALLO, 2013).

Ainda que no princípio as milícias surgiram como o único ator com capacidade de

agenciar o controle social, seu poder econômico assim como a aparição de novos quadros diretivos e a diversificação de seus interesses por meio da entrada do narcotráfico em Medellín, foi diminuindo ao nível da aceitação por parte da comunidade. Isso apurou o processo de desmobilização das milícias de origem guerrilheira e de autodefesa, a qual se iniciou em 1994.

Sobre o surgimento das milícias, Medina (2006) destaca alguns fatos históricos que levaram à conformação de ditas estruturas armadas. A verdadeira origem das milícias tem suas raízes nos grupos de autodefesa de ex-guerrilheiros que provinham do ELN, como Federico o Julio nos anos 1980, eles pretendiam organizar a comunidade face o agir das bandas que lutavam nas diferentes comunas da cidade. Nesta perspectiva histórica uma das primeiras ações contra as bandas foi em 1987 quando Julio fez as primeiras ações contra a banda da Casera que operava nos bairros Popular y 2 (MEDINA, 2006).

A história tem as suas raízes nos conflitos dos anos 80, quando um grupo de jovens dos bairros Popular I e II; Andalucía, La Francia, Villa del Socorro y Guadalupe; entre outros, decidiu organizar-se para enfrentar à criminalidade organizada pelas bandas e pelos combos que nesses dias tinham controle sobre a população (...) das massas populares e da importância da luta revolucionária. Assim, com a aprovação da comunidade que viu na gangue “los capuchos” (como foi conhecida por aqueles anos), a única oferta real de segurança na cidade sitiada pela guerra que o cartel de Medellín tinha com o Estado, o fenômeno miliciano começou a se expandir a outros setores da cidade. Seu crescimento foi tão rápido que a finais da década dos anos oitenta, em Medellín poder-se-ia identificar claramente três grupos de milicianos: As milícias “Populares del Pueblo y Para el Pueblo” (Mppp); as milícias “Independientes del Valle de Aburrá” e as milícias Metropolitanas, as quais tinham presença na zona nordeste e noroeste da cidade assim como uma insipiente mais continua presença na comuna 13. A cada um deles tinha uma orientação ideológica e apoio militar brindado pelas guerrilhas das FARC-EP o do ELN. Segundo o resenhado pelo DINAC, os “elenos” (militantes do ELN) tinham fortes vínculos com as milícias metropolitanas, em tanto que as FARC foram mais afins às Mppp. No entanto, as milícias começaram a perder legitimidade de forma progressiva ante as suas comunidades por conta dos excessos de poder, o empobrecimento dos integrantes e as lutas intestinas. Em uma cidade aprisionada pelo agir de todo um exército de assassinos de aluguel ao serviço do narcotráfico, onde começaram a se advertir os passos do paramilitarismo, as milícias viraram em um ator mais de uma luta que desbordou a capacidade do Estado. Por isso, o governo de César Gaviria Trujillo, pelo intermédio da Conselheira Especial para Medellín, adiantou um processo de negociação com os três grupos milicianos, e que colimou em maio de 1994. Esse dia foi firmado no Centro Social Media Luna no correimento Santa Elena o “Acuerdo final para la paz y la convivencia: gobierno nacional, departamental e municipal”. Esse pacto permitiu a desmobilização de 650 milicianos e a criação da Cooperativa de Seguridad y Servicio a la Comunidad (Coosercom), uma iniciativa de segurança privada integrada por ex milicianos que contavam com armas de corto e meio alcance, rádios de comunicação para sua labor. Décadas depois, analistas, académicos e ativistas coincidem em assinalar que dito experimento foi um fracasso, e virou uma semilha de novas formas de violência, como as conviver. Além disso, não foram poucos os milicianos que retomaram as armas como resposta à arremetida

violenta de que foram vítimas eles. De fato, durante a fase de negociação foram assassinados mais de 30 integrantes das milícias, em tanto que, logo depois de firmados os acordos, foi assassinado o comandante Pablo García, ideário das milícias populares del Pueblo y para el Pueblo, e um dos signatários de aquele histórico documento (VERDAD ABIERTA, 2016).

Quando conclui a guerra com os mandos médios e os mandos de baixo rango das bandas, e logo do pacto celebrado no bairro Villa Flor, as milícias iniciaram uma luta contra os mandos altos das bandas e das oficinas ligadas ao narcotráfico. A mediados dos anos 1990 houve dissidências internas nas MPPP, principalmente pelo agir de seus altos mandos e pela cooptação de alguns de seus membros por parte do EPL, o que terminou na conformação dos Comandos Obreros COB, que faziam presença nos bairros Paris e Santander. Posteriormente, foi fundado no setor de El Limbo os comandos Armados Revolucionarios COAR (MEDINA, 2006, p. 53).

Considerações sobre a noção de milícia.

A literatura sobre processos de violência urbana em Medellín compartilha a ideia segundo a qual o conceito de milícia refere-se principalmente àquelas organizações armadas, que apareceram ao final dos anos 1990 na cidade e que respondiam a uma vocação principalmente societal e comunitária. As milícias se constituíram, em termos gerais, em um dos novos mecanismos de oferta de segurança na cidade ante a ausência ou presença diferenciada do Estado colombiano no plano local. À esse respeito, Jaramillo (1994) chama a atenção sobre a origem destes grupos nos bairros populares de Medellín. Em princípio, como tem se mencionado ao longo do texto, as MPPP aparecem em 1987 como uma dissidência da CSGB e posteriormente as MPIVA como reação à bandidagem e acionar das bandas e combos dos bairros populares.

Relativamente à conformação das milícias na cidade um dos entrevistados enfatizava a aparição de estes grupos em um contexto de confrontação armada na cidade por volta do final dos anos de 1980:

Muchos coincidimos en una periodización uno que es finales de la década del 80 hasta el tope máximo en el 1991 y termina con la muerte de Pablo Escobar en 1993, que es la gran crisis de esta ciudad es el periodo de consolidación del cartel de Medellín de la figura de Pablo Escobar. El panorama en ese momento son grandes carteles y bandas en la ciudad, dispuestas a servir o a prestar servicios a esas estructuras mafiosas, que se resume fundamentalmente en Escobar, el cartel

de Medellín y el sicariato. Después viene un periodo tras la muerte de Escobar, dispersión y desorganización de todas estas bandas, una criminalidad muy menuda de estas bandas haciendo cosas en los barrios y en respuesta a estas bandas y la presión que estas ejercer sobre las comunas, viene entonces el surgimiento de las milicias populares articuladas a las guerrillas y otras de tipo independiente que las hemos denominado societal. Entonces después de Pablo Escobar viene un periodo de reorganización de las estructuras criminales, las bandas y es el momento del control de lo que fue todo el fenómeno miliciano, creo que en el año 1994. En el 93 y 94 se da el proceso de negociación con las milicias y empieza a ver una reestructuración de la criminalidad en la ciudad en torno al surgimiento no de carteles sino de ciertas bandas que logran establecer controles territoriales y de mercados amplios de negocios criminales fundamentalmente el robo de carros, el robo bancario, el secuestro y mercados de narcotráfico: La Terraza, Los Triana, La Oficina de Envigado son esas estructuras que surgen. Se comienzan a construir serios mecanismos de transacción donde cada cual tenía unos dominios más o menos específicos que les interesaba tener ciertos dominios territoriales, controles barriales y establecer controles societales (Entrevista a Manuel Alonso, 2015).

Segundo a anterior testemunha, se reconhecem as diversas características na formação e origem das milícias em Medellín: em primeiro lugar, as milícias tem uma relação muito estreita com a estrutura e as formas da ação dos grupos guerrilheiros, mas se apresenta uma separação importante pelo menos no caso das MPIVA, de forma mais clara quando Lucho reconhece que não existem efetivos provenientes dos grupos guerrilheiros nos anos 1991; em segundo lugar, as milícias tem sua origem em processos de autodefesa e luta social, isso porque sua vocação societal implica a defesa dos direitos da população dos bairros mais pobres; em terceiro lugar, existe uma preeminência para a conquista do território nas mãos das bandas e dos combos; em quarto lugar, a presença destes grupos não se refere só à esfera familiar, de fato o trabalho comunitário e os problemas sociais são o foco de atenção; finalmente, as milícias populares se interessam substancialmente pela adesão de quadros comunitários, o qual implica o fortalecimento de sua legitimidade como autoridade hegemônica.

Assim, a respeito da origem das milícias (MPPP) estas nascem como resposta independente à conformação da CGSB em 1987⁹, a qual agrupou aos movimentos

“En 1987 se constituyó la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar, un grupo que tenía la intención de unificar las acciones de las organizaciones guerrilleras del país. En un primer momento la integraron las FARC, M-19, ELN, EPL, Partido Revolucionario de los Trabajadores y el Movimiento Armado Quintín Lame. La Coordinadora se disolvió en 1991. En 1985 se había conformado la Coordinadora Nacional Guerrillera (CNG) en la que no participan las FARC. Precisamente lograr el acercamiento efectivo con las FARC fue una de las prioridades de este primer movimiento, pues se creía que sin las FARC vinculadas el proyecto no podría crecer ni desarrollarse con las expectativas que se tenían. El primer contacto se logró en julio de 1987 cuando miembros del M-19 en representación de la CNG se reunieron con Alfonso Cano y Jacobo Arenas de las FARC en el páramo de Sumapaz. En octubre de 1988 la Coordinadora respondió a la propuesta de plan de paz del gobierno del presidente Virgilio Barco y como puntos iniciales, esta organización plantea un encuentro entre el gobierno y la comandancia de las fuerzas guerrilleras para encontrar una salida política al conflicto bajo tres

guerrilheiros mais importantes da Colômbia, alguns deles fizeram pacto com o governo para sua desmobilização, durante o processo constitucional de 1991. Depois, surgem as milícias (MPIVA) em contraposição ao projeto guerrilheiro, ainda que no discurso oficial e da mídia as milícias foram tratadas como grupos guerrilheiros urbanos, o qual em teoria é incorreto. Aqueles grupos milicianos que não tem conexão com os grupos guerrilheiros, surgiram no interior das comunidades como resposta ao abandono estatal e outros como grupos de autodefesas.

En el año 1997, esta lógica se comienza a romper por un asunto fundamental y es que las FARC deciden urbanizar el conflicto, entonces vamos a llevar el conflicto a Bogotá, vamos a tener presencia y la 13, la 8, la 1 son escenarios donde las FARC intenta desarrollar un proyecto de articular viejas estructuras milicianas que tenían con hombres traídos de lo rural. Estas son milicias articuladas al proyecto guerrillero y las FARC comienza a traer hombres combatientes a la ciudad y articular a todas estas estructuras que tenían. La respuesta ya lo había dicho Castaño y era si la guerrilla va a la ciudad entonces nosotros también urbanizamos, en el 97 Castaño lo dice claramente, vamos a responder y vamos a llevar esto a Medellín y lo hacen a través de la figura de Doble Cero y empieza esa transacción. Doble Cero tenía un carácter muy antisubversivo y se empieza a dar durísimo cuando se encuentra con estructuras criminales, y entonces comienza a golpear con mucha fuerza, a tener choques con la Terraza en negocios de plata de cruces y empieza por esa vía una confrontación de Doble Cero con gente cercana a los paramilitares todavía muy cercano a Castaño, la imposibilidad de posicionarse Doble Cero en Medellín tiene que ver fundamentalmente con que se encontró con estructuras criminales muy fuertes como la Oficina, La Terraza, que manejaban y tenían a su servicio bandas y controles sociales muy fuertes. A partir de venta de franquicias La Oficina de Envigado termina metida a través de don Berna y al bloque cacique Nutibara en la lógica antisubversiva y paramilitar y lo que hace está gente es que empieza a coaptar. El documental “La Sierra” lo muestra muy bien, bandas y así se despaga todo el fenómeno paramilitar, que era un fenómeno de control territorial y control social muy fuerte y control de mercados ilegales. [Posteriormente] Se da la desmovilización del bloque Cacique, una reestructuración una baja en los homicidios en Medellín y otra vez una reestructuración de toda la criminalidad en Medellín. Aquí aparece un nuevo periodo que estuvo marcado por la reestructuración de ciertas bandas independientes y la negociación y disputa al interior con la oficina de Envigado. Entonces aparece la figura de Daniel, que era un pillo que se había desmovilizado y que luego mata a alias Upegui, luego viene la división entre Valenciano y Sebastián. Y entonces aparece un nuevo panorama que es de reestructuración de la criminalidad. Qué es lo que dicen ahora los que están trabajando esto, dicen mire estamos en una nueva fase donde lo que interesa son las rentas ilegales, hemos pasado de una fase de controles territoriales muy fuertes donde había bandas como La Terraza que eran territorialmente localizadas, vos sabías qué espacios de Medellín controlaba La Terraza, qué espacios de Medellín controlaba esta otra banda a un fenómeno donde lo que importa es no un control de territorio y población sino el control de mercados, lo que se está

ejes fundamentales; la vida, la democracia y la soberanía nacional. El segundo punto tenía que ver con garantizar que las conversaciones se realizaran en el más alto nivel del ejecutivo, reuniendo a los Ministros de Gobierno, Defensa y Minas, así como a todos los comandantes de la CGSB. El testigo para esta posible negociación sería la Comisión de Convivencia Democrática en calidad de testigo” tomado de: <https://www.radionacional.co/linea-tiempo-paz/nace-coordinadora-guerrillera-simon-bolivar>

repartiendo son nichos criminales y donde las grandes estructuras las pocas que quedan que son por ahí tres o cuatro lo que están haciendo es abandonando la lógica territorial y por ejemplo los herederos de La Terraza ya no tienen una localización territorial sino que tiene conexión con la ciudad porque lo que interesa es controlar mercados ilegales y legales, nichos de economías criminales y no territorio y población (Entrevista a Manuel Alonso, 2015).

Nesse sentido, os processos de desmobilização de 1994 levaram estes grupos ao plano legal-formal por meio da prestação de serviços de segurança. Por exemplo, na conformação de Coosercom ou da figura das Convivir, a qual foi impulsada pelo governo de César Gaviria e implementada em Antioquia com mais ênfase durante o governo de Álvaro Uribe.

Segundo as testemunhas, poder-se-ia identificar cinco (5) momentos na estruturação das milícias: desde os anos 1987 com a formação das primeiras milícias populares até 1991 com a desmobilização de algumas milícias urbanas; desde 1991 até 1994 com as desmobilizações das duas grandes estruturas milicianas de Medellín: as MPPP e as MPIVA; a privatização da seguridade por meio da conformação de cooperativas de segurança como foi o caso de Coosercom (milicianas), liquidada pelo governo em 1996 e as Convivir (muito mais perto dos paramilitares); a urbanização do conflito armado com a conformação dos CAP em 1996 a qual agia fundamentalmente na comuna 13 de Medellín e de milícias guerrilheiras perto das FARC-EP e do ELN; por fim, a chegada dos paramilitares por volta dos anos 1990 como parte da luta contra as milícias populares, processo que finaliza com a chamada “Operación Mariscal” em maio de 2002 e Orión (Comuna 13 San Javier) em outubro de 2002, o que significou a consolidação do paramilitarismo na cidade.

Assim, quando se fala das milícias se faz referência a uma diversidade de grupos com diferentes procedências, mas principalmente vinculados aos movimentos guerrilheiros da esquerda e com grupos de autodefesa ante a arremetida das bandas, os combos e posteriormente das oficinas do crime em Medellín.

Con la categoría de *milicias* la literatura especializada ha intentado categorizar este tipo de organizaciones armadas, que hicieron presencia en Colombia en algunos centros urbanos durante las últimas dos décadas del siglo xx y cuya característica fue el ejercicio del control armado sobre la población local —barrios, localidades, comunas y municipio—, y dirigida principalmente a brindar el servicio de vigilancia (Medina, 2006; Jaramillo, 1994). Su origen fue diverso: algunos grupos estuvieron impulsados por militantes de izquierda, otras por la misma población —como forma de autoprotección vecinal— y otras como formas organizativas, asociadas con bandas y combos delincuenciales (Bedoya, 2010; Medina, 2006; Salazar y Jaramillo, 1992). Este origen dispar impide asociar de forma definitiva a las milicias con proyectos políticos armados de izquierda o de derecha; además,

dado el carácter particular, hace improcedente la comparación con otros procesos de desmovilización en el mundo, pues casos aparentemente similares, como los de Sudán o El Congo, se distancian significativamente, aunque se nombre de la misma manera (PAZ & VALENCIA, 2015).

Nesse sentido, dentre os interesses compartilhados por estes grupos são importantes diversos aspectos como o controle societal nas comunas e bairros da cidade, um controle que se fez de forma totalitária e que procura uma regulação de todo tipo de condutas consideradas como criminais. Do mesmo modo, estes grupos controlavam os delitos como o furto, a violência doméstica, as brigas e a violência comum, o que permitia certo status social ante a comunidade e os configurava em verdadeiras figuras de autoridade. Assim, a fonte de legitimidade de estes grupos foi a sua capacidade de controle e a oferta de segurança privada, no que Ana María Jaramillo chama de negociação da (des) ordem.

Do mesmo modo, é importante analisar a forma como o Estado colombiano foi de forma paulatina delegando a oferta de segurança nas cidades, primeiro de maneira formal e posteriormente pela via legal (por meio da formalização das cooperativas de seguridade).

Efetivamente se foram configurando na cidade práticas de consolidação de privatização da segurança privada, por exemplo, por meio da desmobilização das milícias nos anos 1990 quando se cria a cooperativa Coosercom (mais perto das milícias) e as Convivir (mais perto dos paramilitares) e posteriormente com a desmobilização dos grupos paramilitares nos anos 2000, assim como a proliferação de empresas de segurança privada na última década.

Con el nombre genérico de Milicias Populares de Medellín se agrupó a las tres organizaciones armadas independientes que hacían presencia en la ciudad desde finales de la década de 1980 —Milicias Populares del Pueblo y para el Pueblo (MP/PP), Milicias Populares Independientes del Valle de Aburrá (MP/IVA), y Milicias Metropolitanas de Medellín (MMM)—, que actuaban en las comunas del sector nororiental y noroccidental de Medellín —comunas de la 1 a la 6, exceptuando la 5— y en los municipios vecinos de Bello e Itagüí. El origen de estas agrupaciones armadas irregulares es variado: en unos casos predominan razones políticas y en otros económicas y sociales (Bedoya, 2010; Medina, 2006; Salazar y Jaramillo, 1992) (PAZ & VALENCIA, 2015).

Do mesmo modo, o conceito de milícia também tem sido associado ao acionar dos grupos guerrilheiros no processo de urbanização do conflito armado colombiano até finais dos anos 1990, quando as CAP e os milicianos das FARC-EO e o ELN fizeram uma aliança para lutar contra os paramilitares. Até finais da década de 1990, a vocação societal das milícias se transforma e pouco a pouco vai perdendo seu carácter societal quando se

configurou como um ator preponderante nas comunas e bairros. Neste contexto as milícias representam o intento das guerrilhas de urbanizar a guerra e como a única possibilidade de autodefesa das comunidades ante a presença de bandas e combos nos bairros e comunas.

Recapitulando a discussão sobre a origem das milícias, é importante lembrar que, apesar das similitudes ante as diferentes estruturas, as duas organizações milicianas mais importantes da cidade até finais de 1980 conhecidas como as MPPP e as MPIVA tinham não só diferenças fundamentais em relação à sua origem mas também à respeito da sua relação com a comunidade. De fato, no caso das MPIVA, a incidência do ELN foi importante no intento de estabelecer uma relação mais estreita e acordada com as necessidades das comunidades, de acordo ao projeto guerrilheiro.

No contentos con ver una generación entera de jóvenes enterrada, las guerrillas incrementaron su alucinada carrera de armar a los muchachos de los barrios. Al final de la década de los 90, el Eln y las Farc habían copado los espacios dejados por muchas de las milicias desmovilizadas. A principios del nuevo siglo, los paramilitares, con la anuencia de las autoridades, entraron a disputarles el territorio en una guerra fratricida que dejó tantos o más muertos que los relatados en este libro. Nuevamente Medellín se convirtió en la vedette de los medios nacionales y extranjeros que con sólo subir a algunos barrios populares encontraban verdaderos ejércitos guerrilleros y paramilitares, armados con fusiles y rockets, dispuestos a matar y morir por el control de los barrios. Las bandas de oficina siguen operando, como siempre, al servicio del narcotráfico que está vivo y coleando. Y como hace años, exportan sicarios para otros sitios del país. Aliados con los paramilitares, esperan el indulto que el gobierno les ha prometido para todos sus crímenes (MEDINA, 2006).

No caso das MPIVA cabe ressaltar a figura emblemática do Lucho¹⁰, um líder social do setor sindical proveniente do ELN que passou a sua vida no bairro Villa del Socorro (Comuna 2 Santa Cruz) e logrou a aceitação da comunidade pela sua vocação social e comunitária.

Lucho, luego de trabajar algún tiempo con el sector sindical y obrero del ELN en Medellín, donde se hacía cargo de actividades militares, se desencantó rápidamente de la inercia sindical y del trabajo de escritorio. Convencido de que había problemas más candentes y de que la guerra revolucionaria reposaba en las comunas populares, se desplazó a la comuna nororiental en compañía de otro sindicalista. La misión era conformar en Villa del Socorro, un núcleo miliciano que se pusiera a tono con el fortalecimiento que estaban alcanzando las MPPP en el barrio popular (MEDINA, 2006).

Do mesmo modo, em uma entrevista publicada no diário El Tiempo (Colômbia)

10

O caráter da liderança social também foi visto na figura do Pablo García, o principal líder das MPPP, assassinado em julho de 1994. García tinha combatido as bandas e os combos da comuna nordeste.

Lucho refiere alguns dos aspetos mais importantes da vocação e do agir das milícias populares no ano 1991:

Allí, en uno de los barrios altos de la comuna Nororiental, EL TIEMPO habló con Lucho, uno de las cabecillas de las Milicias. Armado y vestido de civil se encontraba rodeado de la gente. ¿Qué son las Milicias Populares? Somos un grupo de autodefensa, nacido ante la ausencia del Estado en obras de bienestar social y su presencia de atropellos a la comunidad a través de las Fuerzas Armadas. ¿Son paramilitares? No. Porque los paramilitares masacran y asesinan. Nuestro papel es organizar a la comunidad. Tenemos Milicias en barrios como Belén, donde no hay bandas y no hemos hecho un solo tiro. ¿Ustedes son de izquierda o de derecha? No nos interesa ubicarnos en ningún lado. ¿Es cierto que ustedes pasaron de una actitud defensiva a ofensiva? Eso es falso. Tenemos la capacidad militar, de armas, técnica y explosivos para emboscar al Ejército y la Policía, pero nunca lo hemos hecho. ¿Y a las bandas de sicarios y atracadores no las atacan? Siempre hablamos con los jefes de las bandas: Vea hermano, somos de las Milicias, acójense a este comportamiento, prohibido seguir delinquiendo. Si no se acogen los enfrentamos militarmente. Nunca llegamos disparando ni haciendo masacres. Por ejemplo, a la banda La Caseta, de sicarios profesionales de Aranjuez, le dimos de baja diez sicarios. En otro barrio aniquilamos la banda de Rigo. ¿Qué resultados dio esto? El 70 por ciento de las bandas obedecieron el mandato de las Milicias, se desarmaron y se dedicaron a otras actividades legales. Unos 150 han sido ejecutados en enfrentamientos. En Ciudad Don Bosco hay 30 sicarios en rehabilitación. Otros se fueron para otras partes de la ciudad. ¿Ustedes están matando basuqueros? Nunca. Tendríamos que matar a medio Medellín, a medio Colombia. Tenemos un reglamento: no se puede soplar en los recintos deportivos, delante de los niños ni en las iglesias. ¿Y a los expendedores de droga? Los hemos sacado de acá. Les decimos: Hermano, cambien de negocio. Si tienen un capital para vender droga, vendan comida. Les allanamos la casa, quemamos la droga delante de la gente y si siguen con el negocio pierden el año. ¿Esto qué resultados ha traído? Hemos cerrado unos 80 expendios de droga en un solo sector. Muchos expendedores de droga ahora tienen su puesto de legumbres. ¿Ustedes son los autores de las últimas masacres en Medellín? No hacemos masacres. Ese no es nuestro estilo. También se dice que ustedes están extorsionando a los comerciantes. ¿Es verdad? No. Al contrario, atacamos ese delito. ¿Cómo se iniciaron las Milicias en Medellín? Hace casi tres años algunos exdirigentes sindicales de la comuna decidimos organizarnos, cansados de los atropellos, de las bandas que pasaban los fines de semana casa por casa cobrando el impuesto. Y ay del que no lo pagara! Empezamos a operar con dos escopetas calibre 12 de un solo tiro y una subametralladora que nos prestaron. Y fuimos quitándoles armas a bandas de sicarios muy bien armadas. ¿Cómo están distribuidas las Milicias en el Valle de Aburrá? Todos somos la misma Milicia organizada por sectores. En la Comuna Nororiental y en el municipio de Itagüí no les han puesto nombre. En Bello está Pueblo Unido; en la comuna Centroriental se llaman Seis y Siete de Noviembre; en la Noroccidental está El Inconforme Popular; en la suroriental está América Libre. ¿Cuántos Milicianos hay en Medellín? Es muy difícil precisarlo. Pero somos alrededor de ocho mil. Ustedes dicen defender a la comunidad. Pero ¿ejecutar a la gente no riñe con los Derechos Humanos? No. Estamos convencidos de que es una causa justa apoyada masivamente por el pueblo. Se llega a eso porque es una persona ineducable, que se le ha dado más de una oportunidad, lo que llaman desechables y no puede vivir en comunidad. 500 familias vivimos mal o el pillo se muere. ¿En qué otras partes del país hay Milicias? Las Milicias Nacieron en Barrancabermeja hace cinco años. Ahora existen en Bogotá, Cali, Barranquilla y otras ciudades que no le puedo decir. En Medellín nacieron hace casi tres años. ¿Es cierto que se han infiltrado en las Universidades y sindicatos? Sí. Tenemos Milicias universitarias y obreras. Van a enfrentar la guerra sucia, de

igual a igual con patronos que mandan a matar a líderes sindicales. ¿Cómo se entrenan militarmente? Hay que ser muy ágil y astuto, porque el sicario es un tipo muy diestro. Tenemos escuelas de operatividad urbana con la comunidad. Hemos hecho simulacros de combates. En diciembre hicimos uno de tres días en un barrio entero y el Estado ni se dio cuenta. ¿Quién los entrena? Yo pagué servicio militar y hay reservistas. ¿También tienen exguerrilleros? No. ¿Cómo es un Miliciano? Es el hombre más transparente y honesto. Debe ser disciplinado y serio para tener credibilidad. Eso ha hecho que nos convirtamos en el poder y la autoridad acá. Acá hay abogados, médicos, enfermeras, amas de casa, obreros y desempleados. ¿Han reclutado exsicarios? Eso es falso. No tendríamos la credibilidad de la gente. ¿Es cierto que ustedes recibieron armas del EPL y el M19? Eso es falso. ¿Cómo se financian? El apoyo fundamental ha sido el comercio y los transportadores, los más golpeados por las bandas y las vacunas. Ellos nos han prestado sus armas, nos dan la munición y albergue. ¿Cómo participa la comunidad? Hablar de las Milicias es hablar de la comunidad. Desde la señora de 60 años hasta el niño de seis, nos da las señas de lo que pasa. Pero no nos limitamos al problema de los pillos. Tenemos tres frentes de trabajo: formación es el arte, la cultura y la recreación. El político-organizativo es la creación de grupos juveniles, de danza, asociación de padres de familia, acciones comunales (que no existían porque las acabaron las bandas); en el de economía alternativa hacemos estudios de mercadeo y tenemos microempresas. No tomamos decisiones por encima de la comunidad. Ella fue la que nos pidió solucionar el problema de los expendedores de droga. ¿Ustedes tienen proyectos para actuar desde la legalidad? Apuntamos a convertirnos en un movimiento político de masas, no un nuevo partido, sino apoyar líderes honestos de las comunas para que el presupuesto no se siga yendo para el Poblado y Laureles. Como Milicias no vamos a estar en la Alcaldía ni en el Concejo (El Tiempo, 1991).

Por outro lado, nas declarações de Lucho se identifica a filiação das milícias com os processos comunitários através da identificação de três frentes de ação; o formativo, o político e o econômico. Neste sentido, as MPIVA se identificam com os processos comunitários e com as necessidades da população.

Assim, se esclarece a separação com o projeto miliciano dos grupos como o M-19 e o EPL, ainda que nos seus inícios o Lucho militou no ELN. Outro fator que se destaca é o interesse das milícias para exercer o controle social contra as manifestações do que em Medellín foi conhecido como crime chichipato ou delitos menores, procurando transmitir nos jovens boas formas e o respeito pelas normas e as convenções sociais.

No entanto, o que fica mais claro de forma paulatina foi a perda da capacidade de ingerência destes grupos na sociedade e o abandono de suas funções primárias. Este fenómeno se apresenta não só pelas múltiplas dissidências no interior do movimento miliciano se não também como resultado da chegada de novos atores do conflito, o que levou à posterior transformação dos mecanismos de ação das milícias populares.

Deste modo, diversos fatores influíram nas transformações do agir e dos atores pertencentes à milícias: em primeiro lugar, a luta contra as bandas e os combos dos bairros

levou às milícias ao estabelecimento de alianças e o pactos com grupos armados distintos, tais como as forças do Estado, as bandas e as oficinas, a guerrilha, entre outros; em segundo lugar, o auge do narcotráfico em Medellín levou com que alguns dos quadros formados nos chamados “campamentos de paz M-19”, assim como os agentes das milícias populares, ofertassem seus serviços às bandas ligadas tanto ao Pablo Escobar quanto posteriormente aos inimigos do Cartel de Medellín; com a desmobilização de 1994, alguns dos quadros passaram a se conformar como parte das filas dos Comandos Armados do Povo CAP, cujo agir foi estendido na cidade desde 1996; por fim, as milícias foram combatidas pela onda paramilitar nos anos 2000. Em termos gerais, foi visibilizado uma perda de hegemonia e legitimidade destes grupos em Medellín (MEDINA, 2006).

Nadie lo duda: es una campaña de exterminio contra las fuerzas de seguridad. Y es una campaña que se inició a raíz de la muerte de Brances Muñoz, Tyson, jefe militar del cartel de Medellín. Tyson murió el miércoles de la pasada semana en una operación que organizó la policía después de recibir información sobre su paradero. En Medellín, donde se ha declarado el estado de emergencia a causa de estos crímenes, circula un rumor: que el cartel está pagando tres millones de pesos (casi 500.000 pesetas) por cada policía asesinado. Es una historia que se repite. Hace dos años, en plena narcoguerra, la mafia pagó una recompensa similar. Los policías asesinados en esa oportunidad, en calles y esquinas, llegaron a ser 200 (El País, 1992).

Ao longo da guerra contra o Estado iniciada por Pablo Escobar, algumas das bandas e os combos mais importantes da cidade evoluíram à figura de oficina e em algumas ocasiões foram cooptadas pelo narcotráfico. A demanda do narcotráfico na luta contra o Estado chamou a atenção dos jovens que viraram principalmente assassinos de aluguel, pois as recompensas oferecidas por Escobar foram muito sedutoras.

A luta propiciou todo tipo de alianças antes não pensadas. Em ocasiões os efetivos da polícia tinham que se amparar nas milícias em procura de proteção antes os planos de eliminação de policiais (plan pistola) do Cartel de Medellín, a meados da década de 1990. O chamado plan pistola suscitou então a busca de proteção das milícias, por parte de policiais preocupados com a situação da ordem social na cidade, situação que fez que eles virassem em um alvo fácil das bandas e dos combos, naquela época ao serviço do narcotráfico.

Por fim, como resultado da desmobilização das principais milícias em 1994, surgiram os Comandos Armados do Povo CAP até os anos 1996, os quais fizeram presença na comuna 13 até a ofensiva militar e paramilitar da década dos anos 2000.

Por outro lado, as milícias apresentam certas características que as diferenciam de

outros grupos armados. Se tem insistido que a origem destas organizações apresenta um caráter puro e de autonomia ao respeito de outras organizações armadas, em um intento de exercer controle sobre os bairros e as comunas mais populares, sem a intervenção de outros atores.

No que diz respeito à sua organização interna, Medina (2006) assinala alguns dos aspectos mais relevantes:

La milicia estaba estructurada por niveles según el tiempo de vinculación y el grado de confianza del miliciano. La cutícula, la parte más externa de esta estructura, la formaban los colaboradores encargados de reunir información sobre los delincuentes, transportar las armas, conseguir casas para las reuniones y otras tareas. De ésta manera se iban adentrando al tercer y segundo nivel, recibiendo mayor instrucción política y militar, y asumiendo tareas grandes, en una tenaza de compromisos que se iba cerrando mientras más responsabilidad era depositada en el miliciano (MEDINA, 2006).

Contudo, é claro a origem castrense das milícias no sentido de estabelecer uma trajetória sobre os atores armados através da formação e da disciplina interna. Como foi dito por Medina, as milícias são em essência organizações principalmente comunitárias, pelo qual as suas ações ficariam mais encaminhadas ao melhoramento das condições de segurança dos povoadores locais. De fato, esta característica faz com que se constituam por um tempo em atores afins aos interesses das forças de segurança do Estado. Ainda mais para frente com os pactos armados entre as bandas e os combos, logo depois da morte de Pablo Escobar, as milícias viraram o alvo principal da força pública e dos grupos armados ilegais.

Deste modo, é importante destacar o caráter híbrido que as organizações criminais foram adquirindo com o passo do tempo e a chegada do novos atores armados, razão pela qual resulta difícil encontrar uma trajetória pura de formação e pertencimento às milícias, além dos quadros e lideranças tradicionais como Lucho ou Pablo García, que foi o líder mais importante do MPPP.

Concluindo, em ocasiões as milícias foram afins à oferta de seguridade legal e ilegal do Estado, isso ocorre principalmente em três processos: quando as milícias viraram grupos de limpeza social e controle comunitário; quando as milícias respondem à ofensiva militar das bandas e dos combos cooptados pelo narcotráfico, então as ações das milícias ficam mais perto dos interesses de seguridade estatal.

Em um terceiro processo para os anos 1994 se desmobilizam as milícias, estas logram se constituir com o apoio do Estado, formadas como cooperativas de seguridade, o que

formaliza a oferta de segurança na cidade através da prestação do serviço, mas desde o plano legal. Este fenômeno também se apresenta com os grupos paramilitares entre os anos 1990 e os anos 2000, com o patrocínio do governo se conformam “Las Convivir” e, mais para frente, com o processo de pacificação da comuna 13 e a posterior desmobilização do BCN (Bloque Cacique Nutibara) e o BM (Bloque Metro), logrou-se uma conformação de empresas de segurança privada na cidade.

Mesmo assim, as milícias também estabeleceram alianças com os grupos guerrilheiros das FARC, o ELN e o EPL, ainda que no princípio as milícias populares tenham se instituído como dissidência da CGSB em 1987. No entanto, para os inícios dos anos 1990 surge um interesse por parte das guerrilhas de urbanizar a guerra como mecanismo de agência dos interesses políticos e retoma do poder político na Colômbia. De igual forma, este também responde e se consolida nos anos 1994 como a desmobilização das MPPP e das MPIVA, pelo qual os grupos guerrilheiros trataram de cercar as zonas deixadas por estes grupos desmobilizados, à despeito do intento do governo de manter o controle destas zonas por meio de Coosercom.

Por fim, as milícias estabelecem pactos informais com bandas e combos que não exercem oposição, e que foram susceptíveis de ser cooptadas pelas próprias milícias.

Concluindo, tanto a trajetória quanto o caráter dos milicianos não respondem à uma caricatura negativo do termo, sendo necessário uma aproximação conceitual clara. No entanto, inexistente consenso sobre as características mais centrais destes grupos que vieram a tona meados dos anos 2000. Em primeiro lugar, as milícias tem uma forte preponderância e sensibilidade pelos temas comunitários, o que tem a ver com os interesses da esquerda principalmente e em outras ocasiões também os confunde como movimentos de interesses da direita, por exemplo, no controle social e na regulação das condutas delitivas (crime comum). Em segundo lugar, as milícias se preocupam principalmente pelo controle territorial, o que faz a diferença com as agrupações criminais atuais, as quais procuram o controle dos nichos de mercado mais que a presença hegemônica sobre um determinado território. A terceira característica tem a ver com as transformações nos interesses das organizações milicianas, entre estes poder-se-ia destacar: exercer controle societal, controlar as economias legais e ilegais, exercer contraposição à presença das bandas, combos e oficinas, dirimir os conflitos cotidianos da comunidade. Por fim, as milícias se formam em uma organização militar que segundo o investimento de seus principais precursores se

preocupam pela formação militar e política, tal como aconteceu com as MPIVA.

Capítulo 4. Para uma reconfiguração da (des) ordem local.

O presente capítulo expõe o desenvolvimento dos diferentes agentes fornecedores dos serviços de segurança em Medellín. Trata-se de atores com diversas origens que consolidaram-se nos anos 2000, eles provinham de toda uma história de violência na cidade logo depois dos processos de industrialização e urbanização na década de 1950.

Estes grupos se disputam pelo controle territorial dos nichos de mercado, algumas vezes com a conivência do Estado e outras vezes como produto da falta de operabilidade estatal naquelas zonas vedadas pelos chamados atores primários do conflito.

Estas formas de fornecimento da segurança tem sido o resultado da configuração de verdadeiras ordens híbridas onde o Estado não se reconhece desde o nível social como o único ator que pode exercer a soberania em ditos territórios. Nesse sentido, estes atores do conflito se misturam entre si, outras vezes conformam alianças e como, via de regra, se disputam o controle de seus mercados e das suas zonas de influência.

Assim, Medellín tem assistido a todo de tipo de negociações da ordem local tanto no plano formal como no plano informal: neste caso tem se configurado pactos armados (el pacto del fúsil), alianças entre corpos policiais e grupos criminais; alianças entre atores primários do conflito; pactos entre milícias e corpos policiais. Enfim, existe uma diversidade de estratégias ou mecanismos de cooperação com o fim de manter e preservar os interesses de estes grupos armados, tal como se refere nas falas com os entrevistados:

En eso si estamos muy coordinados con la fuerza pública y en mi condición como coronel retirado, muchas veces me buscan los comandantes para prestar servicio de seguridad privada y pues me llevan, uno les habla del tema, entonces hay como una comunicación de la misma manera cuando yo necesito apoyo de la policía, me colaboran de forma inmediata y pues eso es muy bueno para mí y para la empresa puesto que ya me conocen, no sé si con otras empresas sea igual. De todas maneras son cosas de coordinación y seguridad que se suman a la tranquilidad de la gente. ¿Cuáles son los límites entre la seguridad pública y la seguridad privada? ¿Hasta dónde puede llegar un vigilante, hasta donde puede llegar un policía? ¿Cómo se maneja este tema ya en lo operativo? Si contratan a un vigilante, lo contratan para cierto sector, cuando el tema se sale del sector un nivel más delicado entra la fuerza pública, ejemplo en una urbanización se escucha mucho ruido, uno como vigilante da el comunicado por ejemplo a una persona que hace mucho ruido o no deja dormir a las personas, habla primero con la persona y si este hace caso omiso se pasa a hablar con la administradora, para que denuncie o llame a la policía y esto legalmente ya le corresponde a la policía ya que estos tienen todo el conocimiento y todo el protocolo, mientras que el vigilante ante una situación de estas lo único que puede hacer es llamar a la policía. ¿Usted ha cambiado de persona jurídica? No, la persona jurídica ha sido la misma, cambie de razón social y esta razón debe

ser limitada ya que la ley es muy complicada. ¿Usted presta el servicio de consultoría de investigación? Ya que hay temas en los que hago análisis de vulnerabilidades de personas, cuando el cliente lo solicita así, es como un valor agregado que tengo para colaborarles a los clientes que requieren un previo análisis. ¿y cómo academia de formación? No, como academia de formación no, yo capacito a mi personal dentro de unos términos y condiciones que utiliza la REL, tenemos una programación de una vez al año capacitación, ya el otro tema es que cada vigilante normalmente tiene que capacitarse y tener certificado de actualización porque vence cada año, igual se les recuerda para que cumplan regularmente con los requisitos y estar al día con los protocolos que requieren los distintos sectores. ¿Usted genera más empleos además de guardas o vigilantes? Claro que sí, nuestra empresa general alrededor de 200 empleos, que ayudan al sustento diario de 800 familias. Además estamos en un proceso de certificación en la parte integral, ambiental, calidad y responsabilidad social; lo cual nos permitirá ser más competitivos (Entrevista a Jorge P., 2015).

Pelo anterior, tem se levantado dois aspectos: Em primeiro lugar, foi feito uma reconstrução da história dos atores fornecedores de segurança em Medellín, levando em conta o declínio das milícias nos anos 2000 e a entrada dos atores paramilitares nessa mesma década. Serão exposto de forma breve quais são esses atores de diversa procedência e que agem no plano formal-legal e no plano informal-ilegal.

Em seguida, se analisa a noção das ordens híbridas para interpretar a dinâmica da configuração da (des) ordem local em Medellín, a partir da hibridação de diferentes grupos que reivindicam o exercício da violência na cidade.

Atores fornecedores de segurança em Medellín.

Segundo Alonso, (2012, p. 153) que fez uma caracterização geral do fenômeno da violência urbana em Medellín e em geral no departamento de Antioquia, o que aconteceu neste cenário foi um processo de competência armada entre diferentes atores com interesses conflitantes, que fundamentalmente convergem em seu interesse pelo controle territorial por meio das armas, ao respeito Alonso assinala:

Hay momentos de cruce de los mecanismos legales e ilegales, lo otro es que hay momentos en los cuales más allá de hablar de cierta complicidad, una intencionalidad clara desde la Alcaldía para que se crucen, lo que quiero decir es muy simple yo puedo no meterme en un pacto que estén haciendo sectores de la oficina de Envigado pero si puedo aquietar mi intervención porque sé que si golpeo a uno de los dos creo un desequilibrio y activo de nuevo la guerra entonces una de las formas que opera y tiene que operar es yo dirijo mi política estratégicamente de acuerdo a la forma como leo los entornos sociales, si veo efectivamente una baja de criminalidad porque estos manes negociaron pues lo mejor que puedo hacer en el corto plazo no sé si en el largo plazo yo lo que hago es que disminuyo mi presión sobre esos actores para que se sostenga esa negociación, eso puede pasar. Hay una idea que es muy complicada y es que en las grandes políticas que

se diseñan voy y reviso la Alcaldía voy y reviso el sistema de información que han creado, el conjunto de programas todo esto, pero al final de cuentas el implemento menudo de las políticas las hacen funcionarios en los barrios que tienen que encontrarse con el actor armado y ahí hay múltiples procesos de negociación, hay ciertas rutinas de cómo se despliega la rutina en los entornos barriales que permiten el encuentro entre funcionarios y actores legales e ilegales donde hay adaptaciones de unos y otros, y eso pasa aquí. Y no todo eso es corrupción sino que al funcionario le toca tomar decisiones en los barrios (Entrevista pessoal a Manuel Alonso, 2015).

A partir dos anos 2000 acontecem na cidade diferentes fatos que modificam o desenvolvimento da violência e que são totalmente diferentes aos processos que aconteceram entre os anos 1980 e 2000. Em ocasiões, este novo panorama propõe a consecução do exercício físico e simbólico da violência em mãos de atores de predomínio local por via da competência armada e de múltiplas confrontações. Nesse sentido, o Alonso assinala que:

Después de la gran coyuntura del 1991 y en el contexto de lo que fue el proceso de consejería de Medellín guerra contra Pablo Escobar, empieza a ver un reacomodo de la criminalidad en la ciudad, y en ese proceso de recomposición la iglesia católica y sectores comunitarios comienzan a ejercer un papel fundamental posibilitando negociaciones entre bandas, pactos de no agresión, entonces en Medellín comienza por esa época a hacerse visible a salir permanentemente instancias gubernamentales de mediación en pactos de no agresión entre bandas, había una reorganización de bandas se estaba dando mucha bala, estaban las milicias y entonces lo que empieza a ver la ciudad son unos procesos de negociación muy rápidos en donde la banda tal y la banda tal que llevaban mucho tiempo enfrentados empiezan a negociar, se llaman pactos de no agresión. (Entrevista pessoal a Manuel Alonso, 2015).

Nesta linha, os anos 2000 representam o declínio e o fracasso da estratégia guerrilheira de urbanização da guerra, quer dizer, de levar o conflito armado às cidades principais além do cenário rural. Então, se apresenta a emergência de políticas de segurança pública que levam à intervenção do fenômeno da violência de acordo com a ação do poder político local nos principais focos de violência na cidade, e de acordo com a informação fornecida pelas principais instituições na luta contra o crime. Nesse sentido, a entrevista pessoal de um dos informantes assinala que:

Resulta más o menos obvio y esto lo muestra casi toda la información que hay, es que hasta antes de la operación Orión es decir durante el periodo de Uribe, las autoridades locales no tenían una política clara de seguridad para Medellín, había medidas policiales, se apostaba a la seguridad a través de tecnología, a uso de cámaras, pero en términos reales el gran problema de la criminalidad que era el narcotráfico era un asunto que se delegaba en el gobierno nacional. Había un diseño de política criminal orientado en el sentido más claro hacia la pequeña delincuencia porque el gran trasfondo de la crisis de Medellín era el narcotráfico y el problema del narcotráfico se inscribía en una lógica del conflicto nacional al cual las autoridades locales no tenían como responder. Hasta bien entrados los

años 1990 el asunto se delegaba en el gobierno nacional. Tanto es así que la consejería de Medellín que es una oficina del gobierno nacional y la respuesta del gobierno local era diseño políticas para combatir la criminalidad menor a partir de procesos de negociación por ejemplo con bandas, e incluso aumento de tecnología aumento del pie de fuerza, ese tipo de medidas. Creo que Orión y lo que viene después marca dos asuntos fundamentales, primero los intentos por diseñar políticas coordinadas entre lo nacional y lo local y la intención del gobierno nacional de pensar el problema de la delincuencia, ese es el primer cambio fundamental. Y el segundo es el desarrollo de unas políticas de seguridad que además del componente tecnológico, introducían todo el tema del urbanismo social. El gran giro es ese es Fajardo, después de Orión de todo lo que significó, llega la alcaldía de Fajardo, se reconoce una política de seguridad propia (Lo que refiere aquí es que es una política local y no de corte nacional, ver por ejemplo el efecto del plan Colombia). Tres cosas son importantes, lo primero es que pensó en términos tecnológicos y en términos de capacidad institucional una política de seguridad, no reducen la respuesta estatal a la fuerza sino que implementan el urbanismo social. Lo tercero y más importantes es que comienzan a tomar decisiones técnicas a partir de información y circuitos y formas de procesamiento de información. Una de las cosas más importantes que se hizo en esta ciudad fue crear el sistema de información el SICS de la Alcaldía que permite tomar medidas con base en información, permitió que se implementaran políticas mucho más técnicas, eso viene más o menos creo que desde la Alcaldía de Alonso Salazar, también conocido como el Observatorio del Delito. Esto es muy importante porque ofrece información permanente mensual sobre como varía la criminalidad en la ciudad, hasta el año 2007 los indicadores de criminalidad estaban muy centrados todavía en el tema de homicidios lo que hace el SICS es conformar un observatorio del delito para mirar las diferentes modalidades, lo que hace el SICS es otorgar información mucho más precisa para tomar decisiones. La toma de decisiones anteriormente estuvo muy mediada por la información de la prensa y las percepciones de seguridad o inseguridad que tenía la gente, entonces si la gente consideraba que el delito más grave era en su percepción el secuestro o el fleteo se respondía con medidas de seguridad en torno a eso. Entonces hay un equipo de trabajo permanente que está produciendo información para las diferentes secretarías de la Alcaldía para las demandas internas, produce informes y boletines mensuales. Y una cosa pública que es accesible al ciudadano. Eso tiene dos lógicas una que es interna, un equipo interno que produce información para la Alcaldía y una cosa pública que es que cualquier ciudadano puede pedir información sobre el delito y la criminalidad en la ciudad. A partir de los econométricos han revisado las cifras sobre criminalidad que hay hacia atrás y han consolidado esa información a quince años no muy fiel pero están intentando reconstruir información hacia los años 1980 y 1970, entonces es un cambio importante. Se ha abierto un debate sobre las cifras 2005 (Entrevista pessoal a Manuel Alonso, 2015).

Igualmente, as políticas públicas foram acompanhadas por estratégias sociais de luta contra o crime, entre elas os chamados pactos armados entre grupos delinquentes (pacto del fúsil). Por exemplo, um dos entrevistados se refere nos seguintes termos à celebração de pactos armados em Medellín:

En esa época también se creó la Consejería de Medellín donde estuvo Jorge Orlando Melo. Estábamos en pleno tope de la violencia homicida. Como una agencia del gobierno central puesto aquí, es un programa del gobierno de Barco que continua Gaviria, lo que hicieron ahí fue bien interesante de hecho Alonso Salazar estuvo ahí, nosotros también estábamos vinculados. Después de lo de

violencia homicida, encontramos una restricción legal para que el gobierno entre en negociaciones con cuerpos considerados ilegales con guerrillas sí pero con bandas no se puede, se encontró que en Medellín habían muchas bandas de pelados de jóvenes que planteaban la necesidad de entrar en negociaciones pero como no había una autorización ni del gobierno nacional ni del gobierno local para hacer esos diálogos, se iniciaron una serie de negociaciones y pactos informales que involucraban a bandas y combos con la alcaldía con el propósito de que se desmovilizaran a cambio de que esos pelados se desmovilizaban y planteaban o proponían dotación de hospitales de escuelas de instalaciones deportivas en fin cosas como muy elementales que uno todavía hoy diría que es como muy ingenuo eso, pero pues esas dotaciones se le deban a los barrios. Que es lo que pasa, es que estos fueron unos pactos muy inestables porque se hicieron muchos, yo asistí a tres ceremonias en las que se hacía entrega de armas en la que uno veía una intención loable de lado y lado que era desactivar a homicidas y a estas bandas, pero eran pactos muy inestables porque el gobierno no mostraba muchos compromisos y porque estos pelados tenían ya un aprendizaje de que hay que desconfiar del interlocutor y esa imagen del Estado como dice Francisco Gutiérrez era un Estado faltón (Entrevista pessoal a Juan C. V., 2015).

Como foi dito na anterior testemunha existe certa desconfiança entre os atores locais que exercem a violência e os mecanismos implementados pelo Estado, visto o descompromisso histórico por parte dos diferentes governos.

No se puede entender tampoco la política de seguridad, sin entender el despliegue de formas de seguridad privada legal e ilegal en los barrios de Medellín y en las comunas de Medellín, lo que quiero decir es, resulta más o menos obvio que con la política de cuadrantes hay una mejor presencia institucional y una respuesta más rápida de la policía ante fenómenos de criminalidad en un sector como El Poblado, pero esos resultados no son posibles si no existiera al tiempo un complejo sistema de seguridad privada financiado por cada uno que viven allí, no es posible tener las tasas de criminalidad que tiene el Poblado o Laureles sino acompañas las medidas que se toman desde la Alcaldía con las ofertas de seguridad privada que la gente contrata, lo que te quiero decir es, mi unidad es segura no sólo por la política de cuadrantes o por la política de seguridad de la Alcaldía, sino porque yo vivo en una unidad residencial con cámaras y mecanismos de seguridad, sería muy interesante medir y eso lo podés hacer vos, cuánto ha crecido la seguridad privada legal en la ciudad de los mismos años que se han implementado estas políticas de seguridad y del urbanismo social y lo mismo la seguridad en los barrios no es sólo el resultado de la aplicación de políticas de seguridad local sino también el resultado del control de la pequeña criminalidad ejercido por bandas y estructuras armadas que tienen o alcanzan a tener un control territorial importante. No es posible la reducción que se presenta en la criminalidad sin la presencia coactiva de ciertos actores que están protegiendo sus negocios criminales para que no se caliente el negocio, si yo no controlo todo ese tipo de negocios se advierte a la policía entonces también hay ejercicios de seguridad privada ilegal que pasan por hay que controlar a estos pelados hay que controlar la criminalidad porque no podemos permitir que los indicadores se disparen y que nos traigan la policía porque eso es exponer mercados de economía ilegal que yo manejo, es tan simple como eso, tampoco soy de los que cree que todo pasa por allí, es decir, la presencia institucional ha mejorado, la presencia de la policía ha mejorado, los dispositivos tecnológicos aportan un poco (Entrevista, Manuel Alonso, 2015).

Por esta razão, diante dos mecanismos formais de resolução de conflitos propostos

pelo governo local, a resposta dos grupos delinquentes foi negociar com os atores locais sempre com desconfiança e prudência na hora de fazer concessões. Assim, as testemunhas revelam o que aconteceu no plano real durante os processos de negociação armada na cidade:

Lo que hacían era que entregaban unas armas no entregaban todas casi siempre entregaban las armas hechizas, uno sabía eso. Yo recuerdo una anécdota, me tocó al lado de unas estudiantes de colegio y me puse a escuchar los comentarios que hacían y estaban hablando de un líder de esa banda, primero me llamó mucho la atención que un sujeto de esos generaba mucha atracción de parte de las muchachas que lo identificaban, cuando veían que estaba entregando el arma y miraban que estaba entregando un changón que es un arma hechiza y una de ellas le decía a la otra pero tal tiene es otra pistola, usted cree que él va a ser tan bobo de entregarla. Esos pactos el gobierno los incumple y estos pelados también, son dos personas desconfiadas que llegaban a negociar, comprometían a las autoridades pero no lograban mucho porque a los 6 o 7 meses se reactivaba la violencia (Entrevista pessoal a Juan C. V., 2015).

Então, os pactos e as alianças também revelam a capacidade de mobilização de recursos destes atores armados no interior das comunas. Nos processos de firma dos pactos armados fica claro qual foi a capacidade real destes grupos de exercer o controle territorial e societal sobre os bairros e as comunas. Foi revelado então a fonte da legitimidade e o grau de aceitação dos acordos no interior da comunidade e dos próprios grupos em confrontação. Por sua vez, os pactos também revelaram a debilidade do Estado ou sua presença diferenciada e precária em alguns dos setores da cidade, desvelando a impossibilidade de governar sem o auxílio de outros atores com maior legitimidade.

Neste ponto, é importante recordar alguns dos fatores de convergência entre os diferentes grupos preocupados pelo exercício do controle territorial: no entanto, sem importar a procedência dos atores fossem milícias, gangues, oficinas ou qualquer tipo de grupo criminal, estes parecem de alguma forma querer capitalizar seu poder ao submeter o Estado a seus interesses e agenciar, através dos pactos formais e informais, recursos para seguir exercendo o controle sobre as comunidades.

As vezes estes atores agem como intermediários e em outras ocasiões como fonte de autoridade, segundo as falas dos entrevistados o que acontece é:

Que pasa ahí, nosotros desde finales de los años 1990 habíamos identificado que se había iniciado una transición muy importante en esos intermediarios, cuál es esa transición: estos pelados comienzan a convertirse en los interlocutores de los gobiernos locales, comienza un desplazamiento y puja de líderes locales tradicionales, vinculados a grupos o juntas de acción comunal vinculados a grupos comunales, posiblemente muchos de ellos vinculados a redes clientelistas con los partidos políticos tradicionales, sujetos mayores comienzan a ser desplazados por los jóvenes que saben que pueden negociar. Entonces digamos que una forma de

negociar era prometer que bajarían los índices de homicidios y criminalidad, pero para hacerlo ellos necesitaban el apoyo de la Alcaldía, como nos apoya la Alcaldía entonces vienen las demandas para la institucionalidad. Ahí se cruzan dos actores que van a ser importantes hasta el día de hoy por una parte el Gobierno municipal y cierto tipo de interlocutores que tienen poder pero uno no sabe realmente de dónde deriva ese poder si es una legitimidad por el trabajo en los barrios o es porque son personas que ejercen violencia (Entrevista pessoal, 2015).

As políticas públicas foram acompanhadas então por estratégias sociais de luta contra o crime. Os pactos representaram uma possibilidade real de combater a criminalidade e de reduzir à sua mínima expressão os índices de homicídios na cidade, ainda que não sejam os únicos mecanismos e maneiras que explicam dita redução. Mas, precisamente, cada ator vai reivindicar seu protagonismo nos fatos de violência na cidade¹¹.

Por outro lado, os anos 2000 representam para o governo local o início dos chamados processos de desmobilização paramilitar dos blocos Cacique Nutibara (BCN) e Héroes de Granada, entre os anos 2003 e 2005, sendo outro fato que se presume importante na queda dos homicídios (ALONSO et al., 2012, p. 154).

En estos 20 años hemos visto tres y medio procesos de negociación: el primero (que no fue tratado públicamente y oficialmente como una negociación), con el narcotráfico a principios de la década del noventa, que bajo la modalidad de sometimiento a la justicia le ofreció a los jefes del Cartel de Medellín, la oportunidad de hacer el tránsito a la legalidad (personal y de bienes) a cambio de colaborar y pagar unos años de cárcel.* El segundo, fue el proceso de diálogo con las milicias populares en el año 1994, en la que sería la primera negociación con un grupo con asiento urbano y quizás una de las últimas negociaciones a nivel nacional. El tercero, es el proceso de pactos entre bandas que se desarrolla entre los años 1995 y 1999 con el objetivo de disminuir los indicadores de violencia en los territorios donde actuaban y buscar un camino de integración a la sociedad, proceso que contó con el apoyo de la municipalidad a través de la Asesoría de Paz y Convivencia de ese entonces. El cuarto, es la desmovilización de los grupos paramilitares que se inicia en Medellín en noviembre de 2003 con la entrega de armas por parte del Bloque Cacique Nutibara de las AUC, y que finalizó a nivel nacional en el primer semestre del 2006 (MEDINA, 2006).

Do mesmo modo, a desmobilização do bloco paramilitar BCN teve diversas críticas que provinham de acadêmicos e de órgãos internacionais como a Anistia Internacional. Em

11

A participação do governo local naqueles pactos tem sido discutida por acadêmicos e especialistas em segurança pública. No entanto, o governo local não reconhece a sua participação naqueles pactos, os quais foram gerados em algumas ocasiões pelas mais altas esferas do poder criminal. Por exemplo, com a morte de Pablo Escobar, foi o cartel de Cali aquele que propiciou pactos entre bandas de Medellín como a única condição para contratar os seus serviços, para o negócio do narcotráfico. No ano 2012 em uma entrevista publicada pelo jornal El Tiempo o prefeito de Medellín Aníbal Gaviria rejeitou a tese da participação do governo local nos chamados pactos armados (pacto del fúsil), assinalando que a queda dos índices de criminalidade na cidade foi produto da luta direta do governo local contra as estruturas criminais e não precisamente dos chamados pactos armados. A entrevista pode ser consultada em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12972854>.

um informe apresentado em 2005, este organismo denunciou a relação entre a desmobilização dos grupos paramilitares e a conformação de empresas de segurança privada em Medellín:

Según las organizaciones comunitarias y los residentes locales entrevistados por Amnistía Internacional en febrero de 2005, ha habido un aumento del número de empresas privadas de seguridad que actúan en el sector informal. A menudo, los empleados de estas empresas no llevan identificación. En algunos barrios, como Picacho (Comuna VI), Moravia (Comuna III), Popular y Santo Domingo Sabio (Comuna I), El Salado y Juan XXIII-La Quiebra (Comuna XIII), y Belén (Comuna XVI), individuos que se identifican como paramilitares siguen cobrando a cambio de servicios de seguridad a empresas locales y, con frecuencia, a residentes de la zona. Los que se niegan a pagar son amenazados y, a menudo, obligados a abandonar sus casas. En la Comuna VI, los informes sugieren que los paramilitares han estado cobrando dinero a los habitantes para actuar como “cooperativas de vigilancia”. En El Pesebre, en la Comuna XIII, los informes sugieren que los paramilitares han establecido una “cooperativa de seguridad”. En el centro de Medellín, a algunas de las empresas de seguridad privadas se las conoce con el nombre de CONVIVIR. Un testigo describió así sus actividades: “Aunque la Policía es el órgano controlador, son las CONVIVIR los que dicen a quién se detiene y a quién no. Por lo tanto, para la mayoría de jóvenes el nexo entre Paramilitares y Policía es evidente”. En otra parte de la ciudad, los residentes locales afirman que se ha concedido a una banda vinculada a los paramilitares un contrato para proporcionar seguridad a una escuela. El desarrollo de estas estructuras de seguridad subraya la preocupación manifestada por Amnistía Internacional en noviembre de 2003: que los paramilitares se están “reciclando” en el conflicto mediante su incorporación a empresas de seguridad privadas (INTERNACIONAL, 2003).

Porém, em décadas passadas os atores principais foram os combos, as gangues, as milícias e as oficinas, nos anos 2000 o panorama se caracteriza pela preeminência de organizações paramilitares. Ao respeito, existem duas perspectivas sobre a forma de organização do fenômeno paramilitar na Colômbia.

Por um lado, alguns especialistas consideram que os paramilitares atuaram como organização militar contra-insurgente, com um forte caráter nacional, centralizado e hierarquizado. Outros consideram que o paramilitarismo foi um fenômeno armado que se constituiu como grupo armado federado e que respondeu ao interesses de múltiplos atores os quais nem sempre são convergentes, apesar de que na etiqueta eles são designados como atores paramilitares sem distinção nenhuma.

Segundo Mauricio Romero, citado por Alonso, o paramilitarismo foi uma federação de agrupações vinculadas ao fenômeno do narcotráfico (ALONSO et al., 2012, p. 157).

(...) las guerras que libraron los múltiples actores armados, las negociaciones adelantadas por el Estado para enfrentarlos y las acciones que dieron forma a las políticas de seguridad ciudadana en Medellín en la década de 1990, propiciaron, agenciaron y justificaron el retiro paulatino, casual o intencional del Estado de la

prestación de la seguridad y la gestión de conflicto armado (ALONSO et al., 2012, p. 183).

Do mesmo modo, é importante reconhecer a existência de múltiplos atores que disputam-se o controle de bairros e comuna, assim como os nichos de mercado. Por isso, é pertinente pensar nesse tipo da (des) ordem local que estes grupos geram na cidade, nos processos de privatização da segurança, e nos múltiplos atores fornecedores destes serviços de segurança. Adicionalmente, segundo Alonso et. al. (2012), a estrutura de desenvolvimento dos atores da violência urbana em Medellín só pode ser entendida como uma rede composta por diferentes nós, frações que lutam pelo controle da cidade em diferentes cenários e a partir de interesses distintos:

(...) a) el nodo de las autodefensas urbanas, representado por la crisis y metástasis de los grupos milicianos; b) el nodo del narcotráfico, representado en la figura de Adolfo Paz y los comandos armados al servicio del negocio de las drogas ilícitas; c) el nodo de las bandas; y d) el nodo esencialmente militar y contrainsurgente, representado por el desaparecido Bloque Metro y los núcleos de guerrillas campesinas provenientes, de manera individual y colectiva, de diversos frentes del Eln con presencia en Antioquia (Nordeste y Oriente, especialmente) (ALONSO, 2012).

Um dos atores primários da violência urbana em Medellín foram as autodefesas, as quais tiveram origem na década de 1970, quando procuraram a defesa de seus bairros e comunidades assediadas pela delinquência, principalmente o assédio dos comerciantes por meio das chamadas vacunas, sobretudo extorsões para garantir uma proteção.

Na década de 1980, se apresentou o intento de conformação das primeiras milícias armadas mais ligadas aos movimentos guerrilheiros como o EPL, o ELN e o movimento M-19, que são de caráter societal tal como foi abordado no capítulo anterior. As milícias de corte popular com uma forte inclinação pelo trabalho social e perto dos chamados combos foram desmobilizadas nos anos 1994 e 1996. No entanto, as milícias mais ligadas ao movimento armado guerrilheiro de caráter nacional foram combatidas pela incursão paramilitar nos anos 2000, cujas ações mais reconhecidas no plano internacional foram a operação Mariscal e Orión no ano 2002 (ALONSO et al., 2012).

Outro dos fatores mais importantes nesta configuração da fornecimento de segurança foi o narcotráfico. Sem dúvida, o narcotráfico logrou articular diversos atores armados graças aos dividendos que gera por meio da figura das oficinas de cobrança, os esquadrões da morte, o sicariato (sicário é um assassino de aluguel) e os chamados comandos armados.

Ainda que a incursão contra o narcotráfico por parte do Estado, e graças à intervenção

internacional, permitió a conformación de múltiples alianzas, también es cierto que fue el factor que degradó la confrontación para aún más violencia en Medellín. No obstante, la lucha contra el cartel de Pablo Escobar generó una unión de actores armados con diferentes intereses, permitiendo la articulación de mafias, de autodefensas, de paramilitares y de elementos de la fuerza pública colombiana. Al mismo tiempo, esta lucha también permitió el fin de los grandes carteles de las drogas en Colombia, los cuales cambiaron por formas estructurales más pequeñas, más globalizadas y más descentralizadas (ALONSO et al. 2012).

Consecuentemente, la degradación de la guerra también transformó las estructuras del poder público. En especial, la fuerza pública estuvo implicada en alianzas con actores proveedores de servicios de seguridad, algunas veces como único camino para la protección de la vida tal como fue el caso de las milicias y la inversión en el narcotráfico en el año 1989, o en los años 2000 con la alianza paramilitar en la reconquista de la Comuna 13 de Medellín. A este respecto, y siguiendo los casos de corrupción policial, uno de los entrevistados dice que:

A principios de los años 1990 el instituto (...) empezó a hacer unas investigaciones que a mi juicio fueron pioneras en relación con algunos asuntos relacionados con la violencia en Medellín, esas investigaciones tienen que ver con la Policía, incluso antes de que se hicieran las propuestas de reforma de la policía derivadas del movimiento de la constituyente, el instituto hizo unas investigaciones que arrojaron unos resultados sobre la situación de lo que estaba sucediendo con el cuerpo de policía aquí en la ciudad, aunque ese era un tema bastante sensible. Pero hubo un trabajo interesante que está como una constatación de nuestra preocupación por el tema, de ahí surgieron propuestas de reforma para la Policía. Esa investigación fue iniciativa de la Alcaldía de Medellín, que invitó al Instituto que estaba recién creado para que hiciera un diagnóstico de la Policía en Medellín y ese diagnóstico fue desde la perspectiva normativa y desde la perspectiva operacional. Por esa época la violencia en Medellín estaba más o menos disparada, este era un actor que aparecía tangencialmente, posteriormente ya se ha constatado que estaban muy involucrados pero en esa época no había muchas pruebas de esos vínculos con aparatos armados, pero nosotros por indagaciones previas sabíamos de las relaciones que existían como de cierto tipo de cuerpos como DECIPOL con aparatos armados de la ciudad como los de Pablo Escobar. Aunque este es un momento diferente uno si advierte unas continuidades que permanecen, de hecho hasta el día de hoy uno puede constatar que siguen existiendo esos vínculos. Estamos hablando de principios de los años 1990. En ese trabajo se hicieron propuestas de reforma como para sacar a ese aparato armado como de la jerarquía en la que estaba, de constituirlo más como un cuerpo civil. Incluso ahí se hacían unas sugerencias que posteriormente fueron adoptadas por las reformas que se hicieron en la policía, que era crear una especie de instancia dentro de la misma policía que se encargara de hacer investigaciones de hechos irregulares que se daban al interior de ese cuerpo. Se hacían sugerencias también para establecer formas de control social o civil en la policía, se hacían para establecer una relación digamos que más integral entre los diferentes cuerpos del gobierno civil de la ciudad. La policía aunque pertenece a la ciudad es una institución que pertenece a una jerarquía de un cuerpo nacional, o sea que obedece a otro tipo de órdenes que a veces reñían las directrices de la jerarquía nacional con las de la Alcaldía. Había propuestas para profesionalizar el oficio, para hacer una policía mucho más

profesional, en fin esos son los asuntos generales que yo más recuerdo (Entrevista pessoal, 2015).

Ainda que as relações entre bandas criminais e os corpos da polícia tem sido reveladas mais recentemente, é útil mencionar o caráter histórico desta relação que pode ser rastreada até os anos 1960, quando iniciam os processos de urbanização de Medellín e a importante migração do campo para a cidade. Sobre esta convivência entre aparatos do Estado e grupos criminais as testemunhas assinalam que:

Aquí hay una relación entre ciertos cuerpos integrados al aparato institucional como los inspectores de renta por allá en los años 1970 y los contrabandistas. Es decir, yo creo que desde esa época algunos inspectores de renta tenían relación con los contrabandistas. En esa época había estancos y personas que contralaban el tema del aguardiente, llevaban un control de las mercancías que llegaban de contrabando te estoy hablando de ese tipo de personajes por allá en los años 1960, mi idea es y estoy especulando por supuesto que tenían relación con los contrabandistas. Si usted rastrea cual es la relación de Pablo Escobar antes de empezar con el negocio del narcotráfico, va encontrar que él empezó como contrabandista en redes de contrabando, hay una relación de individuos aislados de esos aparatos de rentas y contrabandistas. Estamos hablando de esas relaciones de esos aparatos de policía con estos grupos de contrabando. Después en los años 1970, a finales se crean unos cuerpos civiles policiales en Medellín y en Envigado, se llamaban departamentos de orden ciudadano DOC eran cuerpos civiles no estaban adscritos ni al ejército ni a la policía pero podían usar armas, conformados por civiles. Por las indagaciones que hay Pablo Escobar no solo tenía sicarios a su servicio sino que tenía personas del DOC y personas de la secretaria de tránsito que trabajaban para él, y en Medellín también con DECYPOL pero eran cuerpos civiles legales, sus integrantes podían comprar armas y si vos indagás existen varios registros de personas vinculadas desde la institucionalidad a esos aparatos armados y posteriormente yo creo que el poder corruptor de estos grupos de Pablo Escobar y de estos narcotraficantes les permitía acercarse fácilmente a integrantes, en distintos niveles de la jerarquía como se ha podido demostrar no solamente del policía raso sino que llegaba hasta altas esferas, hasta el día de hoy ha podido demostrar que distintos aparatos armados han penetrado al ejército y a la Policía porque pues por corrupción, aquí un tiempo también una guerra muy fuerte de Pablo Escobar con la policía y que me imagino que se rompieron todos esos vínculos pero hasta día de hoy y esto es lo que le comentaban a uno en las entrevistas aunque yo no lo sostengo si bien queda ahí grabado, pero a uno lo que le decían era que en muchas zonas de Medellín había una rotación de los comandos regionales y llegaba un nuevo comandante de esa zona y lo primero que se encontraba era con el pago mensual adicional que iba a recibir eso no está demostrado en todos los casos, pero si había gente que históricamente ha recibido dinero de actores ligados a Pablo Escobar posteriormente a otras bandas después a los paras (Entrevista pessoal, 2015).

A infiltração dos aparatos armados não sucede pela via única do narcotráfico, apesar que este foi um fator que intensificou a corrupção no interior do corpo policial. A captação por parte de Escobar dos organismos de segurança do Estado significou diretamente um problema para a força pública no caso particular de Medellín.

Por outra parte, hoje em dia os esforços para uma profissionalização da força pública na Colômbia, os quais nasceram como iniciativa da intervenção militar nos Estados Unidos de Norte América, tem levado à um desenvolvimento considerável na busca do exercício do monopólio da violência física legítima por parte do Estado colombiano, levando inclusive a transformar o papel dos organismos de segurança e do próprio corpo policial.

Nesse sentido, é possível considerar que:

En los últimos años ha cambiado el papel de la policía, se ha trabajado en todos los frentes en el coactivo, se le ha metido mucha inteligencia, se le han metido más cámaras, se le está metiendo a los aparatos de apoyo judicial. Medellín le está invirtiendo muchos recursos a los laboratorios de criminalística, el gobierno ha aumentado el número de efectivos, eso ha incidido en la disminución en la violencia homicida, la intervención del Estado en sus distintos niveles, nosotros lo habíamos planteado, en el mediano plazo se va a notar, hay que invertir hoy para tener resultados dentro de 10 o 15 años, ahora Medellín tiene también muchos problemas, el que haya cambiado no quiere decir que no persistan problemas, hay mucho que hacer con la población joven, con la población infantil, los últimos gobiernos han sido buenos, hay cosas por resolver, hay proyectos que se están desarrollando en la ciudad, y dentro de esos el aparato policial debe haber cambiado, lo que pasa es que está muy expuesto a formas de corrupción, es muy difícil decir que tan grande es el fenómeno, aunque si podemos decir que viene desde los años 1980. En la judicialización de policías corruptos si hay un esfuerzo enorme, pero no sabemos qué tan efectivo es eso. Hoy salimos de las 50 ciudades más violentas del mundo, el gran aporte que hace Medellín a la reducción de la tasa de homicidios en Colombia es importante, aunque los homicidios siguen siendo muchos, siguen siendo muchos homicidios pero eso da cuenta que se han tratados los temas más sensibles de la ciudad, quedan otros temas serios también y graves pero se ha tratado el más importante, existen otras violencias y criminalidades sobre las cuales es importante operar pero se ha avanzado (Entrevista pessoal, 2015).

Por outra parte, algumas das estruturas das bandas criminais emergiram e se consolidaram na década dos anos 1980, quando o cartel de Medellín foi a agrupação armada e criminal mais forte da Colômbia. Em um segundo momento histórico, as bandas se transformaram em organizações delinquentes autônomas do narcotráfico e em intermediários entre o mundo criminal e as chamadas oficinas de cobrança.¹² Nos anos 2000, algumas das bandas criminais foram subjugadas pelas estruturas das guerrilheiras e

12

O termo Oficina provem dos anos 1980, ano em que Pablo Escobar conformou os centros de operações criminais no bairro El Poblado de Medellín. Naquela época surge a anedota sobre a origem do termo oficina: “Escobar se hacía llamar el doctor delante de sus subalternos, razón por la cual él afirmaba que “todo doctor tiene su oficina” (LAS DOS ORILLAS, 2015). Na época do Escobar existiam duas oficinas que funcionavam como centros de operação do narcotráfico e operações militares. Em termos gerais as oficinas cumpriam um papel de coordenação dos movimentos do narcotráfico e na contratação dos sicários.

paramilitares (ALONSO et al., 2012, p. 167).

Além disso, a luta contra insurgente permitiu a convergência de diferentes atores direcionados a combater aos grupos guerrilheiros que atuaram na cidade como milícias urbanas. Com a chegada dos paramilitares em 1997, a luta pelo controle territorial trouxe uma união de grupos ilegais como o Bloco Metro e as chamadas cooperativas de segurança privada Convivir, associadas principalmente ao paramilitarismo (ALONSO et al., 2012).

Las oficinas, las bandas, las estructuras del crimen organizado, los paramilitares y los grupos de autodefensa barrial, convergen a través de formas más complejas de intermediación en el objetivo general del despliegue del proyecto de control social contrainsurgente en Medellín. Sin embargo, cada uno de ellos lo hace desde sus configuraciones, trayectorias y composiciones específicas. Todos ellos ejercen control social y territorial, pero el nodo paramilitar lo hace desde su lógica esencialmente contrainsurgente, las oficinas desde su lógica de control del mercado ilegal, las autodefensas desde su lógica de control social y territorial, y las bandas desde su lógica de microempresarios de la criminalidad (ALONSO et al., 2012, p. 179).

A luta entre o Bloco Metro e o Bloco Cacique Nutibara representou a conformação de uma estrutura armada relativamente hegemônica da qual fizeram parte diferentes redes criminais compostas por diversos atores do conflito armado e da violência urbana, articuladas ao redor dos agentes paramilitares.

Posteriormente, hacia 1996 irrumpen las Autodefensas de Carlos Castaño, a través del Bloque Metro –se ubicó en los barrios Zamora y Paris de la comuna 5- y Cacique Nutibara. También entre 1996 y 1997 aparecieron los Comandos Armados del Pueblo (CAP) centrando su accionar inicialmente en la zona centro occidental de la ciudad, a través de los barrios Belencito, La Independencia, 20 de Julio y Juan XXIII de la comuna 13, y se manifestaron como grupo independiente tanto de las FARC como del ELN, aunque al parecer recibe apoyo logístico y militar de este último (RUIZ, s. f.).

Outras fornecedoras dos serviços de segurança em Medellín são as chamadas empresas de segurança privada, as quais tiveram nos últimos anos uma proliferação considerável logo depois da ofensiva paramilitar nos anos 2000. Para o Estado colombiano o conceito de segurança privada tem um caráter comercial e empresarial, mesmo quando se assinala que a segurança é um dos produtos, bens e serviços que a população compra como o fim de reduzir o risco patrimonial e pessoal.

A segurança privada tem a sua origem na transição do Estado de direito para o novo Estado Social de Direito. Assim, surgiu no trânsito do monopólio da violência física legítima

para as transformações da sociedade moderna que leva a que surjam novos mecanismos do exercício do controle social por meio não só da segurança pública mas também da segurança privada (DUQUE, 2012, p. 19).

Segundo Martínez Pisón citado por Duque (2012) a visão autoritária liberal ou democrática da filosofia dos séculos XVII e XVIII tem feito ênfase no fim do Estado Moderno e a provisão de proteção e seguridade. Segundo Wacquant, citado por Duque, faz sentido nos últimos anos o conceito de governo da insegurança social para se referir ao que acontece nas políticas públicas penais nos países desenvolvidos, o que revela o vínculo entre o neoliberalismo e a adoção de políticas punitivas para manter a ordem daqueles agentes que estão por fora do âmbito legal-formal do modelo neoliberal e que ameaça a ordem social e moral (DUQUE, 2012, p. 33).

Pero qué pasa cuando el Estado no puede responder de manera eficiente a las demandas de seguridad de la sociedad? En ese momento, al parecer, la seguridad se somete a las reglas del mercado y aparecen con gran fuerza los servicios de seguridad privada como – por lo menos- complemento de la seguridad pública que presta directamente el Estado a través de la policía y el ejército (DUQUE 2012).

Assim, pela emergência da oferta de segurança regulamentada pelo mercado e não pelo Estado, surgem no contexto colombiano empresas que se encargam de oferecer o serviço de segurança privada. Em 1994, por médio do decreto lei 356 foi emitido o marco legal das empresas de vigilância privada, o qual se soma às cooperativas de segurança criadas na década de 1990, entre as quais se destacam as chamadas Convivir e Coosercom (Superintendencia de Vigilancia y Seguridad Privada, 2011).

Aquí hubo una política nefasta de Luis Pérez, a mí me tocó una experiencia de lo que fueron esos barrios seguros, menos mal no se mantuvo mucho tiempo, creo zonas seguras en El Poblado y Laureles, eso era terrible, Fajardo acabó con eso. Darle a aparatos de seguridad extraños el control de zonas, creo que eran aparatos derivados de los paramilitares. En el barrio tuyo comenzabas a personas de negro, en motos, con escopetas. Te das cuenta que empezaban a aparecer personas asesinadas en esos barrios. Aparecían personas muertas que vos conocías porque pedían dinero, porque eran consumidores. Yo no sé si este mismo modelo se aplicaba en esa época pero ya a aparatos ligados al Cacique Nutibara. Lo que nos preocupaba a nosotros era la seguridad privada informal (Entrevista pessoal, 2015).

Em 1993, as leis 61 e 62 criaram a Superintendência de Vigilância e Seguridade Privada como dependência do Ministério de Defesa encarregado de inspecionar às pessoas naturais e jurídicas que prestam o serviço de segurança privada. Finalmente, em 1994 foi

emitida a lei 356 ou o chamado Estatuto de Vigilância e Seguridade Privada.

el objetivo de la vigilancia y seguridad privada es: “(...) disminuir y prevenir las amenazas que afecten o puedan afectar la vida, la integridad personal o el tranquilo ejercicio de legítimos derechos sobre bienes de las personas que recibe su protección, sin alterar o perturbar las condiciones para el ejercicio de los derechos y libertades públicas de la ciudadanía y sin invadir la órbita de competencia reservada a las autoridades (CONPES 3528, 2008).

La actividad desarrollada por la seguridad privada se ubica así dentro del espacio jurídico y social propio de la seguridad pública y el orden público “pues realiza actividades que son inherentes –en principio privativas- al Estado y propias del sistema de control formal” (Arias, 2009, p. 14). Para el caso colombiano, la sentencia C-572 de la Corte Constitucional, establece explícitamente que el servicio público de seguridad puede prestarse a través de particulares (Duque, 2012, p. 50).

Finalmente, foi no governo de Álvaro Uribe Vélez quando a política de consolidação da Seguridade Democrática permitiu a criação das Redes de Apoio e Solidariedade cidadã com o único fim de articular o trabalho de vigilância privada com a Polícia Nacional, por meio do decreto 3222.

Para a construção de ordens locais ou híbridas.

A convergência de múltiplos atores armados tem representado para o caso de Medellín a configuração de uma ordem local na qual diversos atores disputam entre si pelo controle territorial ou de nichos de mercado. No entanto, na ordem local tem relevância alguns atores que de uma ou outra forma exercem um maior controle sobre as populações imersas na confrontação. Assim, às negociações e os pactos estabelecidos entre atores estatais e não estatais, tem sucedido períodos de hegemonia local imposta por meio do triunfo militar.

Medellín ha transitado desde varios enfoques de seguridad, en los años 1990 estábamos pasando y eso están en clave de las conflictividades urbanas por una mirada de la seguridad pública, qué es eso, mantener los valores del Estado vigentes y todo lo que lo amanece debe tener una respuesta, tuvimos incrementos de pie de fuerza, pero también desapariciones, casos de asesinatos, El F2, CTI, DIJIN, Cuarta Brigada, el Estado se abocó a dar una respuesta coercitiva. Desde los años 2000 se presentó fue un cambio, yo sí le creo a ese cambio, porque en verdad mostró resultados a la seguridad ciudadana, y después ha intentado dar unos visos de seguridad humana, el problema de este último tipo de seguridad es que teóricamente es muy bella pero en términos aplicados pues no lo es tanto. Me parece muy difícil de asir. Hubo un cambio en la seguridad ciudadana en tres periodos de gobierno consecutivos, en esos cambios posteriores a Orión lo que se buscó fue acercar la fuerza pública a los ciudadanos, salió un grupo el DRACO que era una versión de la policía más humana, pero también una política de prevención del delito y de urbanismo a través de un proceso que se llama acupuntura social, en clave de hacer parques bibliotecas, de abrir espacios que

estaban muy deteriorados de la ciudad para el tránsito de las personas, lleva a la gente a que transitara por ahí, a través del urbanismo social. La tesis de Samper habla mucho de eso. Él trabaja el concepto de espacios legales, y es que así el actor cambie de nombre siempre se va a concentrar en un punto y el homicida siempre se va a concentrar en el mismo punto. Se trata de estructuras y calles que siempre han estado marcadas, creo que eso se refiere que no se trata solo de territorios sino también de estructuras como los Triana, son calles donde te permiten tener visión periférica son los famosos chisperos, el que corone este chispero corona la comuna. Ya lo que están haciendo es hacer un viro de políticas públicas policivas a políticas públicas ciudadanas (Entrevista a Felipe Lopera, 2015).

Portanto, se a década de 1990 representa a ascensão e queda dos grandes grupos de narcotraficantes e das milícias populares, a década dos anos 2000 representa a ascensão do paramilitarismo, logo depois da operação Mariscal e Orión, eles retomam o último bastião das milícias: a comuna 13. Por esta razão, nesta década emergem novas lideranças e figuras cuja trajetória é o resultado do passo de diversas organizações criminais, pelo qual não é possível encontrar um tipo puro de pertencimento à uma única organização.

Nosotros durante mucho tiempo estuvimos pensando en el tema de la ausencia del estado como el problema principal, pero uno también llega a la conclusión después de ver todo esto que es lo que Fernán Gonzales denominaba la presencia diferenciada del Estado, en algunas zonas todo el equipamiento institucional y en otras zonas la ausencia, en ciertos momentos ha sido funcional para el Estado sin entrar a definir qué es eso dejar que ciertas zonas sean controladas por cierto tipo de actores, en esas zonas también hay tranquilidad con que sea un actor, las personas se sienten muy cómodas con que un actor sea el que ejerce el control, el problema es cuando llegan otros actores a disputar, cuando hay competencia eso se vuelve un lío. Yo creo que el Estado a veces ha aceptado esa presencia diferenciada y eso no es un fenómeno de acá de Medellín eso es un fenómeno que ya lo ha advertido actores en el caso africano, en el caso de México, digamos que esto es tan grande, que nos queda mejor a nosotros que haya un actor controlando un territorio pero si hay acuerdos no nos tocamos. La idea de una soberanía delegada. Por eso yo digo que no hay un solo aparato. Luego de la muerte de Pablo Escobar eso cambia mucho. Es muy distinta la banda de la Terraza la banda de los Triana y la Banda de Frank. Son muy distintas las milicias que estaban en la comuna 13 a las milicias que estaban en el centro oriente, son muy diferentes unas vienen más de las desmovilización del M 19 otras están más vinculadas a la época en que las FARC querían entrar en Medellín y es muy distinto a las bandas de Calatraba de Itagüi y es muy distinto la Oficina, solo que don Berna si logró articular a muchas de ellas por medio de la amenaza o usted o se asocia o se muere. Luego llega ya el clan Úsuga o los Urabeños, pero es muy difícil hablar de un solo actor, de un solo proyecto dirigido, yo discuto eso. Antes de la llegada de los paramilitares ya habían bandas y combos, las milicias, ya organizaciones más grandes que tenían otros negocios más amplios, pero los actores son muy diversos (Entrevista pessoal, 2015).

Os governos locais tiveram que se conformar com os pactos que foram configurados depois da morte de Escobar como uma forma de controlar o fenômeno da violência homicida na cidade.

Unas personas muy irresponsablemente hablan del término donbernabilidad para decir que esos son pactos por arriba, acuerdos tácitos entre gobiernos locales y personajes como don Berna, eso es más complejo, no es así. En realidad esos pactos se hacen en niveles intermedios, y que hay zonas donde eso si ocurre efectivamente, pero no es ese nivel, no es posible el control de una ciudad en ese modo incluso pensando en la época en que don Berna tenía influencia en buena parte pero no en todas esas zonas periféricas porque aquí también se ha mentido en ese sentido. Esos son muchos actores intermediarios muchos de ellos articulados a grupos para al cacique Nutibara al Bloque Metro, a héroes de granada, están articulados pero es muy difícil decir que si yo me siento a negociar con otros logró disminuir los índices de criminalidad. Fue muy interesante esa investigación porque ahí uno se da cuenta que esos pactos le sirvieron al gobierno, le sirvieron a los actores, le sirvieron a grupos comunitarios civiles, todos aprovecharon esos pactos. Nos mostró algo que la profesora María Teresa Uribe llamaba, la forma como se negociaba el desorden en Medellín. La ciudad ha tenido una forma de conformación del orden a partir de la violencia (Entrevista pessoal, 2015).

A negociação da desordem, em termo de María Teresa Uribe e Ana María Jaramillo implica então a competência armada entre os atores primários e aqueles novos atos que se inserem em diferentes comunas. Por esta razão, não é possível falar de um controle propriamente hegemônico, pois estes grupos armados devem negociar com velhas estruturas e formas de organização social assentadas nestas comunidades décadas antes da chegada dos novos atores.

Este “orden político híbrido” combina los elementos de los modelos occidentales de gobernanza con elementos procedentes de las tradiciones locales y de la política autóctona, a los que se suma la influencia de las fuerzas de la globalización y de la fragmentación de las asociaciones sociales por cuestiones étnicas, tribales o religiosas. Se utiliza el término “híbrido” para caracterizar estos órdenes políticos: porque es lo suficientemente amplio para abarcar a una variedad de formas no estatales de gobernanza en el ámbito no estatal (autóctono, consuetudinario), que abarca desde lo (neo) patrimonial a lo acéfalo, es decir sin un liderazgo visible. Porque se centra en la combinación de elementos que proceden de diferentes fuentes sociales que responden a distintas lógicas. Porque afirma que estas esferas no existen de manera aislada las unas de las otras, sino que se influyen mutuamente y, como consecuencia, dan lugar a órdenes políticos que se caracterizan por su textura estrechamente entrelazada, lo cual los diferencia de sus fuentes de origen (VOLKER et. al. sin fecha).

A visão estatocêntrica propõe a presença do Estado desde o centro para as regiões, sem reconhecer que no cenário local existem outros atores que também são legítimos desde a própria visão das comunidades locais. Isso leva a considerar uma divisão entre Estados fortes ou aqueles que tem procurado com êxito a consolidação de seu poder territorial e os Estados fracos que não tem consolidado o uso da violência física legítima.

Para empezar, es importante reconocer que hablar de Estados “débiles” implica

que existen otros actores que son fuertes en relación con el Estado. “El Estado” es sólo un actor entre otros. El orden estatal es sólo uno, entre una variedad de órdenes que aspiran a proveer la seguridad, establecer un marco para la regulación de conflictos, y brindar servicios sociales. En ocasiones, el Estado no es el principal proveedor de seguridad, sino los actores no estatales. “En algunos Estados ‘frágiles’, entre el 80 y el 90% de la seguridad y de los servicios de justicia proviene de actores no estatales” (OCDE-CAD, 2008: 72). Ni los gobiernos coloniales ni los gobiernos postcoloniales fueron capaces de establecer el monopolio legítimo de la violencia en aquellos territorios que posteriormente pasaron a convertirse en Estado-nación. Las autoridades estatales no pueden aplicar las leyes del Estado eficazmente y ejercer el dominio de las instituciones estatales contra la voluntad de los actores no estatales. Por lo tanto carecen del elemento esencial que define al Estado, siguiendo a Max Weber, que es el monopolio del uso legítimo de la violencia física. En realidad el “monopolio por parte del Estado-nación del uso de la fuerza, y su habilidad de aplicar las decisiones políticas (...) representa la excepción, en vez de la regla, tanto en términos históricos como en términos territoriales” (Risse y Lehmkuhl, 2006: 4). (VOLKER et. al. sin fecha).

Por outro lado, desde a visão dos Estados híbridos se reconhece os processos de formação da comunidade política desde o plano local, onde convergem atores não estatais que disputam por aceitação e legitimidade em suas comunidades.

Esto resulta complejo y se complica aún más con el surgimiento de movimientos y de grupos que tienen su origen en los efectos y en las reacciones a la globalización, a los conflictos prolongados y al desplazamiento de personas a gran escala. Se trata, por ejemplo, de movimientos y formaciones que incluyen a los “señores de la guerra” y sus milicias, a los líderes de las pandillas en las barriadas y asentamientos ilegales urbanos, a las patrullas de vigilancia vecinal o somatenes, los sicarios que actúan por razones étnicas, los movimientos religiosos milenaristas, las redes transnacionales de relaciones de familias extensas, las redes de delincuencia organizada, o las nuevas formas de tribalismo. En aquellos lugares donde las instituciones del Estado son incapaces o no están dispuestas a proveer seguridad y otros tipos de bienes públicos, y en donde los órdenes consuetudinarios se han erosionado, la gente recurrirá a otras entidades sociales en busca de apoyo. Algunos de estos nuevos grupos se hacen con el poder de ciertas zonas del territorio (ya sea una localidad remota y montañosa o los barrios de chabolas de la capital). Tienen la capacidad de ejercer la violencia contra los foráneos y la de controlar la violencia en el interior de sus respectivos feudos. Su presencia y rivalidad socava o reemplaza el monopolio del Estado sobre el uso legítimo de la fuerza. Y esto tiene como consecuencia el surgimiento de “oligarquías de poder” (Mehler, 2003). Bajo estas condiciones propias de un oligopolio, el Gobierno asentado en la capital es un mero actor que carece de influencia en esas zonas remotas. La fragmentación de amplias zonas territoriales de los Estados en feudos dominados por los “señores de la guerra” que compiten entre sí es la forma más visible de esta clase de erosión del monopolio del uso de la violencia. Sin embargo, incluso un sistema basado en los “señores de la guerra” constituye una forma de orden político, aunque no sea uno que probablemente provea una paz social. El colapso total del Estado y la sustitución completa de las estructuras estatales por un orden gestionado por los “señores de la guerra” es menos frecuente que la aparición de una estructura discreta de instituciones y de actores paraestatales e intermediarios organizados horizontalmente; el “gobierno de los intermediarios” sustituye al Gobierno del Estado central (Trotha, 2000: 277-278). (VOLKER et. al. sin fecha).

Em conclusão, para entender a configuração do Estado no plano local no caso de Medellín, deve-se partir de uma ideia segundo a qual estes cenários se caracterizam pela presença de diversos agentes da ordem. As ordens híbridas compartilham características do Estado e de formações locais próprias. São sociedades fragmentadas onde em muitas ocasiões a legitimidade tem fontes diversas.

Considerações finais.

Em termos gerais os estudos sobre a criminalidade e a violência em Medellín tem se concentrado principalmente na análise dos estratos econômicos mais baixos da população e na incidência da urbanização do conflito armado colombiano na cidade, quer dizer: a forma como os atores armados no cenário nacional tentaram transferir a confrontação armada do campo para a cidade. À esse respeito, existe uma importante literatura que revela as distintas violências que emergem dos processos de exclusão social, dos homicídios, da urbanização do conflito, das trajetórias criminais, do narcotráfico, entre outras.

No entanto, é particular que estes estudos tem se concentrado nos estratos mais baixos da população, em certas temáticas e perspectivas da criminalidade, deixando de lado as discussões sobre a forma como se percebe a criminalidade e a violência homicida em outras zonas da cidade, desde uma perspectiva holística.

Esta visão de múltiplas violências na cidade tem sido acompanhada por uma perspectiva vertical e Estadocêntrica, onde o Estado e os governos nacional e local estão presente em boa parte das explicações sobre a emergência do fenômeno da criminalidade e o homicídio na cidade. Esta visão tem sido problematizada pelos acadêmicos que tem explorado de perto o fenômeno, os quais consideram que o que aconteceu em Medellín foi, em outras palavras, uma “negociação do caos”.

Enfim, poder-se-ia considerar a importância da interpretação da forma como os diferentes atores exercem um tipo de controle e tentam configurar ordens híbridas ou locais, através de mecanismos legais e ilegais.

Assim, não é possível identificar uma trajetória concreta dos atores e das organizações criminais que suponham uma filiação pura dos indivíduos às organizações armadas, quer dizer que a degradação da guerra por via da intervenção das economias ilegais gerou todo tipo de alianças entre atores legais e ilegais.

Nesse sentido, a negociação da desordem e a conformação das ordens locais híbridas inferem a participação de diversos atores situados nos cenários territoriais e cujo controle vai além só da presença territorial e armada.

Em suma, à diversificação de cenários e confrontações, emergem em um primeiro momento os chamados atores primários do conflito, os quais exerciam e ainda exercem um tipo de controle e segurança de caráter societal, quer dizer, este foi o interesse particular das

milícias guerrilheiras dos anos 1980 e 1990 que chagaram para a cidade com o fim de fazer presença no cenário urbano.

Segundo os diferentes depoimentos dos entrevistados, este tipo de segurança societal possui três aspetos principalmente: o controle territorial, a filantropia como estratégia de cooptação/aceitação pela comunidade local e finalmente, o antagonismo aos interesses do exercício do monopólio da violência do Estado.

O interesse de indagar sobre os processos da segurança privada na cidade tem a ver com aquela relação entre as quedas das taxas dos homicídios e a conformação urbana da cidade. A segurança privada e as suas dinâmicas permitem revelar a relação entre os atores armados ilegais, a participação do Estado e os mecanismos de segurança nos bairros e comunas da cidade. No entanto a contribuição da pesquisa foi tentar estabelecer dita relação pouco explorada no campo da sociologia colombiana. Assim foram coletadas bases de dados e informação estatística e qualitativa que permite estabelecer dita relação. Este trabalho só revela parte dessa informação, sendo importante aprofundar em processos posteriores de pesquisa na relação entre segurança privada, criminalidade e processos urbanos em Medellín.

Por outro lado, a diversificação de atores leva a considerar diversas mudanças no cenário local, uma delas, foi a emergência de um tipo de prestação de serviços de segurança que passa de societal para se converter em uma segurança de mercadoria chamada de “mercenarismo corporativo”, que dizer, a emergência do que Romero (2003) nomeia como “empresários da coerção”.

Assim, o mercenarismo corporativo tem um efeito direto sobre as transformações da violência nas zonas pacificadas pelos grupos paramilitares. Por conseguinte, consideramos o desaparecimento de boa parte dos redutos das milícias presentes na cidade desde a década de 1980 e que precisamente exerciam um tipo de controle de caráter mais societal.

No que se refere à transição de um tipo de oferta de segurança de corte mais societal para uma segurança mais perto das rendas legais e ilegais, uns dos entrevistados assinala que:

¿Qué es lo último que encontrábamos? por ejemplo, que los paramilitares fueron a ofrecer seguridad, en los últimos hallazgos lo que encontramos es que esas expresiones de seguridad ya dejaron de ser societales, no es que se haya perdido el sentido societal de la seguridad sino que ahora se volcó a los nichos de mercado legal e ilegal, a las cadenas de valor. Se ofrece seguridad sí y solo sí en espacios donde es requerida para una transacción, plazas de vicio, estancos, lugares de transacción económica, de tránsito de vehículos, enclaves empresariales, tal como lo menciona Vilma Liliana Franco, ella habla de una cosa que se llama

mercenarismo corporativo, donde el actor armado pierde el carácter societal y se dedica a los negocios, la protección que encontramos es puro negocio (...) la comuna 13 tiene el índice más alto de homicidios, cuando rastreamos a estos hombres que están en el crimen lo que vemos es que por lo general todos están asociados a este tipo de negocios, aunque no todos. Lo que encontramos en esta línea de tiempo, que ese sentido que uno espera que se continúe que está en ese trasegar de los actores, se comenzó a difuminar o sea ya no es el man que te decía “ve ya no te podés vestir así, pilas que con las drogas, no le grites a tu mamá guevón”, que antes hacían mucho eso, por ejemplo, decían “te portás mal y barres la calle”, “te portás mal y haces unas escalas, o sea te ponían a hacer tareas”, o “te hago tres llamados y si no obedeces te mato”, ya se volvió es como se cooptó se absorbió todo eso por las figuras allegados al narcotráfico y por los rastros, urabeños y sectores de la Oficina de Envigado, mira que todas esas funciones en torno al servicio de seguridad se volcaron, comienza a ser seguridad de nicho de mercado de una zona libre, una oferta de seguridad pero en clave empresarial. Eso que antes “esperábamos”, como investigadores me incluyo, esa seguridad societal, amplia, territorial, se volvió más pequeña, entonces la gente nos dice vea, es que de aquí acá hay unas plazas entonces los pelados cuidan, en la otra cuadra para estar campaneando o viendo que no llegue la policía, hacen zonas de tránsito de rumba de consumo, están manteniendo un nicho de mercado, que es lo que dice Giraldo. Dejó de ser societal, diferentes a otras comunas de Medellín donde antes volvió a endurecerse los controles sociales, ese sentido de panoptismo de cuidado no salís a esta hora, no podés hacer esto (Entrevista Felipe Lopera, 2015).

Ainda que as atividades desenvolvidas no marco do mercenarismo corporativo muitas vezes foram inseridas no plano da ilegalidade por meio da cooptação de rendas ilegais e da prestação de serviços de segurança privada, o mercenarismo não significa necessariamente uma ameaça no fim ultimo de consecução da segurança e na razão do Estado, mais o mercenarismo corporativo se insere na estratégia contra insurgente do mesmo Estado.

No entanto, os atores imersos no cenário da confrontação no plano urbano, especificamente no caso de Medellín, são distintos, tem origens diferentes e ainda que muitas as vezes seus protagonistas se misturam e se insiram em uma ou várias organizações, não significa que devam ser caracterizados conforme a mesma natureza. À esse respeito, é importante enfatizar o espaço que ocupa dito mecanismo corporativo na urbanização do conflito armado na Colômbia.

Do mesmo modo, foi enfatizada a transição da segurança societal para a segurança da mercadoria onde o que procura o ator armado é o controle ou a incidência nas cadeias de valor dos bens e serviços do mercado legal e ilegal. Nomeadamente, chama a atenção a forma como existe uma transição de uma forma de controle territorial para um modelo de controle de nichos de mercado, onde o que interessa é fazer parte dos nós e redes de intercâmbio de bens e serviços, tanto os legais como os ilegais.

À esse respeito, as características da segurança que procura o controle de nichos de

mercado, poder-se-ia agrupar da seguinte forma: a) procuram o controle de nichos de mercado; b) a sua razão não radica no controle territorial nem tampouco na presença armada em territórios determinados; c) tem o controle de um ou de vários nós da cadeia de valor; d) se apresenta na forma de contraprestação econômica desde o nível mais básico até o nível mais complexo; e) o uso da coerção e do controle de economias legais e ilegais; por fim, f) podem ser de caráter legal ou ilegal (empresas de segurança privada) o ilegal – informal (bandas criminais).

Por outro lado, a forma como configura-se este tipo de privatização da segurança vai depender do contexto no qual ela se desenvolve, ainda que se fale de Medellín e de sua zona limítrofe como uma só unidade administrativa, o desenvolvimento da privatização da segurança formal-legal e informal-ilegal vai se apresentar em formas distintas de uma comuna para outra. Em ocasiões, dita segurança se oferece como um serviço à qualquer cliente que possa acessá-la, em outros casos a oferta de segurança é imposta e o indivíduo não tem a capacidade de declinar da prestação de ditos serviços. Em outros casos, a oferta de segurança vai procurar o controle de economias legais e ilegais a favor de terceiros ou em benefício do mesmo grupo armado ilegal.

Do mesmo modo, os mecanismos de segurança na cidade se misturam, muitas vezes estes mecanismos de segurança privada se formalizam e sua oferta é respaldada pelo Estado como parte do processo de privatização da segurança, em outros casos dita oferta deriva diretamente dos atores armados ilegais.

Como vimos, seguindo com a caracterização das ordens híbridas e dos múltiplos atores locais que disputam pelo controle local, é importante analisar o conceito de milícia em Medellín a partir da definição dos atores, das ações e dos objetivos destes grupos armados.

É importante esclarecer que as milícias tem sido compostas por atores heterogêneos com objetivos diversos. Em princípio, as milícias surgem como uma resposta de autodefesa com uma forte vocação societal, com diferentes funções de regulação social dentro das comunidades. Do mesmo modo, pouco a pouco a legitimidade obtida por estes grupos no cenário local é fissurada pelos abusos cometidos e pela exacerbação das funções iniciais destas milícias. Portanto, são diversas as alianças que se conformam entre estes grupos e os atores armados, passando por acordos e pactos com as bandas presentes nas comunas, até acordos com as forças locais, como a Polícia Nacional, e em ocasiões alianças e

dissidências com grupos guerrilheiros como o ELN, o EPL, as FARC-EP, entre outros.

Algumas vezes as milícias foram compatíveis à oferta de segurança legalmente constituída pelo Estado, o que ocorre em três processos: o primeiro, quando as milícias tem se constituído como grupo de limpeza social em procura do controle comunitário; o segundo, quando as milícias respondem à ofensiva militar das bandas e combos cooptados pelo narcotráfico, então as ações das milícias se tornam similares aos interesses de segurança estatal.

Em terceiro lugar, que ocorre nos anos 1994 quando foram desmobilizadas as milícias guerrilheiras, estas lograram-se constituir como o apoio do Estado em cooperativas de segurança, o que formaliza a oferta de segurança na cidade por meio da prestação do serviço desde o plano formal e legal.

Isso também acontece com os grupos desmobilizados paramilitares entre os anos 1990 e os anos 2000 quando, com o respaldo do governo, foram conformadas as chamadas Convivir, e mais para a frente com o processo de pacificação da comuna 13 e a posterior desmobilização do bloco BCN e o BM, o que levou à conformação de empresas de segurança privada na cidade.

Do mesmo modo, as milícias também foram levadas a estabelecer alianças com os grupos guerrilheiros das FARC, o ELN e o EPL, ainda que no princípio as milícias populares se constituíram como dissidência do grupo CGSB em 1987. No entanto, no princípio dos anos 1990 surge um interesse particular por parte das guerrilhas de urbanizar a guerra como mecanismo de agência dos interesses políticos e reconquista do poder político na Colômbia. De igual forma, o processo mencionado também respondeu e se consolidou nos anos 1994 com a desmobilização das MPPP e das MPIVA, pelo qual os grupos guerrilheiros tentaram conquistar as zonas deixadas pelos grupos guerrilheiros desmobilizados, ainda que o governo tenha tentado manter o controle destas zonas por meio das cooperativas de segurança como a Coosercom.

Assim, tanto a trajetória quanto o caráter dos milicianos não respondem a um tipo puro que permita estabelecer uma aproximação conceitual clara. No entanto, existe algum consenso sobre as características mais destacadas destes grupos, os quais foram desaparecendo ao longo da década dos anos 2000. Em primeiro lugar, as milícias tem uma forte preponderância e sensibilidade pelos temas comunitários, o que as liga facilmente aos interesses da esquerda principalmente e em outras ocasiões também faz com que se misturem

como movimento de interesses de direita, por exemplo, no controle social e na regulação das condutas desviadas (crime comum).

Em segundo lugar, as milícias procuram principalmente o controle territorial, o que faz com que se estabeleçam diferenças com as agrupações atuais, as quais procuram o controle de nichos de mercado, e não só uma presença hegemônica sobre um território localizado. A terceira característica diz respeito às transformações dos interesses das organizações milicianas, alguns deles são: exercer um controle societal, controlar as economias legais e ilegais, exercer contraposição à presença de bandas, combos e oficinas de cobrança, assim como dirimir os conflitos cotidianos da comunidade. Por fim, as milícias se constituem em organizações militares que, segundo o investimento de seus principais precursores, procuram então a conformação ou não militar e política, como aconteceu com as milícias MPIVA.

Em conclusão, a oferta de segurança em Medellín tem mudado desde a formalidade até a informalidade e desde a legalidade para a ilegalidade, o que leva para a configuração de ordens híbridas que tem minado a ação do Estado. Não é possível para o Estado e os governos locais conceber a governabilidade e a legitimidade sem considerar a capacidade de agência dos chamados atores primários do conflito urbano. Por isso, só poder-se-ia entender a mistura e as alianças entre diferentes atores armados, quando se considera um modelo teórico distinto do clássico monopólio da violência física legítima pelo próprio Estado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. 2002. “Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea”. P. 267–307 em: *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)*.
- BAHAMON, G. 2009. “Análisis del proceso de delimitación de espacialidades urbanas, un estudio de caso en Medellín.” *Tesis de grado* 76–132.
- CALDEIRA, T. 2003. “City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo”. *Urban Geography* 24.
- CARABALLO, V. (2013). Órdenes locales, acuerdos de paz y presencia diferenciada del Estado. Negociación con las Milicias Populares de Medellín. *Colombia Internacional* 77, enero a abril, 316 pp. ISSN 0121-5612, pp. 241-270.
- GIRALDO, J. & Juan Pablo Mesa. (2013). Reintegración sin desmovilización: el caso de las milicias populares de Medellín. *Colombia Internacional* 77, enero a abril de 2013, 316 pp. ISSN 0121-5612, pp. 217-239.
- FALS, O. e Germán Guzmán. 2005. *La violencia en Colombia*.
- FRANCO, V. L. 2009. *Orden contrainsurgente y dominación Orden*. Organizado por I. P. de Capacitación. Medellín.
- GONZÁLEZ, F. 2003. “¿colapso parcial o presencia diferenciada del estado en colombia?: una mirada desde la historia”. *Colombia internacional* 58:124–59.
- JARAMILLO, A. (1994). Milicias populares en Medellín: entre la guerra y la paz. Medellín: Corporación Región.
- LÓPEZ, C. (2010). *Y Refundaron la Patria. De cómo mafiosos y políticos reconfiguraron el Estado colombiano*. Debate. Bogotá.
- LUNA, F G. (2013). “Espacialización de la violencia en las ciudades latinoamericanas : una aproximación teórica.” *Cuadernos de geografía* 22:169–86.
- MACHADO, L. (2004). “Sociabilidade violenta: por uma interpretacao da criminalidade contemporanea no Brasil urbano”. *Sociedade e estado* 19:53–84.
- MEDINA, G. (2006). Una historia de las milicias de Medellín. Instituto Popular de Capacitación, IPC., p. 188.
- PAZ, L. y Valencia Agudelo, Germán Darío. (2015). Atipicidades del proceso de paz con las Milicias Populares de Medellín. *Estudios Políticos*, 46, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, pp. 263-282.
- PÉCAUT, D (2006). *Crónica de cuatro décadas de Política Colombiana 1968-1988*.
- PORTO, M. S. Grossi. 2010. *Sociologia da Violência do conceito às representações sociais*. Brasília.

- QUINCHÍA, S. e Esneda Arrieta. 2012. *Urbanismo social: del discurso a la especialización del concepto. Caso de Medellín-Colombia*.
- QUIVY, R. e Luc Van Campehhoult. 2005. *Manual de investigación en ciencias sociales*. Limusa.
- ROMERO, M. 2003. *Paramilitares y autodefensas 1982 - 2003*. Plantea. Bogotá.
- RUIZ, J. (sin fecha). Medellín: Fronteras de discriminación y espacios de guerra. Centro de Estudios de Opinión. Universidad de Antioquia. Recuperado el 21 de marzo de 2017. Disponible en:
<https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/ceo/article/viewFile/6496/5965>
- SANCHEZ, Gonzalo e Metters Donny. 1983. *Bandoleros, gamonales y campesinos: el caso de la violencia en Colombia*. Bogotá.
- Superintendencia de Vigilancia y Seguridad Privada. 2008. *Manual de Redes de Apoyo y Solidaridad Ciudadana Policía Nacional*. Colombia.
- TAYLOR, S.J. y Bogdan, R. (1986). “Introducción: ir hacia la gente”, en Introducción a los métodos cualitativos de investigación. México, Paidós, páginas 15-27.
- VALLEJO, F. 2001. *La virgen de los sicarios*. Alfaguara. México DF.
- VERDAD ABIERTA. (2016). La historia de las milicias en Medellín pasa por Justicia y Paz. Disponible en: <http://www.verdadabierta.com/justicia-y-paz/juicios/6405-la-historia-de-las-milicias-en-medellin-pasa-por-justicia-y-paz>
- VOLKER, B. Anne Brown, Kevin Clements y Anna Nolan. (Sin Fecha) Gobernanza y ciudadanía en los órdenes políticos híbridos: un cambio de perspectiva en la noción de “construcción del Estado” Australian Center for Peace and Conflicts (ACPACS).
- WACQUANT, L. J. D. 2001. *Os condenados da cidade*. Revan. Rio de Janeiro.
- Internacional, A. (2003). *Colombia Los paramilitares en Medellín: ¿desmovilización o legalización?*

Referencias de internet

- Milicias Populares: sangriento juicio. El Tiempo. 1991. Disponible en:
<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-155834>
- RTVC. Nace la Coordinadora guerrillera Simón Bolívar. 2016. Disponible en:
<https://www.radionacional.co/linea-tiempo-paz/nace-coordinadora-guerrillera-simon-bolivar>
- Diario El País. Caza al policía en Medellín. Disponible en:
http://elpais.com/diario/1992/11/07/internacional/721090811_850215.html

Anexo 1.

Términos de referencia para entrevistas (Empresas de seguridad privada). La presente entrevista tiene un carácter confidencial y en ningún caso se revelará la identidad del entrevistado. La información recopilada sirve exclusivamente a fines académicos y no busca en ningún momento afectar la integridad de la empresa o del entrevistado. La grabación se hace con el fin de recopilar la mayor cantidad de información posible y los datos personales suministrados tienen un carácter informativo.

De cada entrevistado se espera tener la siguiente información:

Nombre:

Oficio/Filiación institucional:

Edad:

Lugar de habitación/trabajo:

Sexo:

Las siguientes preguntas sirven de guía para la realización de entrevistas semiestructuradas, y establecen la información que se quiere encontrar.

Información sobre la empresa

1. Refiera un breve perfil de su experiencia en el sector de seguridad (Gerente).
2. ¿Cuáles son los servicios de seguridad que presta la empresa y desde que año inició operaciones en la ciudad?
3. Si la empresa ha incursionado en otro tipo de servicio de seguridad (independientemente de que haya sido en otra ciudad) ¿Qué tipo de servicio ha prestado y desde que año? (indagar si ha habido cambios en la personería jurídica de la empresa).
4. ¿En qué sectores de la ciudad (comunas, barrios, etc) actúa principalmente la empresa y que tipo de demanda generan los usuarios (unidades cerradas, cámaras de vigilancia, servicio de escolta, seguridad comunitaria, etc)?
5. ¿Cómo funcionan los procesos internos de selección de personal operativo

(perfil ocupacional, pruebas sicotécnicas, documentación solicitada, etc)?

6. ¿Cuáles son los accidentes laborales más recurrentes de sus empleados?
7. Según su criterio ¿Cuáles son los sectores de seguridad de mayor demanda en la ciudad?
8. ¿La empresa ha recibido algún tipo de sanción por parte de la Superintendencia de Vigilancia y Seguridad Privada?
9. ¿Qué tipo de (nuevas) tecnologías ha adquirido su empresa para la prestación del servicio de seguridad?
10. ¿La empresa ha tenido algún tipo de convenio para la prestación de servicio de seguridad con la fuerza pública? De no existir un convenio formal ¿considera que su empresa trabaja de manera mancomunada con la fuerza pública?

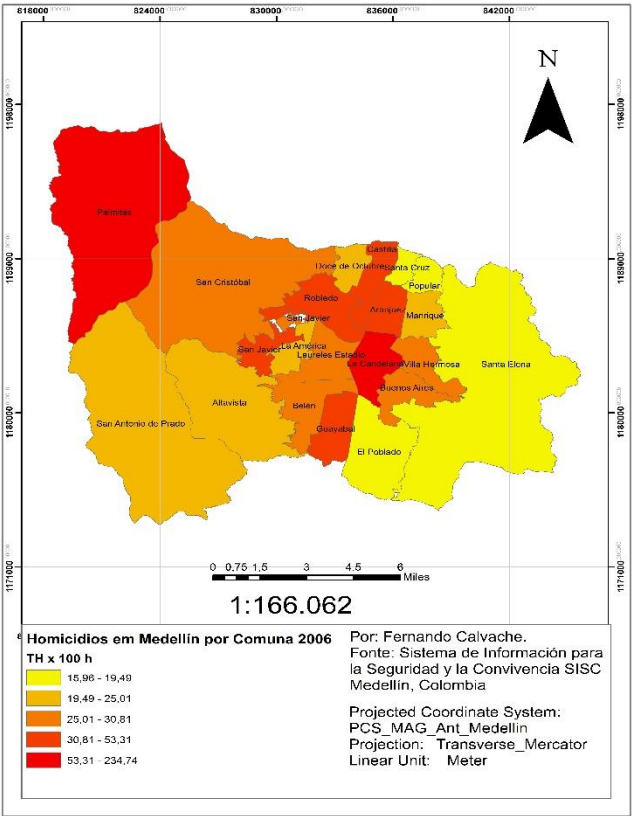
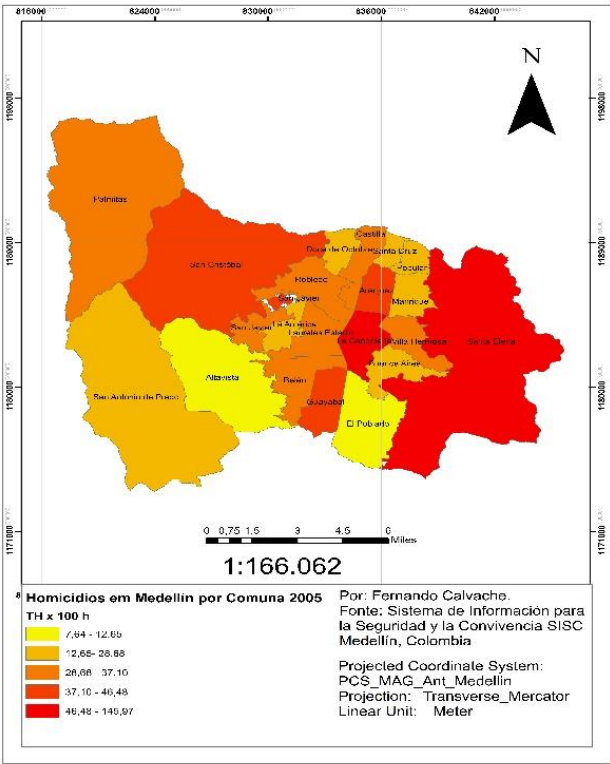
Percepción de seguridad.

11. ¿Cuáles son los principales retos en materia de seguridad privada en la ciudad?
12. ¿Cuál es su percepción sobre la seguridad en la ciudad (últimos años?

Información adicional.

1. Información de ventas (ingresos) entre 2000 y 2015 (crecimiento anual)
2. Información de contratación de personal operativo en los últimos años (contratación anual).
3. Gastos de funcionamiento (adquisición de equipos por año).
4. Indagar sobre las capacitaciones y entrenamiento del personal.

Anexo 2. Taxa de homicídios a cada 100.000 habitantes.



Anexo 3. Tabelas e gráficos.

Tabela 1. Empresas de segurança privada na Colômbia. 2000 – 2015.

Serviços de Vigilância Segurança Privada	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Escolas de capacitação	47	49	54	53	51	60	51	56	67	62	68	71	79	83	84	89
Empresas de Vigilância sem armas	109	98	91	101	82	76	74	87	75	76	77	81	78	57	60	59
Empresas de Vigilância com armas	530	618	604	525	505	457	453	525	501	497	531	537	588	579	589	589
Cooperativas de segurança	43	46	50	52	51	50	51	50	49	50	46	54	52	51	51	49
Inscrição de equipes tecnológicas	255	278	362	404	407	381	447	462	490	507	887	1003	1068	873	966	1004
Departamentos de capacitação	39	35	31	34	33	28	21	24	10	11	6	10	14	13	14	9
Departamentos de segurança	1100	1402	1512	1570	1423	1477	1281	1298	825	768	669	684	637	650	600	563

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pelo SENA (2005) e a Supervigilância (2015).

Gráfica 1. Empresas de segurança privada na Colômbia. 2000 – 2015.

